

resc

Revista de Estudos SocioCulturais



Acervo da pesquisa "Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19" (ANSELMO e BARBOSA, 2021).

V.1 N.1

UERN, 07/2021

ISSN (em solicitação)



Créditos IMAGEM da CAPA: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19” (ANSELMO e BARBOSA, 2021).

Descrição da IMAGEM da CAPA RESC v1n1: Peças de artesanato Warao, confeccionadas a partir do caule do Mururu e da fibra da folha do Buriti, à mostra em uma das moradias Warao na cidade de Mossoró/RN.

EXPEDIENTE

RESC Revista de Estudos Socioculturais

GRUESC Grupo de Estudos Culturais

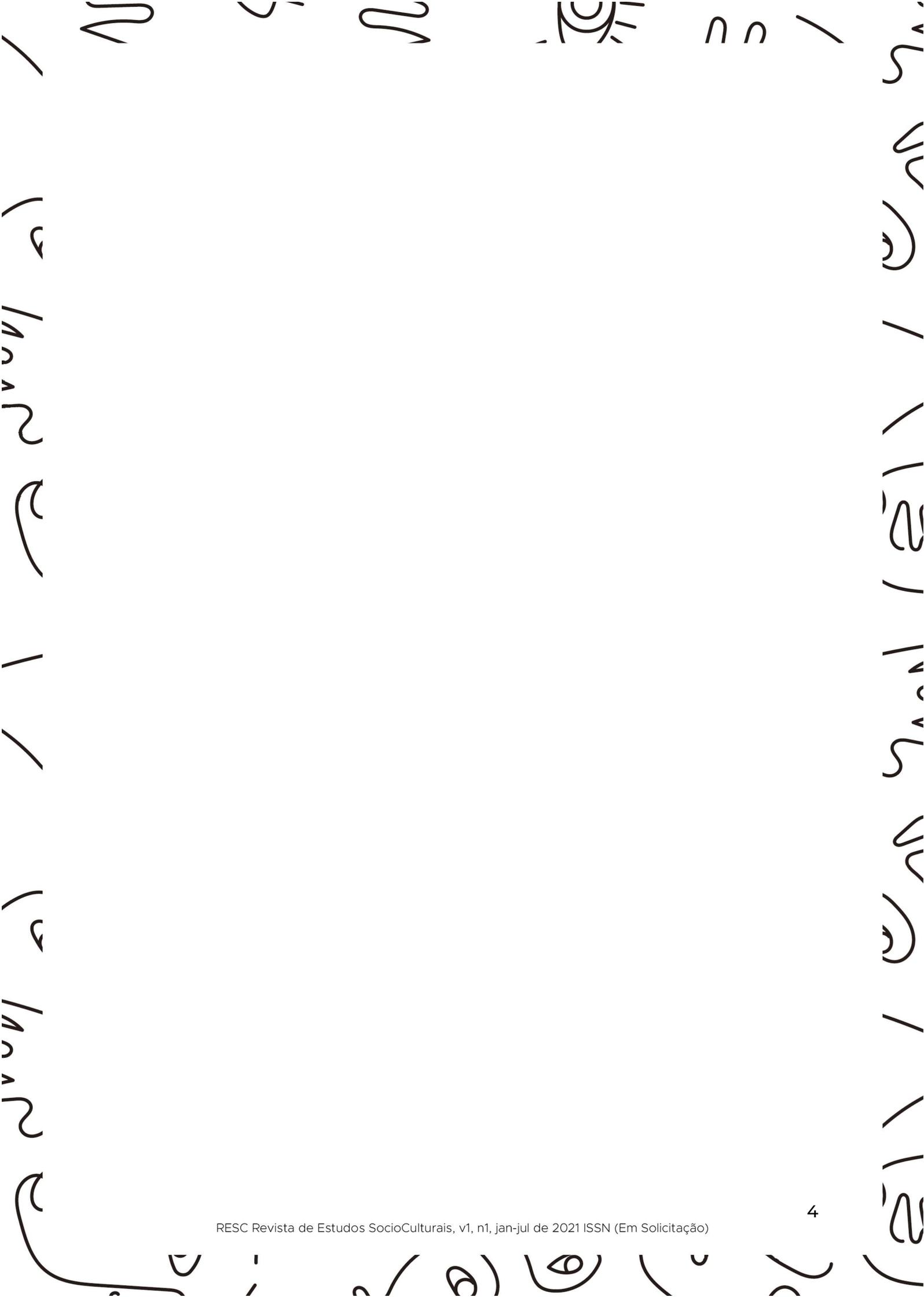
Publicação Semestral do GRUESC

V. 1, N. 1, janeiro-julho de 2021

ISSN (Em Solicitação)

Endereço Eletrônico (Em Solicitação)

E-Mail: resc@uern.br



EDITOR, CONSELHO EDITORIAL E CIENTÍFICO

EDITORES: Eliane Anselmo da Silva (Editora-chefe); Raoni Borges Barbosa (Coeditor).

CONSELHO EDITORIAL: Adilbênia Freire Machado; Ady Canario; Ana Maria Morais Costa; Antônia Batista Marques; Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira; Cornelia Eckert; Emanuel Freitas; Gabriel David Noel; Guilherme Paiva de Carvalho; Ilzver de Matos Oliveira; José Glebson Vieira; José Sérgio Leite Lopes; Lidiane Alves da Cunha; Luis Roberto Cardoso de Oliveira; Luiz Carvalho de Assunção; Pedro Lisdero; Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento; Raoni Borges Barbosa; Roberta Bivar Carneiro Campos; Stefania Capone.

CONSELHO CIENTÍFICO: Cyntia Carolina Beserra Brasileiro, Elcimar Dantas Pereira; Eliane Anselmo da Silva; Lidiane Alves da Cunha; Raoni Borges Barbosa.

EDIÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Augusto César Carlos de Queiroz.

EQUIPE DE APOIO: Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa; Aryelton Medeiros dos Santos; Edilson Damasceno; Lucas Súllivam Marques Leite; Mateus Alexandre Pereira Conceição; Pietra Azevedo; Sílvia Letícia Bezerra.

SECRETARIA: Elusiano da Silva Melo Júnior.

A apresentação de colaborações deve ser encaminhada à RESC *Revista de Estudos Socioculturais* através do e-mail resc@uern.br.

GRUESC Grupo de Estudos Culturais
[A/C Profa. Dra. Eliane Anselmo da Silva]
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus Central, Mossoró-RN
Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais e Políticas
CEP: 59610-210 – Mossoró – Rio Grande do Norte - Brasil

EXPEDIENTE

Endereço Eletrônico (Em Solicitação)

ISSN (Em Solicitação)

EDITORES: Eliane Anselmo da Silva; Raoni Borges Barbosa

RESC *Revista de Estudos Socioculturais* é uma revista acadêmica do GRUESC - Grupo de Estudos Culturais. Tem por objetivo atuar em estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à cultura, à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às emoções e moralidades nas sociabilidades brasileiras atuais.

RESC Journal of Sociocultural Studies is an academic journal of the GRUESC – Research Group of Cultural Studies. Its objective is to act in sociocultural studies, in a broad sense, from plural theoretical-methodological perspectives, in order to emphasize the exercise of analysis of themes related to culture, education, ethnic-racial relations, violence and social conflict, emotions and morals in current brazilian sociabilities.

Secretaria GRUESC: Elusiano da Silva Melo Júnior.

E-Mail: resc@uern.br.

O GRUESC é um Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

GRUESC is a Research Group at Department of Social and Political Science at the University of the State of Rio Grande do Norte, Brazil.

ENDEREÇO / ADDRESS:

RESC *Revista de Estudos Socioculturais*
[Aos cuidados da Profa. Dra. Eliane Anselmo da Silva]
GRUESC - Grupo de Estudos Culturais
Departamento de Ciências Sociais e Políticas/FAFIC/UERN
GRUESC / UERN – FAFIC – Campus Central – Presidente Costa e Silva
CEP 59610-210 · Mossoró · RN · Brasil

RESC Revista de Estudos SocioCulturais / GRUESC – Grupo de Estudos Culturais /
Departamento de Ciências Sociais e Políticas / FAFIC / Universidade do Estado do
Rio Grande do Norte – v. 1, n. 1, janeiro-julho de 2021.

Mossoró – GRUESC, 2021.

(v.1, n.1 – janeiro-julho de 2021) - Revista Semestral ISSN (Em Solicitação)

Antropologia – 2. Sociologia – 3. Filosofia – 4. Educação – 5. Estudos Culturais –
Periódicos – I.

GRUESC – Grupo de Estudos Culturais. Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte.

BC-UERN

XXX 000 (Em construção)

XXX 000 (Em construção)

SOBRE A REVISTA

RESC Revista de Estudos Socioculturais se propõe o esforço de construção de uma rede acadêmica de discussão e reflexão sobre estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à cultura, à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às emoções e moralidades nas sociabilidades brasileiras atuais. A agenda teórico-metodológica e os interesses temáticos abrigados na proposta de publicação da *RESC Revista de Estudos Socioculturais* vem sendo amadurecidos em uma rotina de pesquisa desenvolvida no GRUESC Grupo de Estudos Culturais.

Formado em 2010, o GRUESC Grupo de Estudos Culturais objetiva estimular a produção de reflexões socioantropológicas sobre múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas no estudo de populações indígenas e quilombolas, de minorias e de personagens comuns contemporâneos, na compreensão dos processos sociais e das dinâmicas culturais desencadeadas na contemporaneidade. Integra pesquisadores que interessam captar, por meio do entendimento da cultura como sistema de valores, símbolos e formas de linguagem, os processos sociais e as dinâmicas culturais, bem como nas práticas e interações desencadeadas nos contextos urbano e rural.

Os focos de análise do GRUESC Grupo de Estudos Culturais são os regimes de territorialidade, práticas sociais da memória (produção de saberes e transmissão de conhecimentos), cosmologias, simbolismos, religiosidades, educação, violência, moralidades, emoções, relações étnico-raciais, comportamento eleitoral e a emergência de novas formas de identidades contemporâneas. Conta para tanto com três linhas de pesquisa:

1. Culturas Emotivas e Sociabilidades Urbanas, cujo objetivo é discutir os processos intersubjetivos e suas objetificações em culturas emotivas inscritas no urbano contemporâneo brasileiro na perspectiva das teorias das emoções; bem como problematizar os modos e estilos de vida, os mundos sociais e as regiões morais no urbano, compreendendo a ação, os projetos, os rituais e performances, os papéis e trajetórias dos atores e agentes sociais em jogo simbólico-interacional nos enquadramentos narrativos e contextuais próprios da cultura emotiva que perfazem.

2. Dinâmicas e Práticas Socioculturais, cujo objetivo é analisar dinâmicas e práticas socioculturais, fenômenos e interações, abordando questões relativas a novas formas de identidades contemporâneas, violência e conflitos sociais, religiosidades e saberes da tradição, cultura popular, memória, família e parentesco, gênero e sexualidade, consumo, corpo e saúde, movimentos sociais, práticas políticas e comportamento eleitoral.

3. Diversidade Cultural e Educação, cujo objetivo é analisar os estudos culturais na educação com destaque nos grupos temáticos: educação popular; educação étnico-racial; educação quilombola; filosofia africana; gênero e sexualidade; cidadania; direitos humanos; meio

ambiente; novas tecnologias; movimentos sociais; práticas integrativas e complementares de saberes; ensino de ciências humanas e sociais.

RESC Revista de Estudos Socioculturais, portanto, se situa em uma tradição acadêmica de pesquisas e reflexões em Antropologia e Sociologia do GRUESC em seu esforço analítico da cultura e sociedade brasileira contemporânea.

FOCO E ESCOPO

RESC Revista de Estudos SocioCulturais se propõe o esforço de construção de uma rede acadêmica de discussão e reflexão sobre estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à cultura, à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às práticas políticas, às emoções e moralidades nas sociabilidades brasileiras atuais. A agenda teórico-metodológica e os interesses temáticos abrigados na proposta de publicação da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* vem sendo amadurecidos em uma rotina de pesquisa desenvolvida no GRUESC Grupo de Estudos Culturais. Nesse sentido, o foco e o escopo da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* se alinha nas rubricas das linhas de pesquisa do GRUESC Grupo de Estudos Culturais: Culturas Emotivas e Sociabilidades Urbanas; Dinâmicas e Práticas Socioculturais; Diversidade Cultural e Educação.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARECERISTAS

As submissões serão inicialmente avaliadas pela Comissão Editorial para decidir a pertinência quanto a linha editorial da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*. Uma vez aceitas, serão submetidas a avaliadores independentes (avaliação duplo-cega), preservadas as identidades tanto de autores quanto de responsáveis por pareceres. Em caso de controvérsia, um terceiro avaliador independente será acionado. Persistindo a controvérsia, a contribuição será avaliada pela Comissão Editorial, podendo ser decidida pelo Editor. Todos os autores receberão cópias dos pareceres de avaliação de suas contribuições. A publicação é dependente da aprovação pelos avaliadores. O tempo estimado para os processos de avaliação e publicação é, em média, de 06 meses a 01 ano.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, de modo a promover a democratização do conhecimento.

DIRETRIZES AOS AUTORES

Condições para submissão

1. A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, ISSN (a ser solicitado), é uma publicação semestral, com lançamentos nos meses de junho e dezembro de cada ano.
 2. A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* pode ser lida inteiramente, de forma gratuita, no site RESC (**em construção**).
 3. Todos os artigos apresentados aos editores da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* serão submetidos à pareceristas anônimos conceituados para que emitam sua avaliação.
 4. A revista aceitará somente trabalhos inéditos sob a forma de artigos, entrevistas, traduções, resenhas e comentários de livros. Exceto nos casos de dossiês e autores convidados ou artigos que o Coordenador do Dossiê ou o Conselho Editorial achar importante publicar ou republicar.
 5. Os textos em língua estrangeira, quando aceitos pelo Conselho Editorial, serão publicados no original, se em língua espanhola, francesa, italiana e inglesa, podendo porventura vir a ser traduzido.
 6. Todo artigo enviado à revista para publicação deverá ser acompanhado de uma lista de até cinco palavras-chave e Keywords que identifiquem os principais assuntos tratados e de um resumo informativo em português, com versão para o inglês (abstract), com 300 palavras máximas, onde fiquem claros os propósitos, os métodos empregados e as principais conclusões do trabalho.
 7. Deverão ser igualmente encaminhados aos editores dados sobre o autor (filiação institucional, áreas de interesse, publicações, entre outros aspectos).
 8. Os editores reservam-se o direito de introduzir alterações na redação dos originais, visando a manter a homogeneidade e a qualidade da revista, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores. Os artigos expressarão assim, única e exclusivamente, as opiniões e conclusões de seus autores.
 9. Os artigos publicados na revista serão disponibilizados apenas on-line.
- Toda correspondência referente à publicação de artigos deverá ser enviada para o e-mail da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*: resc@uern.br.

Regras para apresentação de originais

1. Os originais que não estiverem na formatação exigida pela *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* não serão considerados para avaliação e imediatamente descartados.
2. Os artigos submetidos aos editores para publicação na *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* deverão ser digitados em Word, fonte Times New Roman 12, espaço duplo, formato de página A-4. Nesse padrão, o limite dos

artigos será de até 30 páginas e 8 páginas para resenhas, incluindo as notas e referências bibliográficas.

3. Citações com mais de três linhas, no interior do texto, devem se encontrar em separado, sem aspas, com recuo de 1 cm à direita, fonte Times New Roman 10, normal, espaçamento entre linhas duplo; e espaçamento de 6x6.

4. O arquivo deverá ser enviado por correio eletrônico para o e-mail: e-mail da RESC (**em construção**).

Notas e remissões bibliográficas

1. As notas deverão ser sucintas e colocadas no pé-de-página.

2. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas e devem figurar no corpo principal do texto. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, ISSN 1234-5678, v. 1, n. 1, junho de 2020 ISSN 1234-5678.

3. Da remissão deverá constar o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, separados por vírgulas, de acordo com o exemplo 1: Exemplo 1: Segundo Cassirer (1979, p.46), a síntese e a produção pelo saber...

4. Usa-se o sobrenome do autor, quando no interior do parêntese, em letras maiúsculas, conforme o exemplo 2: Exemplo 2: O eu que enuncia "eu" (BENVENISTE, 1972, p. 32)...

Referências

1. As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética.

2. Deverão obedecer aos seguintes modelos:

a) Tratando-se de livro:

- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- título da obra (em itálico);
- subtítulo, (também em itálico);
- nº da edição (apenas a partir da 2ª edição);
- local de publicação, seguido de dois pontos (:);
- nome da editora;
- data de publicação.

Exemplo: BACHELARD, Gaston. *La terre et les rêveries de la volonté*. Paris: Librairie José Corti, 1984. 1.

b) Tratando-se de artigo em revistas:

- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
- título do artigo sem aspas;
- nome do periódico por extenso (em itálico);
- volume e nº do periódico (entre vírgulas);
- páginas do artigo (ex: p. 15-21);
- data da publicação.

Exemplo: CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. Revista Dados, v. 27, n. 1, p.1-15, 1984. 2.

- c) Tratando-se de artigo em coletâneas:
- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
 - título do artigo;
 - In:
 - nome do autor ou autores da coletânea seguido por (Orgs);
 - título e subtítulo da coletânea em itálico;
 - n° da edição (a partir da 2ª edição);
 - local da publicação seguido de dois pontos (:);
 - nome da editora;
 - páginas do artigo;
 - ano da publicação.

Exemplo: DIAS, Juliana Braz. Enviando dinheiro, construindo afetos. In: Wilson Trajano Filho (Org.). Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. 2ª edição. Brasília: ABA Publicações, p. 47-73, 2012.

- d) Tratando-se de artigos em revistas online:
- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
 - título do artigo sem aspas;
 - nome do periódico por extenso (em itálico);
 - RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 15, n. 44, agosto de 2016 ISSN 1676-8965 volume e n° do periódico (entre vírgulas);
 - páginas do artigo, se houver (ex: p. 15-21);
 - data da publicação
 - Endereço do site
 - Quando se deu a consulta.

Exemplo: FERRAZ, Amélia. Viver e morrer. Revista online de comunicação, v. 10, n. 20, p. 5-10. www.revistaonlinedecomunicação.com.br (Consulta em: 20.06.2015).

- e) Tratando-se de teses, dissertações, tccs e relatórios:
- sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
 - título da obra (em itálico)
 - subtítulo, (também em itálico);
 - Tese; Dissertação, etc.;
 - local de publicação, seguido de dois pontos (:);
 - nome do Programa e Universidade;
 - Ano

Exemplo: BARBOSA, Raoni Borges. Medos Corriqueiros e vergonha cotidiana: uma análise compreensiva do bairro do Varjão/Rangel. Dissertação. João Pessoa: PPGA/UFPB, 2015

Nota geral para as referências

1. Artigo, livro, coletânea, ensaio com mais de um autor: com até dois autores:
 - Sobrenome do autor principal (em letras maiúsculas), seguido do nome e ponto e vírgula (;)
 - A seguir, o nome e sobrenome do segundo autor.
2. Artigo, livro, coletânea, ensaio com mais de dois autores:
 - Sobrenome do autor principal (em letras maiúsculas), seguido do nome e, após, et al.

Quadros e Mapas

1. Quadros, mapas, tabelas, etc. deverão ser enviados em arquivos separados, com indicações claras, ao longo no texto, dos locais onde devem ser inseridos.
2. As fotografias deverão vir também em arquivos separados e no formato jpg ou jpeg com resolução de, pelo menos, 100 dpi.

INFORMAÇÕES GERAIS

A *RESC - Revista de Estudos SocioCulturais* se propõe o esforço de construção de uma rede acadêmica de discussão e reflexão sobre estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à cultura, à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às práticas políticas, às emoções e moralidades nas sociabilidades brasileiras atuais. A agenda teórico-metodológica e os interesses temáticos abrigados na proposta de publicação da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* vem sendo amadurecidos em uma rotina de estudos e pesquisas desenvolvidas no GRUESC - Grupo de Estudos Culturais. A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, portanto, se situa em uma tradição acadêmica de pesquisas e reflexões do GRUESC em seu esforço analítico da cultura e sociedade brasileira contemporânea.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

A submissão de trabalho(s) científico(s) original(is) pelos autores, na qualidade de titulares do direito de autor do(s) texto(s) enviado(s) ao periódico, nos termos da Lei 9.610/98, implica na **cessão de direitos autorais de publicação impressa e/ou digital à RESC Revista de Estudos SocioCulturais, do(as) trabalhos(as) aprovados(as) para fins da publicação**, em um único número da Revista, autorizando-se, ainda, que o(s) trabalho(s) científico(s) aprovado(s) seja(m) divulgado(s) gratuitamente, sem qualquer tipo de ressarcimento a título de direitos autorais, por meio

do site da Revista, para fins de leitura, impressão e/ou download do arquivo do texto, a partir da data de aceitação para fins de publicação.

Portanto, os autores ao procederem a submissão do(s) artigo(s) à Revista, e, por conseguinte, a cessão gratuita dos direitos autorais relacionados ao trabalho científico enviado, têm plena ciência de que **não serão remunerados pela publicação do(s) artigo(s) no periódico.**

Os autores declaram expressamente concordar com os termos da presente Declaração de Direito Autoral, que se aplicará a submissão caso seja publicada por esta Revista.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados única e exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

SUMÁRIO

EDITORIAL

18

Eliane Anselmo da Silva

Raoni Borges Barbosa

ARTIGOS

Adolescentes em conflito com a lei: precariedade, biopolítica e medicalização dos corpos

23

Elcimar Dantas Pereira

“Travesti não é bagunça”: reflexões etnográficas da performance identitária das travestis no contexto urbano mossoroense

40

Pietra Conceição Azevedo

A expansão urbana de Mossoró e a produção de lugares excluídos do País de Mossoró

54

Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa

A Mulher Indígena como símbolo de resistência na Comunidade Mendonça do Amarelão

80

Sílvia Letícia Bezerra Santos

Guilherme Luiz Costa Vitorino

Ensino e Subjetividade: aspectos que cerceiam a identidade social do povo negro e as construções sociais

96

16

Mateus Alexandre Pereira da Conceição

Elusiano da Silva Melo Júnior

Eliane Anselmo da Silva

Violência simbólica e ambiente de trabalho: a face oculta da violência 106

Hellen Damália de Sousa Andrade Lima

TRADUÇÃO

Edward B. Tylor 117

Robert H. Lowie

Tradução de Raoni Borges Barbosa

RESENHA

Direitos, gênero e povos de terreiros: breves considerações sobre diferença, diversidade e liberdade 124

Aryelton Medeiros dos Santos

ENSAIO FOTOGRÁFICO

Warao em Mossoró/RN: prelúdio de uma etnografia em imagens 128

Eliane Anselmo da Silva

Raoni Borges Barbosa

SOBRE OS AUTORES 137

EDITORIAL

A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* se propõe o esforço de construção de uma rede acadêmica de discussão e reflexão sobre estudos socioculturais, em sentido amplo, desde perspectivas teórico-metodológicas plurais, de modo a enfatizar o exercício de análise de temáticas ligadas à cultura, à educação, às relações étnico-raciais, à violência e ao conflito social, às emoções e moralidades, nas sociabilidades brasileiras atuais. A agenda teórico-metodológica e os interesses temáticos abrigados na proposta de publicação da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* vem sendo amadurecidos em uma rotina de pesquisa desenvolvida no GRUESC - Grupo de Estudos Culturais.

Formado em 2010, o GRUESC Grupo de Estudos Culturais objetiva estimular a produção de reflexões socioantropológicas sobre múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas no estudo de populações indígenas e quilombolas, de minorias e de personagens comuns contemporâneos na compreensão dos processos sociais e das dinâmicas culturais desencadeadas na contemporaneidade. Integra pesquisadores que interessam captar, por meio do entendimento da cultura como sistema de valores, símbolos e formas de linguagem, os processos sociais e as dinâmicas culturais na experiência das populações indígenas, quilombolas e outras, bem como nas práticas e interações desencadeadas nos contextos urbano e rural.

Os focos de análise do GRUESC Grupo de Estudos Culturais são os regimes de territorialidade, práticas sociais da memória (produção de saberes e transmissão de conhecimentos), cosmologias, simbolismos, religiosidades, educação, violência, comportamento eleitoral e a emergência de novas formas de identidades contemporâneas. Conta para tanto com três linhas de pesquisa:

4. Culturas Emotivas e Sociabilidades Urbanas, cujo objetivo é discutir os processos intersubjetivos e suas objetificações em culturas emotivas inscritas no urbano contemporâneo brasileiro na perspectiva das teorias das emoções; bem como problematizar os modos e estilos de vida, os mundos sociais e as regiões morais no urbano, compreendendo a ação, os projetos, os rituais e performances, os papéis e trajetórias dos atores e agentes sociais em jogo simbólico-interacional nos enquadramentos narrativos e contextuais próprios da cultura emotiva que perfazem.

5. Dinâmicas e Práticas Socioculturais, cujo objetivo é analisar dinâmicas e práticas socioculturais, fenômenos e interações, abordando questões relativas a novas formas de identidades contemporâneas, violência e conflitos sociais, religiosidades e saberes da tradição, cultura popular, memória, família e parentesco, gênero e sexualidade, consumo, corpo e saúde, movimentos sociais, práticas políticas e comportamento eleitoral.

6. Diversidade Cultural e Educação, cujo objetivo é analisar os estudos culturais na educação com destaque nos grupos temáticos:

educação popular; educação étnico-racial; educação quilombola; filosofia africana; gênero e sexualidade; cidadania; direitos humanos; meio ambiente; novas tecnologias; movimentos sociais; práticas integrativas e complementares de saberes; ensino de ciências humanas e sociais.

A *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, portanto, se situa em uma tradição acadêmica de pesquisas e reflexões em Antropologia, Sociologia, Filosofia e História, no âmbito do GRUESC, em seu esforço analítico da cultura e sociedade brasileira contemporânea. Na esteira do projeto *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, apresentamos em seu primeiro número, debates que contemplam as experiências de pesquisas do GRUESC.

No primeiro texto, abordando a violência e os conflitos sociais, temos *Adolescentes em conflito com a lei: precariedade, biopolítica e medicalização dos corpos*, em que o autor Elcimar Dantas Pereira discute o enredamento entre a precarização da vida dos sujeitos, e sua relação com uma biopolítica e medicalização dos corpos, seja por procedimentos de poder, seja através de controles reguladores, para que se tornem dóceis, que é o caso de adolescentes em conflito com a lei e que cumprem medidas socioeducativas. A violência, presente em diversos âmbitos do cotidiano, também é apresentada na relação de trabalho, no texto *Violência simbólica e ambiente de trabalho: a face oculta da violência*, de Hellen Damália de Sousa Andrade Lima. A representação de violência perpassa as sutilezas, não mais vista apenas como agressão física ou verbal, mas uma violência epistemológica, que vai além de toda pressão psicológica, no enfrentamento entre empregador e empregado.

Dentro das abordagens do urbano, temos a performatização identitária das travestis no contexto urbano mossoroense. A autora Pietra Conceição Azevedo, em seu texto *Travesti não é bagunça: reflexões etnográficas da performance identitária das travestis no contexto urbano mossoroense*, apresenta elementos que se expressam contingencialmente em trajetórias de vida que se elaboram de formas estratégicas, como mecanismos acionados e renegados taticamente a partir de cotidianos conflituosos.

Em seguida, temos *A expansão urbana de Mossoró e a produção de lugares excluídos do País de Mossoró*, de Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa, que debate o surgimento da Favela das Malvinas na dinâmica de expansão urbana da cidade, que gerou esses territórios excluídos por estarem desconectados territorial e simbolicamente da cidade oficial. Trazendo as questões étnicas e de identidade, temos uma análise da importância da representatividade feminina na comunidade indígena do Rio Grande do Norte, no texto de Sílvia Letícia Bezerra Santos e Guilherme Luiz Costa Vitorino *A Mulher Indígena como Símbolo de Resistência na Comunidade Mendonça do Amarelão*. É apresentado o histórico de conquistas dessa comunidade sempre associado à luta feminina, e o conceito de memória, abordado para a compreensão do processo de (re)construção da identidade indígena na comunidade do Amarelão.

Ainda na mesma perspectiva da identidade étnica, agora no âmbito da educação, temos uma discussão da subjetividade de ser negro no Brasil,

sua representação na escola e outros aspectos que compõem sua multiplicidade cultural. Em *Ensino e subjetividade: aspectos que cerceiam a identidade social do povo negro e as construções sociais*, dos autores Mateus Alexandre Pereira da Conceição, Elusiano da Silva Melo Júnior e Eliane Anselmo da Silva, as leis 10.639/03 e 12.771/12, enquanto políticas públicas visam amenizar os danos causados ao longo da história, mostram ainda que a Educação tem um papel fundamental no processo transformador da sociedade.

Encerrada a seção de artigos, este número fundacional da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* presenteia o leitor com a tradução de texto clássico escrito por Lowie em homenagem póstuma ao seu mestre Tylor. Temos, então, a exposição didática da carreira científica, - sem excesso de detalhes, - de um dos fundadores do pensamento antropológico moderno, com ênfase para o conceito de *Cultura*. A resenha do humanista Aryelton Medeiros dos Santos, intitulada *Direitos, gênero e povos de terreiros: breves considerações sobre diferença, diversidade e liberdade*, logo a seguir, parece atualizar ecos também ontológicos de debates socioantropológicos sobre Cultura, Identidade Coletiva, Sentimento de Pertença, Direito ao Território e à Religiosidade. Se a tradução do texto de Lowie aborda fenômenos culturais das populações ameríndias nos séculos XIX e XX, tais como a couvade e a tecnonímia, eis a resenha do jovem pesquisador problematizando a obra *Direitos, gênero e povos de terreiros* (ALVES et al, 2021) sobre o prisma dos sinais diacríticos das religiosidades negas e afro-brasileiras a serem publicamente afirmados e comunitariamente vivenciados sob chancela estatal.

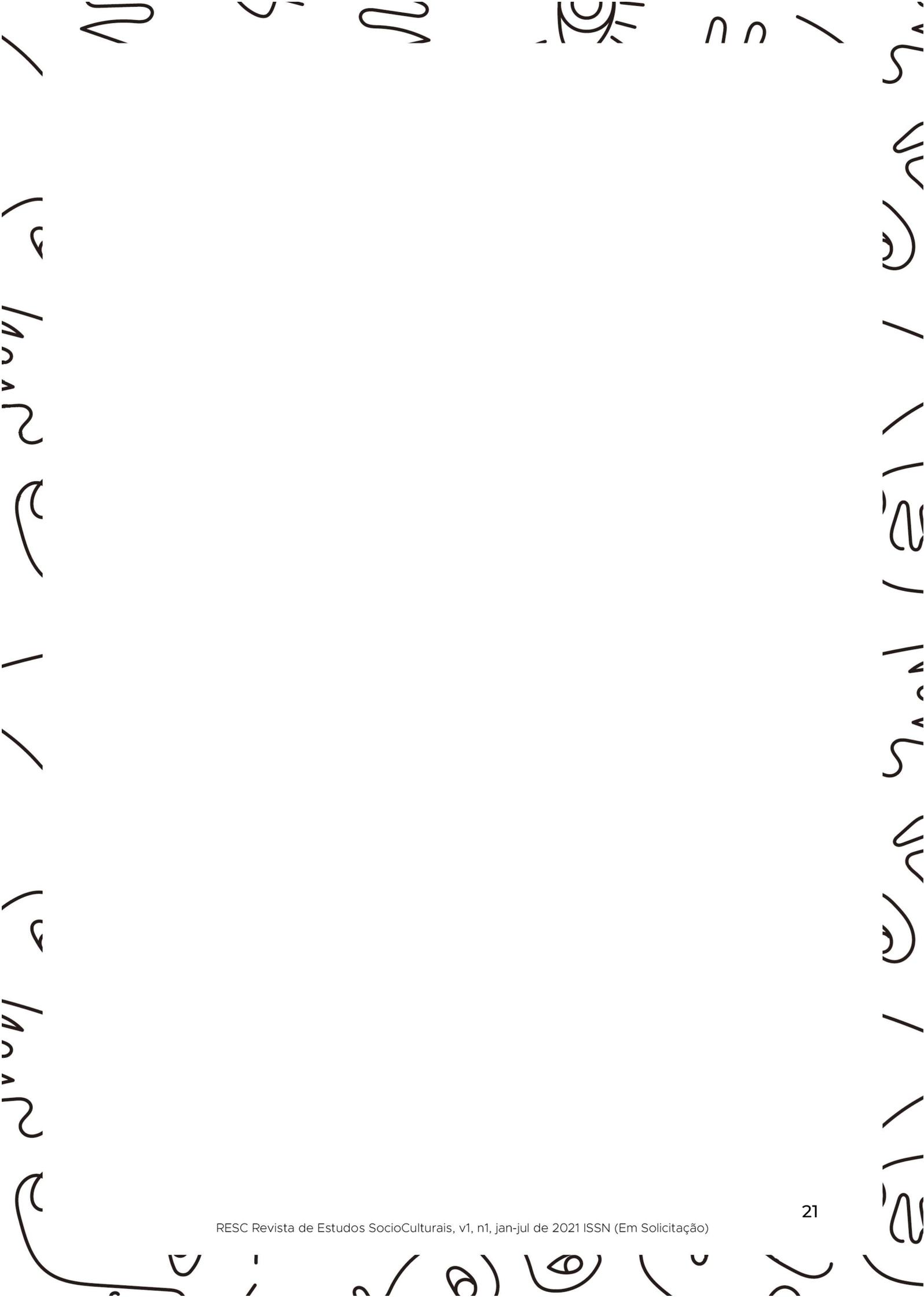
Não o bastante, a *RESC Revista de Estudos SocioCulturais* retoma e atualiza a temática ameríndia como que em um arroubo boasiano de elaborações etnográficas e de tensionamentos simbólico-interacionais da vida Warao no cotidiano moral-emocional do urbano mossoroense contemporâneo em um último texto: o ensaio fotográfico *Warao em Mossoró/RN: prelúdio de uma etnografia em imagens*. Apresentado por Eliane Anselmo da Silva e Raoni Borges Barbosa, estas visualidades nos trazem um apanhado circunstancial dos resultados do Projeto de Pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19” (SILVA e BARBOSA, 2020/2021), cujo objetivo foi o de apresentar a etnografia que está sendo realizada com os indígenas venezuelanos da etnia Warao que vivem na cidade de Mossoró/RN desde o final do ano de 2019, - e que transborda em poética migrante, estrangeira e ameríndia.

A todos uma excelente leitura deste primeiro número da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*!

Os Editores da *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*,

Eliane Anselmo da Silva

Raoni Borges Barbosa



ARTIGOS



PEREIRA, Elcimar Dantas. Adolescentes em conflito com a lei: precariedade, biopolítica e medicalização dos corpos. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 23-39, ISSN (Em Solicitação).

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: PRECARIEDADE, BIOPOLÍTICA E MEDICALIZAÇÃO DOS CORPOS

Adolescents in conflict with the law: precariousness, biopolitics
and medicalization of bodies

*Elcimar Dantas Pereira*¹

Resumo: Procuramos, nesse artigo, discutir o enredamento entre a precarização da vida dos sujeitos, - principalmente aqueles envolvidos em contextos de violência, - e sua relação com uma biopolítica e medicalização dos corpos, seja por procedimentos de poder, seja através de controles reguladores, para que se tornem dóceis, no caso de adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas. Para tanto, pretendemos acionar, à luz dos debates realizados por Butler e Foucault, as categorias “precariedade, biopolítica e medicalização dos corpos”, tomando como dados empíricos as pesquisas realizadas por Silva (2013) e a etnografia realizada por Azevedo (2017), ambas realizadas no Centro Educacional (CEDUC) da cidade de Mossoró/RN e orientadas pelo autor desse artigo no curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Além dos TCC´s, serão observados os dados constantes no artigo intitulado *Retratos da violência em jornais mossoroenses: homicídios e latrocínios no ano de 2011*, de Pereira, Costa e Oliveira.

Palavras-chave: CEDUC/Mossoró, adolescentes em conflito com a lei, precariedade, biopolítica, medicalização dos corpos

Abstract: In this article, we discuss the entanglement between the precariousness of the lives of subjects, - especially those involved in contexts of violence, - and its relationship with a biopolitics and a medicalization of bodies, either through power procedures or through regulatory controls, to that they become docile, in the case of adolescents in conflict with the law who comply with socio-educational measures. Therefore, we intend to trigger, in light of the debates held by Butler and Foucault, the categories of "precariousness, biopolitics and medicalization of bodies", taking as empirical data the research produced by Silva (2013) and the ethnography constructed by Azevedo (2017), both held at the Educational Center (CEDUC) in the city of Mossoró/RN and supervised by the author of this article in the

¹ Professor de Antropologia do Curso de Ciências Sociais/UERN e doutorando do PPGAS/UFRN.

course of Social Sciences at the State University of Rio Grande do Norte. In addition to the TCC's, the data contained in the article entitled *Portraits of violence in Mossoroese newspapers: homicides and robbery in 2011* by Pereira, Costa and Oliveira, will be observed.

Keywords: CEDUC/Mossoró, adolescents in conflict with the law, precariousness, biopolitics, medicalization of bodies

INTRODUÇÃO

O processo de socialização desenvolvido de maneira diferenciada para homens e mulheres na sociedade brasileira, - em especial no caso do Nordeste, onde o ser homem passa pelo universo da virilidade, - está relacionado ao desenvolvimento de uma agressividade que se reflete no uso da força física como elemento norteador de suas identidades. A sociabilidade violenta, a socialização baseada na agressividade e a intensa exposição à esfera pública como fatores norteadores de uma compreensão acerca de incidência maior de atos de violência entre indivíduos do sexo masculino levam ao exercício e à experiência da violência como representando uma ruptura do contrato e dos laços sociais, levando a fenômenos de desfiliação, quebrando as relações de alteridade e rasgando a relação entre o eu e o outro, conforme nos aponta Silva (2011).

Mara Viveros (2002), ao fazer um apanhado das discussões acadêmicas sobre homens e masculinidade, revelará que os debates acerca das relações de gênero com ênfase nos estudos das masculinidades serão orientados inicialmente, em especial na América latina, por uma perspectiva que perpassa a articulação desse debate com o machismo como culto à virilidade. Em contrapartida, a partir da década de 1980, incorpora-se a perspectiva feminista de compreensão da masculinidade como construção cultural, portanto, como resultado de um processo relacional de gênero, o que possibilitou um amplo conjunto de estudos realizados por mulheres que reinserem homem e o masculino na arena desses debates.

No exercício que fará de levantamento bibliográfico sobre o que fora produzido na América latina nas décadas de 1980 e 1990 acerca dos trabalhos acadêmicos voltados para o debate sobre masculinidades, Mara Viveros o dividirá em três eixos temáticos: identidades masculinas, as masculinidades na esfera privada, violências e homossociabilidades masculinas. Para este momento, interessa-nos o debate sobre violências e homossociabilidades masculinas. Uma vez que neste debate se pode evidenciar a construção das identidades masculinas como resultado de um ambiente de violência histórica e estrutural presentes na América latina.

Os primeiros estudos voltados a essa questão, seguindo a discussão da Mara Viveros, se voltam para programas de intervenção com homens envolvidos em situações de violência doméstica. Nesses estudos se observa o machismo como um desencadeador de atitudes violentas, no qual se percebe que por trás desses atos se esconde um conjunto de experiências de conflito relacionadas ao medo, à vergonha e à grande sensação de vulnerabilidade. Posteriormente, o debate sobre violência e masculinidades sairá do eixo apenas da família, e passará a territorialidades como o bairro ou

instituições como as prisões e as forças armadas. Nesses espaços fica evidenciado o fato da necessidade de associação a um grupo como meio de manutenção ou preservação de identidades masculinas. Como assinala Humberto Labarca (Apud VIVEROS: 2002), quando estuda a violência masculina juvenil em torcidas de futebol das populações pobres de Santiago do Chile e observa que estas tem como mecanismo regulador de suas ações a defesa da territorialidade e o nível de medo que conseguem impor aos outros.

Em instituições como as prisões, e aqui também podemos pensar as instituições correcionais voltadas para adolescentes em conflito com a lei no Brasil, as negociações em torno das identidades masculinas são realizadas a partir de “contratos sociais”, isto é, contratos tácitos, porém, bastante rígidos que obrigam os indivíduos a reorganizarem os seus referenciais de mundo para se adequarem a uma instituição total que, desde sua proposta inicial, procurou incorporar como característica primordial a forte vigilância e controle, além do disciplinamento com o objetivo de corrigir os indivíduos que de alguma forma transgrediram normas preestabelecidas pelo ordenamento jurídico/social.

Nessa reorganização dos referenciais e até certo ponto de suas próprias identidades, esses indivíduos costumam desenvolver estratégias que lhes auxiliam na construção de suas redes de sociabilidade, como já indicamos em nossa dissertação de mestrado, Pereira (2004). Muitas são as estratégias desenvolvidas no ambiente prisional. Entre elas destaca-se o pacto ou lei do silêncio firmado entre os apenados. Essas relações se desenvolvem a partir de um jogo entre o que se pode ou quer revelar ou confidenciar e aquilo que se quer ou deve ocultar do processo de comunicação entre os indivíduos, variando de acordo com a posição de poder e hierarquia que o indivíduo ocupa no grupo. Conforme assinala Luiz Alberto Mendes (2001), a fidelidade a esse pacto é condição precípua para a sobrevivência dos indivíduos nas instituições carcerárias. Ser “cabueta”, delator é considerado crime hediondo com direito a tratamento exemplar como a morte física ou social por meio do isolamento total.

Mara Viveros irá observar ainda que existe uma forte relação entre a violência exercida no espaço público e a violência exercida no âmbito doméstico. Segundo a autora:

(...) parece possível dizer que a violência política e social que tem caracterizado a história dos países da região tem afetado diretamente a dinâmica interna das famílias, gerado mortes, deslocamentos geográficos, etc. Por sua vez, uma socialização mediada pela violência como forma de resolver conflitos produziram mulheres e homens que reproduzem essas formas de

relacionamento na esfera pública. (VIVEROS, 2002:98, tradução nossa).

Sendo assim, é possível observar que existe um imbricamento contextual na geração de atos de violência, que não remetem necessariamente ao sexo dos sujeitos. Portanto, ser homem não o faz necessariamente violento, mas os contextos relacionais de produção de papéis de gênero e condições de existência o fazem. Considerando esse contexto procuramos nesse artigo discutir o enredamento entre a precarização da vida dos sujeitos, principalmente aqueles envolvidos em contextos de violência, e sua relação com uma biopolítica e medicalização dos corpos para que se tornem dóceis, no caso de adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas.

Para tanto, pretendemos acionar, à luz dos debates realizados pela filósofa estadunidense Judith Bultler e do pensador contemporâneo Michel Foucault, as categorias “precariedade, biopolítica e medicalização dos corpos”, tomando como dados empíricos as pesquisas realizadas por Clebiana Dantas da Silva (2013) em sua monografia de final de curso intitulada “Violência e criminalidade juvenil em Mossoró/RN” e a etnografia realizada por Aline Pereira de Azevedo (2017) intitulada “Banditismo por uma questão de classe: a relação entre periferia e criminalidade juvenil”, ambas realizadas no Centro Educacional (CEDUC) da cidade de Mossoró/RN e orientadas pelo autor desse artigo no curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Além dos TCC’s, serão observados os dados constantes no artigo intitulado Retratos da violência em jornais mossoroenses: homicídios e latrocínios no ano de 2011, de autoria de Elcimar Dantas Pereira, Cleylton Rodrigues Costa e Ana Claudia Oliveira.

VIDAS PRECÁRIAS OU VIDAS QUE IMPORTAM

Em sua obra intitulada “Precarious Life” (2003), Judith Butler, ao descrever uma situação vivenciada por ela mesma em uma reunião universitária, - onde o diretor da instituição afirmava ter ouvido que ninguém mais lia livros de Humanas e que as Humanidades não tinham mais nada a oferecer, - revelará que esse discurso despertou nela a necessidade de pensar em comportamentos que só serão acionados na medida em que o outro lhe faz exigências, acusações e lhe pede para assumir responsabilidades, levando a filósofa a pensar sobre as estruturas discursivas que sustentam a autoridade moral inerente a estes. O caminho percorrido por Butler a leva a pensar sobre a relevância do que é representável ou irrepresentável e o peso disso sobre as vidas dos sujeitos; para tanto ela aciona a metáfora do “Rosto” de Emmanuel Levinas para

explicar como os outros fazem reivindicações morais sobre nós, abordando demandas morais que não pedimos e que não somos livres para recusar.

Demonstrando como o rosto da humanidade segue uma ambivalência entre o que se deseja identificar enquanto humano e o que não é identificável como tal, ressaltando o peso das mídias nesse processo quando, por exemplo, na guerra do Afeganistão, enquadraram o rosto de Bin Laden como “o rosto do próprio terror”, enquanto que o enquadramento que envolvia Colin Powel remete ao sucesso da democracia sob o domínio do terror. É nesse itinerário discursivo que Butler (2003: 146, tradução nossa) dirá que:

A evacuação do humano pela mídia tem que ser entendida, porém, em termos do problema mais amplo que os esquemas normativos de inteligibilidade estabelecem o que será e não será humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte de luto. Esses esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que diferenciam entre aqueles que são mais e menos humanos. Às vezes produzem imagens do menos que humano, sob o disfarce do humano, para mostrar como o menos que humano se disfarça, e ameaça enganar aqueles de nós que poderiam pensar que reconhecemos outro humano ali, naquele rosto. Mas às vezes estes esquemas normativos funcionam precisamente por não fornecerem nenhuma imagem, nenhum nome, nenhuma narrativa, para que nunca houvesse uma vida, e nunca houvesse uma morte.

Assim, Butler explicita, mediante uma hierarquia de apreensões do outro por meio da aceitação, inteligibilidade e reconhecimento, que este processo subjetivo depende em um primeiro momento de um conjunto de normas expostas pela ordem social e política. Pensando essas normas ao nível de um viés foucaultiano (com quem estabelece um diálogo profícuo) dos micropoderes e das tecnologias disciplinares, seja por meio de instituições religiosas, escolas, discursos ou dispositivos jurídicos. Esses discursos ou sua omissão elegerão as vidas que importam nesse cenário, onde a precariedade das vidas se torna elemento fundamental nessas considerações. Butler (2015:28) em “Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto”, ao se referir à ideia de precariedade, salientará que *viver* significa *viver socialmente*; uma vez que:

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida).

Sendo assim, a precariedade pode ser pensada a partir do fato de que determinadas pessoas – ou grupos de pessoas – são expostas a condições econômicas e sociais menos favoráveis em um contexto social inserido em uma história de desigualdades cada vez mais crescentes, onde “[...] a vida

exige apoio e condições possibilitadoras para poder ser uma vida vivível” (Butler, 2015: 40). Para tanto, é preciso se enquadrar em esquemas de reconhecimento que fazem emergir corpos que importam, que possam ser reconhecidos como efetivamente humanos. Uma vez que, segundo Butler (2015, p. 85): “[...] certos tipos de corpos parecerão mais precariamente que outros, dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia em geral, apoiam ou endossam a ideia da vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto”.

Desse modo, é possível observar que a precariedade da vida pode apagar o “rosto” de determinadas pessoas ou mesmo “grupos delas”. Aqui procuro acenar para um grupo, mais especificamente o de adolescentes em conflito com a lei, na medida em que apresento alguns dados que evidenciam que a precarização de suas vidas os leva a caminhos que parecem seguir um script percorrido pelo discurso da anulação dos seus corpos como corpos que importam. Em pesquisa realizada sobre os casos de homicídios na cidade de Mossoró/RN no ano de 2011 (PEREIRA; COSTA; OLIVEIRA: 2018), foi possível observar uma predominância de casos de homicídios entre homens, cerca de 90% dos casos, sendo estes em grande maioria jovens, com um percentual de aproximadamente 70% dos casos de homicídios entre homens de até 30 anos de idade.

Na mesma pesquisa, em que se procura localizar os bairros mossoroenses com maior incidência de homicídios, fica evidenciada uma alta concentração de homicídios na região norte, sendo o bairro Santo Antônio, de forte característica periférica, invariavelmente o bairro de maior incidência. A partir da coleta de dados nos três maiores jornais da cidade restou verificado que o bairro Santo Antônio teve 29 homicídios em 2011. Em uma análise mais detalhada, pode-se perceber que este bairro sozinho já ultrapassa o número de homicídios tolerados pela OMS, que é de 10 homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes, tendo em vista que a cidade de Mossoró possuía 288.162 habitantes no ano de 2011, o número tolerado seria de 28 homicídios nesta cidade, neste ano de referência. No caso de Mossoró, não se mata para roubar, se mata em função de conflitos instaurados em redes de relações sociais em que o tráfico de drogas em primeiro lugar, seguido de perto pela necessidade de vingança, são elementos fundamentais. É importante se observar a disparidade entre os casos de homicídio e latrocínio! Vejamos: no jornal Gazeta do Oeste a relação é de 105 homicídios para 11 latrocínios, o que só evidencia que as mortes em Mossoró estão relacionadas não ao desejo de possuir o que é do outro (GIRARD, 1990), mas ao tráfico de drogas e à vingança.

Ainda nesta pesquisa, observou-se dois fenômenos importantes para o nosso debate: o primeiro é que os homicídios que tem por característica

serem considerados pela imprensa local como crimes de vingança, em função do tráfico de drogas, são noticiados nas manchetes de capas de jornal por meio de números “30º caso de homicídio em Mossoró no ano de 2011”, - essa é uma tônica constante. No entanto, foi possível observar que as manchetes mudam de teor, quando a vítima é um jovem branco, de classe média e cursando uma das faculdades mais caras do estado com campus na cidade. Na manchete lia-se “Estudante cearense é morto pela polícia em Mossoró”; só durante a matéria, no interior do jornal no caderno de notícias policiais, é possível ver que o rapaz havia furado uma blitz policial e atropelado três pessoas. Isto justificaria a morte do jovem pela polícia? Obviamente não. No entanto, esses elementos nos remetem ao debate estabelecido por Butler (2015: 30), sobre “vidas precárias”, os corpos que importam, aqueles que segundo ela são dignos de luto. Pois:

Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa. Em geral, imaginamos que uma criança vem ao mundo, é mantida no e por esse mundo até a idade adulta e a velhice e, finalmente, morre. Imaginamos que quando a criança é desejada há celebração no início da vida. Mas não pode haver celebração sem uma compreensão implícita de que a vida é passível de luto, de que seria enlutada se fosse perdida, e de que esse futuro anterior está estabelecido como a condição de sua vida.

Os registros da pesquisa realizada por Pereira, Costa e Oliveira (2018) nos mostram um retrato de uma realidade onde as vítimas de homicídios são homens, jovens, moradores de áreas periféricas e são executados a partir de disparos de armas de fogo, além de possuírem uma forte relação com o tráfico de drogas. A mídia local ao noticiar essas vítimas de homicídios enquanto números destitui destes qualquer caráter humanizador que possibilite comoção, e, por conseguinte, a possibilite ser enlutada, uma vez que o discurso leva à banalização do fato, já que a lógica é mais um a ser morto com as mesmas características, algo “previsível” e por alguns comemorado, pois a máxima nos blogs policiais da cidade sempre é “bandido bom é bandido morto”.

O perfil das vítimas não é muito distante da dos agressores: eles também são homens, jovens, moradores de áreas periféricas. Sendo assim, os jovens que, em muitos casos, são enquadrados como autores de crimes que vão desde roubos, assaltos, furtos, homicídios, são com a mesma intensidade, ou até em maior grau, as principais vítimas de morte em Mossoró. Nas favelas e nas periferias da cidade tornam-se comuns os duelos entre traficantes rivais, ou mesmo o confronto destes com a polícia.

Esse perfil pode ser observado na pesquisa realizada por Silva (2013) em um centro de educação (CEDUC) na cidade de Mossoró/RN, quando

procurava entender os motivos pelos quais adolescentes se inseriam em redes de criminalidade. Segundo a pesquisadora, eram jovens do sexo masculino com idades de 13 a 18 anos incompletos e excepcionalmente até os 21 anos de idade, sentenciados pela Justiça. Em 2012, os principais atos infracionais realizados pelos jovens encaminhados à instituição são assaltos, homicídios, roubos e, em menor proporção, o tráfico de drogas, estupros e latrocínios, além de em sua grande maioria advirem de áreas periféricas. Entre os elementos apontados pela pesquisa como motivadores ou facilitadores da inserção desses adolescentes em redes de criminalidade estão: processos de drogadição, a desestruturação familiar e a falta de acesso à educação.

Ao discutir os processos de drogadição, Silva (2013) nos dirá que 50% dos entrevistados afirmavam no momento da pesquisa que o uso de entorpecentes contribuiu significativamente para inserção destes em redes de criminalidade, pois os primeiros delitos surgiram como forma de sustentar o próprio vício; roubavam para pagar dívidas de drogas, continuarem consumindo, alegando que se sentiam com mais coragem sob o efeito da droga e isso dava as eles a adrenalina necessária para enfrentar o perigo. É importante observar, conforme Alba Zaluar (2004, p. 34), que a necessidade de pagar ao tráfico induz o usuário a roubar, assaltar e em muitos casos aumentar o seu envolvimento no crime. Assim, entre os múltiplos agentes que promovem a criminalidade juvenil em Mossoró, o uso de drogas é um deles: o jovem induzido a provar das drogas acaba quase sempre incitado a continuar consumido, o que, em algum momento o leva a praticar pequenos delitos que vão gradativamente tomando maiores proporções. Também é importante ser observado que a relação entre drogas e criminalidade juvenil conota as principais motivações para a maioria dos homicídios entre jovens no município: acertos e desacertos entre traficantes e usuários muitas vezes terminam mal. Adquiriu drogas para consumo ou venda e não pagou, na maioria dos casos a sentença é a pena de morte.

Por fim, Silva observará que todos os entrevistados eram evadidos da escola e quando questionados sobre a perspectiva de futuro ou o que pensavam em fazer ao sair da internação, em momento algum era apresentado como plano futuro o retorno à vida escolar: a ideia de trabalhar era um ponto comum em todas as falas; o pensamento de sair da criminalidade também era unânime, embora acreditassem que as oportunidades de emprego formal eram ainda mais difíceis para quem possuía uma escolaridade limitada e o estigma de ser ex-socioeducando. Uma questão importante é que os adolescentes entrevistados relatavam que o fato de já se encontrarem em meio às redes de criminalidade

restringia o acesso à educação escolar, interferindo significativamente na frequência escolar, de modo que muitos ao saírem da internação se viam obrigados a largarem os estudos por receio de serem mortos por inimigos. A educação, no caso expresso por este grupo de jovens, é vetada, não apenas pela falta de estímulos, de infraestrutura ou professores qualificados, mas também por consequências geradas pela entrada nas redes de criminalidade.

Observemos que os quadros registrados pelas pesquisas aqui discutidas apontam para um processo de exclusão que parece crescente, em que são retirados, seguindo Butler (2015), os elementos necessários para que uma vida possa ser vivida. Portanto, o que vemos são vidas que se iniciam e parecem se desenvolver de maneira precarizada, seja fora quando os seus “rostos” são borrados, apagados, seja dentro de centros educacionais cumprindo medidas socioeducativas, onde podem ser comparados a verdadeiros mortos-vivos, uma vez que suas existências só serão observadas em caso de ameaça latente à ordem, ou seja, em casos de rebelião.

BIOPOLÍTICA E MEDICALIZAÇÃO DOS CORPOS

Algo curioso acontece quando esses sujeitos de “rostos” borrados, apagados adentram em instituições correcionais, como os CEDUC´S. Nesse momento, o que se espera é que esses corpos se tornem dóceis por meio da medicalização dos mesmos. Medicalização entendida como uma maneira de produzir uma racionalidade relacionada a práticas sociais, culturais, históricas, econômicas, subjetivas e políticas com vistas a submeter os sujeitos a relações lineares de causa e efeito médico-biológicas, médico-psicológicas, neuropedagógicas, entre outras análises de causa e efeito que resultem em patologização das condutas “desviantes” (LEMOS, 2014).

Para Foucault, no século XVII se inicia uma mudança nos mecanismos do poder. Até aquele momento, o poder soberano era central, fundamentado que estava no direito de “causar a morte ou deixar viver”. Tal poder passa a ser substituído “[...] por um poder de causar a vida ou devolver a morte” (FOUCAULT, 1988, 149). Isto quer dizer que as táticas do poder, ao invés de objetivarem reprimir ou até mesmo matar os indivíduos que violassem a lei do soberano, agora passam a se voltar para os gerenciamentos da vida, de modo a torná-la mais produtiva. A biopolítica na perspectiva foucaultiana irá criar estratégias próprias, processos que por meio de dados estatísticos tentam prever padrões em determinados grupos populacionais, tais como os nascimentos, mortes, epidemias, etc. Neste sentido, na biopolítica, “[...] os processos da vida são levados em conta por

procedimentos de poder de saber que tentam controlá-los e modificá-los, [assim como] distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT. 1988, p. 153-156).

É no sentido da ação de qualificar a vida que Foucault irá trazer a ideia da sociedade normalizadora. Isso porque, somente quando a vida passa a ser o objeto e a finalidade do poder, de modo a produzir uma determinada forma de viver, que lhe é mais produtiva, que se criará um conjunto de normas. E ao indivíduo que escapar de tal normalização, cabe-lhe o abandono, ou até mesmo, como último recurso, a morte. Tal procedimento se justifica justamente porque é a vida que está em questão, uma vez que a vida da população pode estar sendo ameaçada por este outro que pode transgredir e prejudicar a formatação social vigente. O debate iniciado com Michel Foucault sobre biopolítica se torna um elemento importante em nossa discussão, uma vez que é na intersecção entre biopoder, - aquele que se evidencia de maneira mais latente nos mecanismos disciplinares existentes nas prisões, - e a biopolítica que observa as técnicas e mecanismos reguladores como micropoderes que alcançam as populações, que se encontra a proposta dos CEDUCS como centros de “recuperação” ou “ressocialização” de Jovens infratores. O que temos são centros que a princípio possuem a função de, - por meio de práticas educacionais, práticas esportivas e terapêuticas ocupacionais, - levar adolescentes em conflito com a lei a se “regenerarem”, ou seja, é um processo de medicalização dos corpos que busca adequá-los ao que se espera socialmente, ou uma espécie de “ortopedia social”, conforme nos inspira a pensar Foucault.

Os Centros Educacionais são órgãos responsáveis pela execução de medidas socioeducativas prescritas a adolescentes que tenham infringido a lei. São instituições para onde são direcionados adolescentes que já tenham alguma medida a ser cumprida. Para a efetivação das atividades previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o artigo cento e vinte e quatro (Art. 124), a instituição que irá acolheros jovens em processo de ressocialização deve dispor de uma estrutura que inclua ambientes para sua educação, lazer, atividades físicas e culturais, assim como alojamentos em condições adequadas de higiene e um ambiente que possibilite receber visita de seus familiares. Essa situação ideal proposta pela lei não é observada na prática cotidiana.

Silva (2013), quando descreve o ambiente que encontra ao realizar sua pesquisa no CEDUC/Mossoró, dirá que o quadro em que se encontrava a instituição era o seguinte: a escola se encontrava praticamente sem uso, salas empoeiradas, janelas e quadros quebrados. Esta, de todas as atividades, deveria ser a prioridade, mas não foi o que ela percebeu. Em seguida, ela observa que o núcleo de artes, setor em que os internos fazem

trabalhos artesanais, quadros, enfeites, estava em bom estado, ao que se deveria ao esforço de uma funcionária que mantinha o local por meio de doações que conseguia no comércio local. O campo de futebol, nunca havia sido usado, se encontrava com a grama queimada e bastante lixo no seu entorno. A piscina talvez fosse um bom equipamento de lazer para os internos se não estivesse com uma rachadura enorme e muito suja. A academia só tinha três máquinas, também não estava em uso há bastante tempo. Na sala de adaptação e nos blocos as grades estavam todas emendadas e parte do concreto da ventilação quebrado. O mesmo acontecia com a protetora (solitária), porém a situação era ainda pior, o banheiro estava entupido e a sala parecia estar há muito tempo sem ser higienizada. Como vemos, a estrutura da instituição não é ruim, no entanto está sucateada. A legislação que regulamenta as políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil é reconhecida mundialmente como uma das mais avançadas. No entanto, o que se tem na prática ainda associa esses ambientes mais a espaços prisionais e menos a instituições educacionais. O que explica a tendência a adotar o disciplinamento e a vigilância ostensiva nesse grupo de indivíduos, como ferramentas do biopoder.

É nessa perspectiva que recuperamos Foucault (1993), quando em *Vigiar e punir* nos chama a atenção para o fato de que, nas sociedades modernas, o principal objetivo da pena era reparar o agravo feito à comunidade e reintegrar o delinqüente ao corpo social. Daí porque a principal preocupação da punição tornou-se a mente e não a tortura (o castigo) sobre o corpo do criminoso. A partir daí a preocupação dos criminalistas foi a de estabelecer uma correspondência racional entre os tipos de delito e os graus de punição. Assim, as reformas nos códigos penais intensificaram-se, promovendo uma nova postura e expectativa diante das execuções penais, sendo este o momento em que começava a se acreditar que a reeducação e a socialização dos indivíduos seriam mais eficazes do que puni-los com suplícios e torturas. Nesse contexto, emergiu a ideia do sistema penitenciário moderno como alternativa de transformação moral dos criminosos. No entanto, o que se percebe é que dos dois principais objetivos designados como fins últimos da instituição carcerária, isto é, o de privação da liberdade e o de transformação do indivíduo na tentativa de ressocializá-lo, apenas o primeiro logrou o intento perseguido. Nesse sentido, Foucault (1993, p. 227) irá definir a prisão como sendo:

“[...] essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz do dia como terapêutica, e a sentença se inscrever entre os discursos do saber”.

A terapêutica ou a medicalização dos corpos nos CEDUCS ainda se encontram no escopo das técnicas e mecanismos de disciplinamento, buscando uma docilização desses corpos seja por procedimentos de poder, como as punições, por exemplo, seja através de controles reguladores. Fatores que apontam para o disciplinamento estão, por exemplo, presentes na pesquisa realizada por Azevedo (2017), no CEDUC/Mossoró. Azevedo descreve que, quando chegam ao CEDUC, os adolescentes passam primeiro por um período de adaptação, permanecem em um núcleo separado, e são submetidos à entrevista e teste de nivelamento escolar. Após esse primeiro momento devem ser encaixados nas atividades esportivas e artísticas, assim como frequentar a escola de segunda à sexta como previsto no ECA.

As nuances do disciplinamento também estão inscritas nos gestos, isto observado em visitas realizadas, por nós, no mês de Janeiro de 2020 no CEDUC/Mossoró, quando identificamos que nas relações de assimetria entre equipe dirigente e socioeducandos existia uma postura predominante, aquelas que remetem ao que as autoridades convencionaram chamar de “postura de respeito”. Nos casos em que presenciamos esses contatos, os socioeducandos estavam de mãos para traz, numa postura ereta e com a cabeça baixa, o gesto de se apoiar em algum objeto como mesa ou cadeira é automaticamente repreendido, e sentar-se é um ato que só deve ser realizado com uma autorização prévia. Tudo é, em princípio, passível de sanção e de confisco repressivo, desde uma palavra mais agressiva dirigida contra outro socioeducando ou instrutor, passando pelo ato de não se colocar em situação de resignação diante das autoridades, até comportamentos mais graves como agressões, furtos de objetos pessoais, tráfico de drogas. Para atitudes tão diferentes, aplicam-se penalidades que podem variar da simples advertência até dias na protetora (cela de castigo), sanções que vem comumente acompanhadas de maus tratos, variações que dependem do socioeducando, isto é, de suas vinculações internas, de sua posição no mundo da delinquência, do poder que desfruta entre os outros socioeducandos.

Na medida em que ocorrem esses processos de disciplinamento ostensivo advindos do que identificamos como biopoder, vemos adentrar nesses espaços, de maneira concomitante, processos de controles reguladores resultado da interrelação, entre educação, arte e esporte. Azevedo (2017) nos aponta elementos dessa interrelação a partir da dinâmica interna do CEDUC/Mossoró. Ela nos diz que de segunda à sexta os adolescentes devem ser “retirados” para a escola, alguns estudam pela manhã e outros à tarde, porém o horário é reduzido, pois em cada turno existem duas turmas que não funcionam simultaneamente; os educadores

só retiram os adolescentes de uma turma quando todos os outros já estão em seus blocos. A dinâmica da escola não obedece aos moldes de uma escola comum, com o conteúdo previsto para determinada série; as professoras parecem sempre trabalhar com atividades pontuais, como a leitura de um texto específico por exemplo.

As atividades esportivas se restringem a jogos de futebol na quadra, obedecendo ao revezamento entre os grupos, uma vez que as brigas em decorrência de facções criminosas impedem a convivência entre os adolescentes e prejudicam a realização de atividades esportivas onde a competição se acirra. Em hipótese alguma os educandos pertencentes a uma facção podem cruzar com os da outra, pois o confronto é certo. Mesmo em dias de visitas existe a separação desses grupos: um fica na academia e o outro no ginásio. Para as atividades esportivas e artísticas, eles são retirados por blocos, não há complicações; porém, na escola, as turmas devem ser formadas por nivelamento educacional, tarefa conturbada em virtude das condições de convivência.

Assim como as atividades esportivas e educacionais, as artísticas funcionam entre segunda e quinta-feira. Azevedo (2017) diz ter acompanhado de perto a dinâmica desse setor, onde observou que os adolescentes o apreciam e sentem falta se passam muito tempo sem atividades desse tipo. Assemelhando-se à escola, cada turno deve atender a dois grupos de adolescentes, um após o outro, normalmente com quatro educandos. Entre as ocupações desenvolvidas constam principalmente pintura em madeira: os adolescentes cortam e lixam as peças a serem trabalhadas, sempre com o auxílio das professoras responsáveis. Não existe uma verba destinada ao setor. Para adquirir os materiais necessários, as funcionárias vendem as criações dos adolescentes, entre elas ou para amigos, e assim conseguem manter seu funcionamento.

O que vemos, nessa interrelação entre atividades educacionais, esportivas e artísticas, é um esboço paradoxal de reintegrar esses sujeitos, embora de maneira muito incipiente, a uma esfera humanizadora. Isso compreendido na medida em que se observa a medicalização terapêutica e a autoritária se coadunando na tentativa de diminuir resistências e docilizar corpos em nome da lei e da ordem social. O objetivo dessas medidas, poderíamos dizer, é que essas vidas passem a ser anestesiadas e impedidas de qualquer plano de questionamento das práticas cristalizadas e instituídas que visam domesticá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela procurou discutir o enredamento entre a precarização da vida dos sujeitos, principalmente aqueles envolvidos em contextos de violência, e sua relação com uma biopolítica e medicalização dos corpos, para que se tornem dóceis, no caso de adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas. No itinerário discursivo aqui estabelecido, é possível observar a existência de quadros de precarização da vida de alguns sujeitos, que podem resultar na aproximação e inserção eles em redes de criminalidade.

Observou-se, por meio das pesquisas aqui discutidas, que parece existir um script que segue marcando suas vidas: as vítimas e agressores estão dentro do mesmo contexto social na maioria dos casos, sendo homens, jovens, de áreas periféricas, que tem entre os fatores impulsionadores para sua inserção em redes de criminalidade o mergulho em situações de drogadição, o desamparo familiar, o não acesso a um sistema educacional de qualidade, além de uma violência estrutural constante. A estes sujeitos são negados os elementos para que a vida possa ser vivida, - na esfera econômica, política, social e cultural, - na medida em que o movimento realizado pelo todo social é de destituir esses sujeitos de qualquer possibilidade de humanização, negando-lhes um “rosto” que possa ser reconhecido como humano. São vidas precarizadas desde o nascimento e que precisam ser reconhecidas enquanto tal, para que do ponto de vista normativo possa haver “[...] uma maneira mais inclusiva e igualitária de reconhecer a precariedade, e que isso deveria tomar forma como políticas sociais concretas no que diz respeito a questões como habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico.” (BUTLER: 2015, 28).

O reconhecimento da precariedade pode ser observado nas políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes no Brasil, mais particularmente no que se refere ao (ECA), e nas medidas socioeducativas voltadas para adolescentes em conflito com a lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente, enquanto instrumento jurídico normativo, é um dos mais avançados do mundo. Os centros educacionais previstos pelo estatuto possuem a função de, -por meio de práticas educacionais, esportivas e terapêuticas ocupacionais, - levar adolescentes em conflito com a lei a se “regenerarem”, ou seja, é um processo de medicalização dos corpos que busca adequá-los socialmente, uma espécie de “ortopedia social” conforme nos provoca a pensar Foucault. No entanto, como pudemos observar nas discussões estabelecidas nesse artigo, a aplicação do estatuto merece ser repensada para que os seus objetivos possam ser atingidos. Uma vez que

quando se observa os centros educacionais onde os adolescentes em conflito com a lei cumprem medidas socioeducativas, verifica-se que na prática cotidiana esses ambientes ainda estão mais associados a espaços prisionais e menos a instituições educacionais.

Observa-se que a terapêutica ou a medicalização dos corpos nos CEDUC'S ainda se encontram no escopo das técnicas e mecanismos de disciplinamento, buscando uma docilização desses corpos seja por procedimentos de poder, como as punições, por exemplo, seja através de controles reguladores. Sendo assim, verifica-se, nesse artigo, o imbricamento entre a precariedade da vida de alguns sujeitos, neste caso os adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas, e, como essa precarização pode levá-los a instituições correccionais que desenvolvem um trabalho paradoxal: ao mesmo tempo em que ratificam o processo de desumanização a que eles estão expostos, parecem procurar por meio de uma “ortopedia social” reintegrá-los a essa mesma humanidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aline Pereira de. **Banditismo por uma questão de classe: a relação entre periferia e criminalidade violenta**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2017.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 29 jan. 2020.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The powers of mourning and violence**. London/New York: Verso, 2003.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graar, 1988.

_____. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GIRARD, René. **A violência e o Sagrado**. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista; 1990.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A medicalização da educação e da resistência no presente: disciplina, biopolítica e segurança. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 3, 2014, p. 485-492.

MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

PEREIRA, Elcimar Dantas. **O pacto velado: estudo etnográfico sobre a sociabilidade entre apenados de regime fechado na penitenciária agrícola de Mossoró-RN**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

PEREIRA, Elcimar Dantas; COSTA, Cleylton Rodrigues; OLIVEIRA, Ana Claudia. Retratos da violência em jornais mossoroenses: homicídios e latrocínios no ano de 2011. In: Francisco Vanderlei de Lima; Elcimar Dantas Pereira (Orgs.). **Leviatã ameaçado: crimes, drogas e violência**. Mossoró-RN: EdUERN, 2017, p. 62-87.

SILVA, Clebiana Dantas da. **Violência e criminalidade juvenil em Mossoró/RN**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2013.

SILVA, Vanderlan Francisco da. A Lógica Perversa da Produção de Homicídios em Cidades de Porte Médio no Brasil. In: **Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia**, 2011, Recife, 2011, p. 1-18.

VIVEROS, Mara. **De quebradores y cumplidores. Sobre hombres, masculinidades y relaciones de género em Colombia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

ZALUAR, Albas. **Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas**. FGV Editora, 2004.

AZEVEDO, Pietra Conceição. “Travesti não é bagunça”: reflexões etnográficas da performance identitária das travestis no contexto urbano mossoroense. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 40-53, ISSN (Em Solicitação).

“TRAVESTI NÃO É BAGUNÇA”: REFLEXÕES ETNOGRÁFICAS DA PERFORMANCE IDENTITÁRIA DAS TRAVESTIS NO CONTEXTO URBANO MOSSOROENSE²

“Transvestite is no mess”: ethnographic reflections on the identity performance of transvestites in the urban context of Mossoró

Pietra Conceição Azevedo³

RESUMO: A partir de uma pesquisa de campo etnográfica com quatro travestis entre julho de 2015 e setembro de 2017, busco compreender como se dá a performatização identitária dessas sujeitas no contexto urbano mossoroense. As interpretações partiram de cinco eixos: a politização da identidade ao buscar ressignificar o termo “travesti”; a influência do *pajubá* na produção de uma identidade linguística; a feminilidade construída e reivindicada sistematicamente na manipulação corporal; a diferenciação de orientação sexual e identidade de gênero na afirmação da identidade travesti frente à alteridade. Tais elementos expressam-se contingencialmente em trajetórias de vida que se elaboram de formas estratégicas. Não são partes de um todo funcional-estrutural, e sim mecanismos acionados e até renegados taticamente a partir de cotidianos conflituosos.

Palavras-chave: Travestis, Performance identitária, Etnografia, Contexto urbano

ABSTRACT: From an ethnographic field research with four transvestites between July 2015 and September 2017, I seek to understand how the performatization of these subjects takes place in the urban context of Mossoró. The interpretations were based on five axes: the politicization of identity by seeking to reframe the term “travesti”; the influence of *pajubá* in the production of a linguistic identity; femininity constructed and

² Este artigo traz algumas das reflexões que apresento no meu Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Ciências Sociais defendido em 2017, na ocasião eu recebia financiamento da Secretaria de Ensino Superior – SESu, através do Programa de Educação Tutorial. Este trabalho foi orientado pelo Prof. Ms. Elcimar Dantas Pereira, que agradeço por todo apoio e empenho.

³ Travesti antropóloga transfeminista, bacharela em Ciências Sociais/UERN (2017) e mestra em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRN na linha de pesquisa “gênero, sexualidades, corpo e saúde”. Integrante do Grupo Gênero, Corpo e Saúde (GCS/UFRN) e do Grupo de Estudos Culturais (GRUESC/UERN). E-mail: piazevedo3@gmail.com.

systematically claimed in body manipulations; the differentiation of sexual orientation and gender identity in the affirmation of travesti identity in face of otherness. Such elements express themselves contingently in life trajectories that are elaborated in strategic ways. They are not parts of a functional-structural whole, but mechanisms that are activated and even tactically rejected from conflicting everyday situations.

Keywords: Travestis, Identity performance, Ethnography, Urban context

"Mas não se esqueça
Levante a cabeça
Aconteça o que aconteça
O que aconteça, aconteça
Continue a navegar
Continue a travecar
Continue a atravessar
Continue a travecar"
(Serei A – Linn da Quebrada).

“TÁ PENSANDO QUE TRAVESTI É BAGUNÇA?": INTRODUÇÕES ETNOGRÁFICAS

“*Travesti não é bagunça*” é uma expressão que ficou conhecida através de uma matéria jornalística do programa televisivo “Profissão Repórter”, na qual o conteúdo retratava a vida da prostituição em várias vertentes. Na ocasião, a travesti Luana Muniz, que além de “símbolo da Lapa”, era conhecida por seu trabalho de acolhimento das travestis, prostitutas, pessoas em situação de rua e pessoas com HIV em um casarão da Rua Mem de Sá no Rio de Janeiro, participava relatando acerca da prostituição das travestis na noite carioca. Irreverente e icônica, Luana Muniz protagonizou duas cenas fortes durante a exibição do programa, onde confronta homens que a provocam. Ela violenta fisicamente um deles enquanto pergunta raivosamente: “tá pensando que travesti é bagunça?”. A partir de então, a frase “travesti não é bagunça” é propagada por diversas travestis, inclusive as interlocutoras desta pesquisa que fazem uso recorrente da expressão, tentando transmitir a seguinte mensagem: por mais hostil que seja o tratamento que recebemos da sociedade, conseguimos reagir e resistir frente às atrocidades e destratamentos cotidianos.

Na realização de uma pesquisa de campo com quatro travestis entre junho de 2015 e setembro de 2017, nos moldes da antropologia social com base na observação participante, busco compreender como se dá a performatização identitária dessas sujeitas no contexto urbano mossoroense. Neste investimento científico de caráter descritivo, analítico, qualitativo e multidimensional, utilizei a etnografia como método base de um trabalho de campo empírico. Etnografia é acima de tudo, uma descrição densa, que condiz à descrição interpretativa e microscópica da realidade estudada (GEERTZ, 2008).

Para esse exercício de interpretação, realizei conversas semiestruturadas realizadas através de diálogos pontuais (alguns gravados) e acompanhamento cotidiano presencial e virtual (este segundo é apenas complementar ao primeiro), bem como utilizei um diário de campo que foi alimentado sistematicamente de acordo com a realização da pesquisa.

O acompanhamento permeou vários lugares, como os domicílios delas e o meu, festas diversas, teatro, escola, universidade, centro da cidade, entre outros espaços, realizado majoritariamente de forma individual, pois em poucas ocasiões pude acompanhar duas das interlocutoras juntas. Além da vivência cotidiana mais sistemática com as interlocutoras, acompanhei de forma mais distante outras travestis que também moravam em Mossoró-RN⁴ construindo suas diversas práticas cidadinas.

As quatro travestis interlocutoras foram “escolhidas”⁵ baseando-me no grau de aproximação/empatia e diversidade dos “perfis”. Paola⁶ tinha 23 anos de idade, era branca, trabalhava formalmente como cabeleireira em um salão de beleza de propriedade de outra pessoa, tinha estudado até o 2º ano do Ensino Médio e iniciou sua transição de gênero aos 16 anos de idade. Ana tinha 27 anos de idade, começou a transição de gênero desde os 17 anos, era negra, concluiu o ensino médio, trabalhava como profissional do sexo e era militante do movimento trans e travesti do município. Karla era branca, preferia não dizer sua idade, trabalhava formalmente em uma clínica hospitalar privada, concluiu o ensino médio, chegou a cursar até o quarto período de uma graduação e iniciou a transição de gênero aos 13 anos de idade. Gaby era negra, começou sua transição de gênero aos 20 anos, e no auge de seus 31 anos de idade era concursada como agente comunitária de saúde de uma outra cidade, cursava uma graduação na UERN e sua principal fonte de renda era a prostituição.

A quantidade proposta de interlocutoras foi pensada tendo por base a dificuldade de acompanhar o cotidiano de um número alto de travestis de forma individual. Os cotidianos de Paola, Ana, Karla e Gaby raramente se cruzavam, embora todas se conhecessem de alguma forma. Porém, as trajetórias de vida delas tinham marcadores comuns.

Para tanto, aquilo que afirmo ser a performance identitária das

⁴ Mossoró/RN é conhecida como a capital do Oeste Potiguar, tem quase trezentos mil habitantes, sendo considerada a segunda cidade mais populosa do Estado, atrás apenas de Natal, a capital. A economia mossoroense tem como alguns dos seus segmentos a fruticultura irrigada, a indústria extrativa e a indústria salineira, sendo a maior comercializadora de sal do país.

⁵ Vale salientar que a “escolha” foi realizada mutuamente. Pensar as interlocutoras como passivas já é algo obsoleto no fazer antropológico. Desta forma, muito mais que escolhas, a vivência antropológica possibilitou aquilo que Foote Whyte (2005) chamou de princípio de reciprocidade interpessoal, onde as interlocutoras têm papel ativo, inclusive em “aceitar” ou não quem está pesquisando. À exemplo prático: no início da pesquisa eu tinha “selecionado” uma travesti que depois disse não querer mais contribuir com o estudo. Portanto, a “escolha” envolve toda uma complexidade e relações de poder.

⁶ Os nomes das interlocutoras adotados nessa etnografia são fictícios pelo fato de serem discutidas questões delicadas sobre suas vivências. Compreendendo o dédalo circunscrito na questão do anonimato e a responsabilidade do autor na escrita exposto por Cláudia Fonseca (2011), desta maneira não só preferi não usar os nomes verdadeiros, como também tentei preservá-las ao traçar seus perfis de forma mais genérica.

travestis considera o que há de convergência, similitude e câmbio entre as singularidades das interlocutoras da pesquisa, bem como as particularidades que emergem sobre o campo da coletividade e expressam o descentramento da identidade travesti nas várias nuances das travestilidades.

A escolha do termo travestilidade se dá pelos mesmos motivos apresentados por Larissa Pelúcio (2007, p. 18), ou seja, porque

a travestilidade aponta para a multiplicidade dessa experiência, ligada à construção e desconstrução dos corpos. Ainda que haja uma rigidez na gramática de gênero das travestis, há também uma patente fluidez na elaboração de categorias êmicas autotaxionômicas, uma vez que estas estão estreitamente ligadas a marcas identitárias que se associam ao trânsito dos corpos pelos territórios, o que se vincula, por sua vez, às transformações desses mesmos corpos.

De maneira geral, a identidade e nomenclatura travesti está estritamente ligada ao território latino e acima de tudo ao brasileiro (KULICK, 2008). Os primeiros estudos antropológicos desenvolvidos com as travestis brasileiras foram de Hélio Silva (1993), Neusa de Oliveira (1994) e Don Kulick (2008), todos focalizando o contexto da prostituição. Os pioneirismos dessas investigações foram basilares para trabalhos atuais de grande contribuição científica, como os de Marcos Benedetti (2005), Larissa Pelúcio (2009) e Tiago Duque (2011), que representam um aporte tanto aos estudos específicos de travestilidade quanto aos debates amplos acerca das relações de gênero e sexualidades.

Neste âmbito, as reflexões etnográficas que subsidiam esse texto, buscam ampliar as concepções sobre travestilidades a partir das discussões sobre urbanidades, performances e identidades travestis, considerando as singularidades e as diversidades expressas no contexto mossoroense.

“EU QUERO É CLOSE”: DISCUTINDO A PERFORMATIZAÇÃO IDENTITÁRIA DAS TRAVESTIS

“*Eu quero é close*” é uma frase icônica que ficou famosa no meio virtual, especialmente entre as LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais), através de um vídeo caseiro de duas travestis. Na filmagem, a teatralidade e a narração ressignificam um cotidiano marginal de prostituição e vulnerabilidade.

De início, preciso reforçar algumas noções preliminares que são chaves para esta reflexão etnográfica. A identidade, que é um dos conceitos mais debatidos hoje no campo das ciências sociais e humanas, muito atrelado às ideias de subjetividade, sociabilidade e pós-modernidade, compreendo-a baseando-me na formulação de Hall (2006). Este defende

que as identidades modernas, ou melhor, pós-modernas, estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas, e este deslocamento desarticula as identidades estáveis e unificadas, mas também abre a possibilidade de novas articulações de identidades múltiplas e contraditórias.

A identidade ganha corpo e sentido assentados na performance. Esta, por sua vez, é aqui referenciada por Judith Butler (2016), que parte da ideia de que o gênero é uma construção discursiva, discurso este que constrói o corpo, regulado tal qual o gênero, pela heterossexualidade compulsória. Assim, o gênero/corpo é performativo na medida em que, nas palavras da autora,

atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar essas fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (BUTLER, 2016, p. 235).

A performance de nós⁷, travestis, tem em vista o gênero, o corpo e o discurso produzido reiteradamente por nossos processos de subjetivação. Dado as formulações desses conceitos-chave, performance e identidade, partirei para a descrição dos quatro elementos constitutivos daquilo que denominei performance identitária das travestis do/no contexto urbano mossoroense.

a) **Identidade política de ressignificação do termo “travesti”**

Acompanhando o cotidiano das travestis interlocutoras foi possível ver a utilização dos seguintes termos de autodenominação: travesti, trava, transexual, transex, trans e transgênero. O uso é altamente contingencial. Sobre as definições e conflitos entre os termos “travestis” e “transexuais”, o antropólogo Barbosa (2010) realizou uma etnografia percorrendo sobre os usos dessas duas categorias já sinalizando que ambas envolvem uma performatividade que se expressa não só no gênero e na sexualidade, mas também na classe, cor/raça e geração. O discurso médico-psi, que

⁷ No período de realização da pesquisa de campo eu ainda não tinha realizado a transição de gênero, embora as “potencialidades travestis” de minha performance/corpo já fossem sinalizadas pelas próprias interlocutoras, que diziam que eu iria transicionar. Atualmente, ao me reivindicar travesti, me coloco no texto nas situações de atravessamentos mais gerais das travestilidades, ao demarcar um lugar que também me pertence na contemporaneidade.

patologiza os corpos e mentes trans⁸, defende que a divisão se resume ao fato que a transexual almeja fazer a cirurgia de redesignação sexual e a travesti não. Nas palavras de Berenice Bento (2006, p. 210): “ser transexual’ é uma ressignificação dessa identidade [travesti] que ocorre nos espaços hospitalares”.

A vivência etnográfica desta pesquisa vem mostrar não só o descentramento terminológico da identidade performatizada, mas também a fluidez da aplicabilidade cotidiana desses termos. As interlocutoras os acionam de forma entrecruzada tanto voluntária quanto involuntariamente. No entanto, o saber/poder médico-psi ainda controla e domina o discurso (FOUCAULT, 2013) que nós, travestis, estamos sujeitas a reproduzir.

A palavra transexual goza bem mais legitimação e prestígio, já que ela representa, para as ciências médicas-psi e como socialmente é difundida, uma feminilidade pura e verdadeira, em contraposição da palavra travesti que ainda é associada socioculturalmente à ambiguidade, prostituição e hostilidade.

Conversando com Paola sobre essa divisão, falávamos de uma pessoa que se identifica como transexual e não fez e nem pretende fazer a cirurgia de transgenitalização, ela diz: *“transexual é um nome novo, porque travesti o povo pensa logo em coisas ruins. Mas eu gosto do close, para que todo mundo saiba que sou travesti... gosto do contraste, gosto de bater de frente”*. Em paralelo, Paola postou, em certo dia, no seu *facebook* uma foto dela com a seguinte legenda: “A TRAVESTI, que a sociedade TEM que RESPEITAR!”, um dos comentários, feito por um rapaz, dizia: “Travesti não! Mulher trans”, logo Paola rebateu: “T R A V E S T I”. A fala e resposta dela evidencia a hierarquia existente entre as categorias. Tal como Paola, várias outras sujeitas vêm se auto-identificando travesti num viés político de ressignificação do termo estigmatizado. Neste contexto, o ato de ressignificar reifica, no caso da autoafirmação travesti, uma identidade eminentemente política⁹, que reconhece a história e a luta das travestis que há anos resistem e buscam reconhecimento e dignidade humana no Brasil.

b) Identidade linguística a partir do *pajubá*

Pajubá ou “*bajubá*” é um conjunto de palavras e expressões utilizadas entre a população LGBTI, e principalmente entre nós, travestis. É uma espécie de dialeto, de linguagem popular. A palavra *pajubá* provém de

⁸ Berenice Bento (2006) descreve, em seu livro, como o saber/poder médico constrói a identidade transexual com base biologizante e psiquiátrica elaborando uma ideia de “transexual verdadeiro”.

⁹ Priorizei a palavra travesti para esta etnografia ao compreender que no fazer antropológico há uma função também política e situada.

influências de línguas africanas como nagô, iorubá, entre outras e significa “notícia”, “fofoca”. O dialeto pajubá foi primeiramente utilizado em terreiros de religiões afro-brasileiras, como candomblé e umbanda, e depois apropriado e reinventado pelas travestis e conseqüentemente pela população LGBTI.

Desde seu surgimento, o pajubá traz um caráter estratégico na medida em que as palavras são desconhecidas a quem não está inserido nos ambientes em que se falava, isto é, os “terreiros”. Portanto, são códigos linguísticos partilhados estrategicamente por grupos específicos. A transposição do pajubá das religiões de matriz africana para o pajubá compartilhado por nós, travestis, se dá pelo fato dos “terreiros” terem sido espaços de forte inserção de pessoas LGBTI e principalmente por acolherem travestis (PEREIRA, 2012).

Entre o “terreiro” (espaço religioso) e a “pista” (lugar de prostituição), as travestis reinventaram e acrescentaram novos termos dentro do pajubá. Se antes o pajubá era utilizado estrategicamente entre os religiosos do candomblé e da umbanda, agora passa a ser também usado pelas travestis no contexto da prostituição.

Longe de fazer grandes elucubrações sobre a linguística, quero apenas reforçar a importância desse instrumento de linguagem e comunicação, o pajubá, na constituição da identidade travesti por via linguística. E embora o pajubá esteja se disseminando socialmente, não há outra rede de sociabilidade LGBTI que tenha muito conhecimento e seja usualmente mais utilizado do que entre nós, travestis, que fazemos dele parte de nossa performance identitária em um processo constante de reinvenção.

c) Performance identitária cotidiana da feminilidade

Em uma das palestras que acompanhei Ana, antes de ser chamada para compor a mesa, ela, ao se maquiar, indagou: “bi, estou garota? Meu xuxu tá gritando?”. *Xuxu* significa barba no pajubá. O questionamento de Ana era se dava para perceber algum sinal de barba em seu rosto. Prontamente respondi que não, pois ela estava “muito garota”. “Muito garota” é uma expressão cujo significado se aplica quando uma travesti está muito feminina. Ser feminina é um desejo veemente partilhado por nós, travestis, cujas performances se sustentam exclusivamente na feminilidade.

As formas e pronomes de tratamento e o nome social¹⁰ feminino são códigos básicos que sustentam o pleiteado no início da transição de gênero. As travestis interlocutoras modificavam sistematicamente seus corpos, com

¹⁰ Sobre a discussão do nome social para pessoas trans ver o artigo de Berenice Bento (2014) que vai debater os problemas e as demandas da política do “nome social” no que ela denomina de “cidadania precária e gambiarra legal” na realidade brasileira.

variadas técnicas e mecanismos, almejando performatizar de forma excepcional um feminino. Esse processo é descrito por Benedetti (2005, p. 96) na perspectiva que

o gênero das travestis se pauta pelo feminino. Um feminino tipicamente travesti, sempre negociado, reconstruído, ressignificado, fluido. Um feminino que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado. O feminino das travestis é um constante jogo de estímulos e respostas entre o contexto específico de determinada situação e os sentimentos e concepções da travesti a respeito dos domínios do gênero.

O feminino travesti é formulado continuamente, em um processo interminável que considera os variados marcadores da diferença que atravessam nossos corpos. O dia-a-dia das interlocutoras era repleto de práticas de construção da feminilidade, que corresponde desde procedimentos estéticos simples como depilação (seja com lâmina, cera quente, pinça, cremes depilatórios ou laser), bronzeamento artificial para deixar “a marquinha da tentação”, como diria Karla, cuidado com cabelos, unhas e exercícios físicos na academia de musculação. A maquiagem também estava muito efetivada como prática diária no contato dessas sujeitas com o público. Em todos os momentos que foram acompanhadas em espaços públicos, elas faziam uso de tal ferramenta, seja para esconder o “xuxu” ou para acentuar “traços femininos” no rosto.

Paralelo aos procedimentos estéticos reificados sistematicamente, as interlocutoras fazem uso de medicação contendo estrogênio e de bloqueadores de testosterona, os quais representam a denominada hormonização, que é o marco do início da transição de gênero para muitas de nós, travestis. Esta prática é realizada sem o acompanhamento médico, o que ocasiona, como no caso das interlocutoras, algumas reações alérgicas ou consequências na saúde em detrimento da falta de assistência¹¹.

Outro dispositivo para a produção de uma performance feminina é elaborado na realização de procedimentos cirúrgicos. “Reconstrução” dos seios, lipoaspiração, rinoplastia, preenchimento labial, arredondamento dos glúteos e retirada do “pomo de adão” são as cirurgias mais almejadas por muitas de nós, travestis. Gaby e Karla já tinham conseguido colocar próteses de silicone nos seios e faziam questão de exibi-los, a última também tinha realizado uma lipoaspiração.

Larissa Pelúcio (2005, p. 98) comenta que “além dessas intervenções no corpo e da apreensão de uma série de técnicas corporais que as

¹¹ No Brasil existem, em alguns estados, “Ambulatórios” que são sustentados por portarias do Ministério da Saúde para auxiliar o processo transexualizador da população trans e travesti através do Sistema Único de Saúde – SUS. No Rio Grande do Norte atualmente contamos com três ambulatórios, dois municipais, em Mossoró e Natal, e um estadual, também na capital.

distanciam dos padrões masculinos, as travestis buscam se conduzir segundo prescrições de comportamentos socialmente sancionados como feminino”. Portanto, comportamentos, formas de tratamento, indumentárias e acessórios socioculturalmente entendidos como femininos são adotados no cotidiano travesti a fim de reiterar uma feminilidade reivindicada.

Uma das modificações em prol do “feminino” mais difícil, segundo as interlocutoras, está relacionada aos “truques” com a voz. Segundo Paola: “*a voz entrega logo que é trava*”, assim, a voz, que não consegue se encaixar “perfeitamente” na produção de uma feminilidade hegemônica e cisgênera¹², se torna um identificador/marcador da travestilidade, ou melhor, da produção de uma feminilidade não hegemônica, não sujeita a cisnormatividade, ou seja, ao caráter compulsório, obrigatório e normatizador da cisgeneridade (VERGUEIRO, 2015).

Em suma, como disse Benedetti (2005, p. 89), “as travestis buscam, em todo seu processo de transformação, aquilo que elas chamam de feminino. Um feminino que lhes é bem peculiar e que está orientado por valores e práticas das mais diversas, especialmente no que diz respeito ao corpo e seus usos”. Nós, travestis, nessa lógica, nos reelaboramos e reinventamos constantemente na medida em que as noções de gêneros são refutadas e recriadas. De todo modo, a identidade travesti ainda está interligada a uma performance cotidiana cujo sustentáculo primordial é a feminilidade, ou melhor, a busca dela.

d) Performance identitária alicerçada na diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero

Diferente da conclusão de Kulick (2008) que diz que nós, travestis, somos “perfeitamente homossexuais”, esta pesquisa de campo aponta nitidamente para outro entendimento. Ana, Gaby, Paola e Karla sabem perfeitamente diferenciar “*travas*” e “*viados*” na lógica que distinguem identidade de gênero e orientação sexual. Gênero e sexualidades são temáticas de forte intersecção, mas por vezes devem ser interpretadas em campos diferentes.

As travestis da pesquisa relembram que, desde a infância, já expressavam feminilidade e que a adolescência é marcada pela fase que se denominam “gayzinhas”, isto é, “travas não hormonizadas e sem peito”, que

¹² Cisgênera (cis) é pessoa que se identifica com o gênero designado no seu nascimento (JESUS, 2012). Segundo Amara Moira (2017, p. 369) “cis e trans, pontos de referência, os dois extremos duma dada divisão do mundo, entre eles havendo uma grande variedade de sujeitos e mesmo casos fronteiros”. Para Leila Dumaresq (2016, p. 126), “a palavra cisgênero é hoje um caso bem-sucedido de ocupação epistêmica, pois foi adotada por diversas pessoas transgêneras, travestis, mulheres transexuais e homens trans para designar aqueles que não são tratados como transgêneros pela sociedade”.

de certo modo pode corresponder a uma etapa pré-transição de gênero. A ideia de identificação enquanto “gayzinhas” registra ainda uma confusão entre identidade de gênero e orientação sexual no processo de descobrimento do que “se é”, muito embora seja recorrente nos discursos travestis que “desde criança já sabiam que eram travas”.

Diante da ambiguidade, ou melhor, da proximidade das trajetórias primárias e primeiras socializações entre travestis e gays (afeminados principalmente), usar expressões como “bicha, mona, viado” não significa a afirmação de uma homossexualidade masculina, como defendia Kulick (2008), mas a resignificação de trajetórias subjacentes, que a performance travesti se fazia presente, na afirmação da travestilidade.

Orientação sexual, portanto, é como se constitui a afetividade e a sexualidade para/com outra pessoa (homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual, etc.). Sobre a noção de identidade de gênero, Berenice Bento (2006, p. 203-204) já sinaliza que “a identidade de gênero não é uma essência que adquire visibilidade pelos atos; ao contrário, são os atos, linguísticos e corporais, que darão vida aos sujeitos generificados. O trabalho de fabricação das identidades é permanente, tem um caráter incluso”. Assim sendo, a identidade de gênero é a forma como são estabelecidas as identificações generificadas a partir de atos reiterados cotidianamente, podendo ser transgênero (travesti), cisgênero ou não-binária.

Dito as noções básicas sobre identidade de gênero e orientação sexual, as travestis interlocutoras se classificam como travestis heterossexuais. E na interpretação delas, a diferença de “viado” e “trava” é que o primeiro é um homem cis ou trans homossexual e a segunda é uma mulher trans que pode ser lésbica, heterossexual, bissexual ou pansexual.

A partir dos quatro tópicos supracitados sobre as nuances de compreensão da performatização identitária travesti, estou longe de querer pensar esses elementos como partes de um sistema ou estrutura mais amplos, porque entendo tais como situados contingencialmente em quatro cotidianos distintos marcados por caminhos que se transpõem e descruzam paradoxalmente.

CONSIDERANDO O CLOSE, O BABADO E O AXÉ

Com expectativa de vida de 35 anos de idade, residindo no país com os maiores índices de homicídios contra travestis no mundo e com a prostituição sendo a principal atividade remunerativa para cerca de 90% da nossa população, nós, travestis, performatizamos nossas identidades no

território brasileiro¹³. Quando falo de performatização identitária me refiro a como o gênero, o corpo e o discurso são performatizados por atos, gestos e atuações reiterados cotidianamente e firmados em identidades descentradas.

Assim sendo, e se tratando das travestis interlocutoras, alguns elementos identitários foram elencados enquanto constituintes do processo de performatização, são eles: a politização da identidade ao buscar ressignificar o termo “travesti”, a influência do *pajubá* na produção de uma identidade linguística, a feminilidade construída e reivindicada sistematicamente e a diferenciação de orientação sexual e identidade de gênero na afirmação da identidade travesti frente à alteridade. Tais elementos expressam-se contingencialmente em trajetórias de vida que se elaboram de formas estratégicas. Não são partes de um todo funcional-estrutural, e sim mecanismos acionados e até renegados taticamente a partir de um cotidiano conflituoso.

Portanto, nossa performance identitária possui um caráter eminentemente subversivo de descentramento e desnaturalização da associação entre sexo biológico, gênero e sexualidade, em que na fluidez e contingencialidade das identidades travestis “há uma constante negociação de sentidos e de interesses identitários em suas experiências”. Negociações essas que respondem provisoriamente às necessidades e às experiências contextuais e históricas destes sujeitos” (DUQUE, 2011, p. 159). Mesmo subversiva, a performance identitária travesti continua associada a um discurso e um saber/poder (FOUCAULT, 2013), cujas experiências de deslocamentos e jogos de negociação (BENTO, 2006) faz-nos pensar a identidade numa ótica de conexões e não de forma linear, horizontal e coesa, ou seja, sem um modelo definido.

Destarte, entendendo tal como Larissa Pelúcio (2005, p. 98) que “ser travesti é um processo, nunca se encerra”, o que apontei está longe de ser um perfil fixo, limitado e de referência, são, sobretudo, notas inquietantes percebidas no campo e interpretadas na escrita etnográfica travesti, que sinaliza para questões recorrentes, porém mutáveis, no cotidiano das interlocutoras. Portanto, “ser travesti” pode significar em graus variados: afirmar-se politicamente para a ressignificação do termo “travesti”; performatizar uma feminilidade reiteradamente; utilizar de uma linguagem própria como estratégia de comunicação; e, por fim, afirmar-se em contraposição aos “viados, cdzinhas, drags e mapôas”.

As reflexões etnográficas aqui descritas me permitem firmemente defender, diante dessa fluidez do “ser travesti”, que: *“travesti não é*

¹³ Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/09/boletim-4-2020-assassinatos-antra-1.pdf> e <http://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>.

bagunça". As vidas de Ana, Gaby, Paola e Karla me mostraram que mesmo em um cotidiano repleto de dificuldades em uma sociedade que insiste em marginalizar nossas performances, devemos continuar vangloriando o "close certo", lidando constantemente com os "babados" e cultivando, acima de tudo, o "axé", pois é a esperança vivida na resistência diária que faz a gente ressignificar nossa trajetória, acreditando que "a bagunça" está na sociedade transfóbica e cisnormativa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação. São Paulo: PPGAS/USP, 2010.

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda Feita: o corpo e o gênero das Travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, v. 4, n. 1, p.165-182. Jan.-Jun. 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, maio/out. 2016.

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Teoria e Cultura*, v. 2, n. 1 e 2, 2011.

FOOTE WHYTE, W. "Sobre a evolução de Sociedade de Esquina". In. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2013.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.25, n1, p. 365-373, abr. 2017.

PELÚCIO, Larissa. "Toda quebrada na plástica": corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos*, 6 (1-2): 97-112, 2005.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. São Carlos: UFSCar, 2007.

PEREIRA, P. P. G. Queer nos trópicos. *Revista Contemporânea*, vol. 2 (2), 2012.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (mestrado em Cultura e Sociedade) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUSA, Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas. A expansão urbana de Mossoró e a produção de lugares excluídos do País de Mossoró. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 54-79, ISSN (Em Solicitação).

A EXPANSÃO URBANA DE MOSSORÓ E A PRODUÇÃO DE LUGARES EXCLUÍDOS DO PAÍS DE MOSSORÓ

The urban expansion of Mossoró and the production of excluded regions in the Mossoró Land

Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa¹⁴

Resumo: O trabalho tem como eixo analítico o debate a respeito do surgimento da Favela das Malvinas na dinâmica de expansão urbana de Mossoró/RN. A Favela das Malvinas surge a partir da metade da década de 1980 do século XX, com uma ocupação informal de terras à margem da BR 304 sentido saída para Natal/RN. Para dar conta do surgimento desse lugar, trilharemos a história social do urbano mossoroense. Entendemos que optar pela historicização dos processos de evolução e desenvolvimento urbano nos ajuda a compreender de onde vieram os primeiros moradores, assim como quais os motivos macroestruturais da cidade deslocaram essas populações para uma região periférica. Ajuda também a compreender a ecologia urbana da cidade de Mossoró: a ocupação dos bairros e como isso se relaciona com os processos de clivagem e estratificação social. Para a elaboração da pesquisa, partimos da seguinte pergunta problema: Há relação entre os elementos fomentadores da expansão urbana da cidade de Mossoró e a formação da Favela das Malvinas? Parte-se da hipótese que o projeto de expansão urbana de Mossoró gerou territórios excluídos por estarem desconectados territorial e simbolicamente da cidade oficial. Nesse sentido, aproximamos os projetos econômicos que acarretaram o desenvolvimento da cidade com os projetos políticos que também a configuraram.

Palavras-chave: País de Mossoró, Favela das Malvinas, expansão urbana, história social, empreendedorismo moral

Abstract: The work has as an analytical axis the debate about the emergence of the Favela das Malvinas in the urban expansion dynamics of Mossoró/RN. The Favela das Malvinas emerged from the mid-1980s of the twentieth century, with an informal occupation of private land on the edge of the Highway 304 to Natal. To account for the emergence of this place, we will trace the social history of the city. We understand that opting for the historicization of the urban evolution and urban development processes helps us to understand where the first residents came from, as well as what

¹⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH / UERN. Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pelo DCSP/UERN, bolsista CAPES/DS. Membro do Grupo de Estudo Culturais (GRUESC).

were the macro-structural reasons of the city to move these populations to a peripheral region. It also helps to understand the urban ecology of the city of Mossoró: the occupation of the neighborhoods and how this is related to the processes of cleavage and social stratification. For the elaboration of the research, we started from the following question: Is there a relationship between the elements that promote the urban expansion of the city of Mossoró and the formation of the Favela das Malvinas? It starts from the hypothesis that the urban expansion project of Mossoró generated excluded territories, because they are territorially and symbolically disconnected from the official city. In this sense, we bring together the economic projects that led to the development of the city with the political projects that also shaped it.

Keywords: Mossoró Land, Malvinas Favela, urban expansion, social history, moral entrepreneurship

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como eixo analítico o debate a respeito do surgimento da Favela das Malvinas, - enquanto fenômeno aglutinador de ocupações pauperizadas, marginais e, em alguns casos, ilegais, - na dinâmica de expansão urbana de Mossoró/RN. Mossoró é um município do Estado do Rio Grande do Norte situado no Oeste Potiguar. O município possui estimadamente 300 mil habitantes, segundo o IBGE. É o segundo maior em território e com grande importância econômica, se colocando enquanto central para toda a região sob sua influência (ROCHA, 2005). As favelas da Favela das Malvinas surgem a partir da metade da década de 1980 do século XX, com uma ocupação informal de terras à margem da BR 304 sentido saída para Natal/RN.

Para dar conta do surgimento desse lugar, trilharemos a história social da cidade, construindo um pano de fundo e temporalizando a Favela das Malvinas. Iremos ao período colonial, quando em 1772 surgiu a fazenda que dá origem ao povoado nuclear do urbano mossoroense, abordando, posteriormente, as especializações econômicas da cidade que transformaram e fomentaram a morfologia urbana da cidade. Até chegar ao momento histórico de surgimento da ocupação que anos depois veio a transformar-se em um bairro formado por diversos conjuntos habitacionais.

Entendemos que optar pela historicização dos processos de evolução e desenvolvimento urbano nos ajuda a compreender de onde vieram os primeiros moradores, assim como quais os motivos macroestruturais da cidade deslocaram essas populações para uma região periférica. Ajuda também a compreender a ecologia urbana da cidade de Mossoró: a ocupação dos bairros e como isso se relaciona com os processos de clivagem e estratificação social. Mas temos noção da limitação que a perspectiva macroestrutural e de tempo longo traz, impossibilitando enxergar mais de perto o cotidiano de atores e agentes sociais do urbano mossoroense, cujos complexos simbólico-interacionais se fazem essenciais para compreender o que podemos chamar de Cidade Sensível, nas palavras de Pesavento (2007).

Para a elaboração da pesquisa, partimos da seguinte pergunta problema: Há relação entre os elementos fomentadores da expansão urbana da cidade de Mossoró e a formação da Favela das Malvinas? Parte-se da hipótese que o projeto de expansão urbana de Mossoró gerou territórios excluídos por estarem desconectados territorial e simbolicamente da cidade oficial. Nesse sentido, aproximamos os projetos econômicos que acarretaram o desenvolvimento da cidade com os projetos políticos que também a configuraram.

A partir das contribuições de Felipe (2001), temos acesso a um estudo sobre o projeto político da família Rosado na cidade Mossoró, que durante os anos de dominação política do clã trabalhou para a construção de uma memória social local que resgata figuras e acontecimentos da história da cidade para construir um lugar moral e emocionalmente marcado: O 'País' de Mossoró, um projeto de uso político da memória, que constrói uma cidade oficial simbolicamente dotada de elementos ideológicos de *progressismo, liberdade e igualdade*. Mesmo que seja possível enxergar na história da cidade fatos que refutam os ideais inventados.

Acreditamos que houve e ainda há diversos segmentos sociais excluídos dessa história contada pelas elites de empreendedores morais locais, não fazendo parte dessa 'Cidade-Estado' e desse lugar reinventado (FELIPE, 2001). Além disso, o empreendedorismo moral (BECKER, 2008) dos Rosados ignora essa exclusão socioespacial e simbólica e consegue pacificá-la. O presente trabalho é uma revisão bibliográfica das produções científicas que tiveram como objeto de pesquisa a História de Mossoró, a expansão urbana de Mossoró ou seu processo de urbanização. Os trabalhos encontrados são em maioria pertencentes à Geografia Urbana ou influenciados por uma perspectiva de análise macroestrutural, mas capturados pela ótica de um sociólogo e antropólogo urbano em formação.

Assim, a perspectiva predominante nesses trabalhos é de uma visão de *Longe e de Fora* (MAGNANI, 2002), enfocando processos econômicos, a história social do trabalho ou a cidade enquanto produto dos processos produtivos que nela ocorrem. Essas teorias são bastante úteis para ter acesso ao contexto e a formação de regiões morais (PARK, 1979) específicas analisadas, já que esse artigo faz parte de um projeto maior, de caráter etnográfico e que busca uma problematização de *Perto e de Dentro* da cultura emotiva e moral do urbano mossoroense recortado analiticamente desde o cotidiano da Favela das Malvinas; além de oportunamente contar com uma visão interdisciplinar, agregando possibilidades para enriquecer o objeto ora estudado. Abordamos e problematizamos as contribuições de Felipe (2001), de Pinheiro (2007) e de Rocha (2009). Do primeiro aproveitamos o que tange à parte política e simbólica da História de Mossoró. Dos dois últimos aproveitamos suas ricas análises, sobretudo em um viés econômico, sobre o processo de urbanização mossoroense.

ANOS INICIAIS DE MOSSORÓ

A afirmação mais segura a respeito do surgimento do processo de colonização do território de Mossoró/RN é a de que ela teve origem em 1772, a partir da formação de um povoamento ligado às atividades da fazenda do Português Antônio de Souza Machado. Seria a partir desse povoamento, da

construção de uma capela para Santa Luzia, que o nucleamento urbano de Mossoró teria sua origem. Conforme afirma Pinheiro (2007), as fazendas na região ocupavam a ribeira do Rio Mossoró, que desde 1700 vinha sendo colonizado e pacificado pelos missionários do Convento de Nossa Senhora do Carmo, expulsando e exterminando os povos originários locais e permitindo a ocupação da região por brancos.

Em 1772, em cumprimento de promessa feita pela intercessão de Santa Luzia, Antônio de Souza Machado e sua mulher Rosa Fernandes, solicitam a Provisão das Dignidades do Cabido de Olinda/PE, autorização para construção de uma capela em suas terras, permissão essa concedida a 5 de agosto de 1772. A construção da Capela de Santa Luzia é considerada o marco inicial para o surgimento da Cidade de Mossoró (PINHEIRO, 2007, p. 54),

A fazenda em questão era de produção pastoril de gados, que nesse momento da dinâmica econômica colonial servia para abastecer os engenhos das capitanias hereditárias mais importantes, como a do Recife, que se destacava pela exploração da cana-de-açúcar a partir do trabalho de pessoas em situação de escravidão. É importante destacar a função das cidades nesse período histórico, já que, no modelo de administração colonial, a importância econômica, seja de produção ou de exploração de matérias-primas, não estava nas cidades, mas, sim, nas outras regiões, sobretudo nos grandes latifúndios. A função da cidade estava atrelada ao aparelho colonial, à sua administração, à burocracia que levava aquilo que pertencia à metrópole. De acordo com Rocha:

No Brasil, as Vilas representavam o primeiro degrau da vida urbana. Eram aglomerados urbanos que funcionavam como Sede de um Distrito Municipal, enquanto Cidades, desde o Período Colonial, sempre representaram, por força da lei, a sede do Poder Municipal. Isso significa que a Cidade se definiria pela função político-administrativa, não pelo número de habitantes (2005, p. 29).

A cidade, - enquanto tecnologia social de governo e administração de territórios por parte da Metrópole, - apresenta dentro da estrutura de poder e hierarquia do sistema político colonial uma dominação marcada pela superexploração econômica e pela quase total subordinação política, seja dos colonos ou dos povos originários e pessoas escravizadas, todos submetidos ao poder da coroa portuguesa. Constatamos, assim, uma variação histórica da cidade no Brasil, não sendo sinônimo de unidade industrial, mas de aparelho burocrático, e que variava conforme a capitania hereditária/província/unidade federativa em que ela se encontrava, dentro de uma divisão nacional do trabalho. O período inicial do povoamento mossoroense é, então, marcado por uma economia lenta baseada na atividade pastoril do gado, mas com um grande potencial nas oficinas de carne seca, que era exportada para outras capitanias. É relatado nos trabalhos estudados que a construção e o desenvolvimento de oficinas de

carne seca, a partir do salga da carne bovina, fomentada por elementos favoráveis no Rio Grande do Norte, entrou em conflito com o interesse de capitânicas maiores, como a da Paraíba e a de Pernambuco, que queriam a carne do gado fresca para abastecer os seus mercados consumidores internos.

Como aponta Rocha (2005, p. 27):

A carne, beneficiada em Mossoró e também na povoação de Açú, teve, portanto, sua exportação proibida imediatamente, pois foi considerada prejudicial ao abastecimento de carne fresca de Recife e da região canavieira. O charque, no entanto, continuou a ser produzido no Ceará.

O relato histórico feito é que nesse período o povoamento inicial de Mossoró não se expandia e não passava da quadra da Matriz da Igreja de Santa Luzia. Podemos adicionar aos elementos dessa estagnação a disputa sobre a carne seca. Constatamos também como as atividades econômicas do povoado estavam baseadas, dentro de uma divisão nacional do trabalho, no abastecimento de regiões com maior importância para a economia colonial, como Pernambuco e Paraíba, construindo uma relação de dependência.

A influência política das regiões mais abastadas conseguia, assim, perifezar os interesses das outras e atrasava seu possível desenvolvimento político-econômico e sociocultural. Pensamos, então, nesse primeiro momento da cidade como de ritmo lento, com um tempo social marcado pela atividade pastoril, com uma centralidade política, ideológica e social na fazenda e na instituição Igreja Católica. São marcas de um modelo de colonização com uma hierarquia social bastante ligada ao binômio *pessoa em situação de escravidão e homem livre*, capaz de indexar papéis sociais de fácil diferenciação. Seria apenas com um conceito de urbano muito amplo que conseguiríamos falar de um urbano mossoroense nesse momento.

É no Brasil Império que o povoamento inicial de Mossoró começa a desenvolver elementos propícios para o seu desenvolvimento, a partir do empreendimento moral e político do Padre Antônio Joaquim Rodrigues, em um contexto nacional dos políticos divididos entre dois partidos: o liberal e o conservador. Fundando em 1852, o partido Conservador, em Mossoró, liderado pelo padre, tem como principal projeto a elevação da condição político-administrativa do então complexo populacional ruralizado de Freguesia para Vila. Obtendo êxito no empreendimento.

Figueiredo (2007, p. 63), nesse sentido, enfatiza que:

Assim, pela Lei Provincial nº246, de 15 de março de 1852, fora o território da ribeira do Mossoró desmembrado do Município do Açú, formando um novo Município. O núcleo de Santa Luzia fora elevado

à categoria de Vila de Mossoró, e o núcleo de São Sebastião fora elevado à categoria de Distrito de Paz.

Anos depois, a vila promulga o primeiro Código de Postura que a ordenará, o nº 305, Resolução de 18 de julho de 1855 (CASCUDO, 2010). Sendo uma tentativa de mudança de comportamentos na vida, hábitos sociais, norma para construção de casas, além de taxaço de impostos para uma série de atividades, sejam de agricultura ou comercial. Trata-se de mudanças que tem por primazia a Ordem na vila, diante acusações de desorganização causada durante a gestão do partido liberal. Assim, essa Postura promulgada pela vila muito se deve a esse momento anterior de acusações de terreno baldio, terra sem lei e sem ordem. E tem na gênese os mesmos padrinhos políticos, ligados sobretudo ao Padre Vigário Antônio Joaquim. O Código de Postura é um empreendimento moral (BECKER, 2008) de transformação do lugar, alterando o cotidiano dos moradores, que partiam de uma sociabilidade mediada por outros códigos mais ligados ao ordenamento pastoril e de técnicas mais rudimentares.

O cotidiano sendo afetado, as sociabilidades são afetadas, a forma de interação entre os moradores é afetada, o Código de Postura busca para a 'evolução' de Mossoró uma nova moralidade pautada na modernidade latente da época e ordena novos sentidos emocionais e comportamentais de convivialidade pública e privada. Vale lembrar que estamos falando de uma sociedade estamental, com pouca mobilidade entre as estratificações sociais, em que impera uma política restrita aos 'excelentes' do sistema relacional e simbólico de posições, fronteiras e papéis sociais. A partir do estabelecimento dos padrões arquitetônicos de casas e ruas no Código de Postura, os intendentos do município puderam iniciar um processo de derrubada de casebres na área central da cidade, com o pressuposto de embelezar e higienizar o ambiente. Fernandes (2014, p. 50) aponta que: "Sendo assim, os imóveis que não condiziam com o conceito de belo idealizado pela municipalidade mossoroense eram demolidos por ordem da Câmara municipal".

Trata-se, então, de uma noção de embelezamento que envolve não somente o julgamento moral sobre o tipo de imóvel que deveria seguir os ideais da municipalidade, - e que não correspondia a uma realidade em si da situação social da cidade, - mas, sobretudo, de um projeto político de uma Mossoró enquanto uma cidade cosmopolitana no Nordeste Brasileiro. Ainda segundo Fernandes (2014), a elite e os jornalistas locais pareciam estar atualizados sobre as notícias nacionais, sobretudo a respeito do empreendimento moral de urbanização encabeçado por Pereira Passos no Distrito Federal.

Então, seguir a tendência higienista e de embelezamento das grandes cidades era colocar Mossoró, do ponto de vista de projeto político, - e

civilizatório, - em pé de igualdade com as capitais nacionais e com as metrópoles europeias, mesmo que não seguisse, ainda, os mesmos padrões em termos de população ou desenvolvimento. A lei era colocada pelo grupo dominante e seu efeito abrangia todos os moradores. O Código de 1852 tinha a intenção de romper, portanto, com certas tradições e de incentivar por meio de um empreendedorismo moral bastante impositivo a formação de novos homens e de uma nova cidade.

A partir desse período, Mossoró passou a vivenciar um crescimento urbano bastante significativo para a época, a ponto de o historiador Luís Câmara Cascudo considerar o intervalo de dez anos, que vai de 1860 a 1870, como “a década do expansionismo”. Nestas referidas décadas, foi erguido um considerável número de edificações: casas, armazéns e estabelecimentos comerciais (ROCHA, 2005, p. 33).

Os comerciantes, novos atores e agentes sociais que fariam parte da sociedade da época, a partir dos anos seguintes, não trouxeram somente mercadorias para a negociação, mas também os princípios e ideias alinhadas com o Positivismo e com o Iluminismo nascente na época. Então, em detrimento do que explicitamos anteriormente sobre a cidade de Mossoró, observa-se a partir desses dados históricos, uma tentativa forçada de mudança, tendo como objetivo uma vida urbana, moderna e cosmopolitana, alinhada com ideologias pujantes, fomentando nacionalmente, segundo Oliven (1980), com a vida metropolitana carioca pós transferência da corte portuguesa para o Brasil e com o processo de Independência do Brasil.

Tais mudanças, em um primeiro momento, teriam sido capazes de transformar a estrutura da cidade para adequá-la à elevação de categoria que ela teve (tornando-se Freguesia), e de embelezá-la. Mas, pensando em processos políticos e sociais, as mudanças ocorridas podem ser vistas como capacitante para as elites urbanas locais empreenderem cada vez mais no sentido de consolidação de uma modernidade e desenvolvimento tendo como centralidade a cidade, alinhando a cidade da burocracia e a cidade do belo, da vida pública, dos negócios.

Na cidade, as transações dos comerciantes eram feitas. Na cidade que se encontrariam os sonhos da elite, os sonhos cosmopolitas, os sonhos de cidade eficaz em potencializar negócios. Graças a essa retórica, ligado ao porvir da cidade, é que se faz possível a oposição modernidade versus tradição. Disputa moral essa que encontra em seu caminho modos de vida e personagens que serão taxados como *tradicional*, como *problema* a ser enfrentado para se chegar à modernidade. Nesse sentido, serão operacionalizados pelos empreendedores locais, mais uma vez, os dispositivos (Como o Código de Postura) de pacificação, de colonização e até mesmo de extermínio físico e de trabalho forçado, objetificando economicamente os homens comuns já assentados na Freguesia e os

retirantes das secas que chegavam em levadas dos interiores conforme os períodos de estiagem.

Empório Comercial: Mossoró em vias de modernização (1875-1915)

Um momento bastante importante para a nossa pesquisa é o período histórico quando Mossoró foi considerada um Empório Comercial, a partir da chegada de comerciantes de outras regiões e países para a cidade, fazendo com que a sua praça comercial crescesse. A sua importância se destaca pelo ordenamento que ele traz para a cidade: expandiu a malha urbana, construindo prédios, fomentou a construção de novos bairros. Do ponto de vista político, a cidade tem contato forte com ideias positivistas e com o Iluminismo que se espalhava pelo mundo. Importância enxergada também nos fatos históricos gerados nesse momento e que foram apropriados pela elite política local, que os reescrevem e os herdaram, de modo a se estabelecerem na política como realizadores dos sonhos da elite comercial do Empório mossoroense.

Antes de 1857, Mossoró ensaiava um desenvolvimento industrial, - sobretudo a partir do beneficiamento da cera da carnaúba e do algodão, - que tentava diversificar a economia pastoril; mas ainda pouco expressivo dentro do contexto econômico da época (PINHEIRO, 2007). Quando o Porto de Mossoró (atualmente localizado nas mediações do município de Grossos) é incluído na rota marítima da Cia. Pernambucana de Navegação Costeira e o porto de Aracati-CE é assoreado, Mossoró encontra a oportunidade para o seu desenvolvimento econômico. A partir de 1857, diversos comerciantes instalam casas comerciais na Praça de Mossoró, escoando produtos de toda região oeste do Rio Grande do Norte, de regiões do Ceará e da Paraíba, formando, assim, uma grande zona de influência para a Vila de Mossoró.

Assim sendo, a Vila se expandiu rapidamente através do comércio de importação de produtos manufaturados europeus e de exportação de matérias primas locais, como o algodão, couro e sal para o mercado externo. A maioria dos comerciantes que se estabeleceram na Vila provinha do decadente comércio de Aracati. Entre eles, destacava-se o suíço Johan Ulrich Graf – proprietário da firma J. U. Graff & Cia, que se estabeleceu na Vila em abril de 1867. Com lojas em outras vilas e municípios, era uma poderosa firma importadora e exportadora de gêneros do país e do estrangeiro, que abriu as portas do comércio de Mossoró (PINHEIRO, 2007, p. 66).

Os comerciantes demandam uma estrutura para a Vila de Mossoró que facilite os seus negócios, utilizando-a para reprodução de seus capitais econômicos. Assim, a arquitetura da cidade é marcada pela construção de galpões e pela expansão de estradas que facilitem o transporte de seus produtos. Mossoró, durante esse período, vive uma expansão demográfica; cresce também sua importância política e econômica.

A lei de n. 620, de 9 de novembro de 1870 (CASCUDO, 2010), fez com que o predicado de Mossoró mudasse, deixando de ser vila para ser Cidade. Dada a expansão demográfica e a efervescência comercial, é admitido na história da cidade que ela conseguiu a elevação graças aos comerciantes. Estabelecendo-se em um contexto nacional, na ideologia de progressos graças aos comerciantes. Os comerciantes, muito deles estrangeiros, trouxeram para a cidade de Mossoró ideias que ajudaram a construir um discurso político por muito tempo dominante. O Iluminismo, ideologia de grande força na Europa, pregava princípios de fraternidade, de igualdade e de liberdade. Em Mossoró, muitos daqueles comerciantes faziam parte da Maçonaria. Esse grupo ajudou a estimular a cultura na cidade de Mossoró, junto com a criação de associações civis.

No caso de Mossoró, o outro 'espelho iluminado' que faz par com os ideais de liberdade é a igualdade. Essas ideias vão circular entre as elites e o destino novo e ousado é a de libertar os negros escravos existentes na cidade. Por isso, os atos dessa elite são grandiosos, a estrada de ferro e as atividades de produção e trocas de mercadorias, que a mesma viabilizaria, fazem parte do espírito que norteia os valores burgueses: trabalho, progresso e produtivismo. Esses seriam os 'hábitos capitalistas' dos comerciantes que constroem o 'empório comercial' (FELIPE, 2001, p. 45).

Em 30 de setembro de 1883, as pessoas escravizadas da cidade de Mossoró foram libertadas juridicamente desta condição social, anos antes da Lei Áurea de 1888. Esse fato vai alimentar o capital político da elite comercial de Mossoró, já que corrobora com os princípios por eles pregados, como a liberdade a igualdade. Esse fato, significativo de uma modernidade que estaria se presentificando na cidade de Mossoró, quebra um dos paradigmas estruturais da tradição; paradigma esse que edificava as hierarquias, posições, fronteiras e papéis sociais que diferenciava homens libertos e homens em situação de escravidão. Que também estabelecia a instituição do Trabalho. Com a abolição oficial do regime de escravidão, não houve um vácuo na definição da diferenciação social, já que outros imperativos e dispositivos sociais o substituíram; esses, inclusive, com conteúdos modernos, ligados sobretudo ao que a ideologia burguesa pensava sobre o trabalho e sobre os trabalhadores.

O fato da libertação das pessoas em condição de escravidão fará parte da Memória oficial da cidade, sempre celebrada no dia 30 de setembro, junto a vários outros acontecimentos históricos que vão no mesmo caminho da narrativa mossoroense de liberdade, da igualdade e da resistência. As ideias progressistas também faziam parte dos princípios da elite comercial local, pois esta acreditava ser capaz de levar a modernização para a cidade, e que os seus negócios eram capazes de trazer o progresso. Mas, para isso, era necessário que Mossoró investisse em uma estrutura que ajudasse a

expansão comercial. O trem era um dos principais símbolos do progresso econômico de então. No Brasil, o trem fez parte do desenvolvimento da cultura cafeeira paulista, fazendo com que aquela província despontasse na importância econômica e política dentro do Império. Vale destacar que os ingleses foram os principais responsáveis pelo financiamento da instalação do trem no Brasil. A partir do caso de São Paulo, passaram os comerciantes do todo o país a creditar a possibilidade da modernização e do desenvolvimento econômico a partir do trem.

Na elite mossoroense, o principal entusiasta era o Suíço Johann Ulrich Graf (FELIPE, 2001). Ele se destaca entre seus iguais pela consciência de que para que Mossoró expandisse a sua influência enquanto Empório Comercial, a cidade deveria se conectar economicamente com as demais cidades do Nordeste Brasileiro. Para isso, ele desenvolveu um projeto de estrada de ferro que começava no porto de Mossoró, passaria pela Região Oeste potiguar, cortaria a Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e terminaria na Bahia, escoando os carregamentos pelo Rio São Francisco para o resto do país. Em 1875, Graf assinou um contrato com o Governo Provincial, mas o projeto como ele sonhava não saiu do papel (ROCHA, 2005). Foi somente em 1915 que Mossoró passou a contar com um trilho de trem. Percorrendo bem menos municípios do que o sonhado por Graf, o trilho inicialmente saía da região costeira para a cidade de Mossoró. Ao longo dos anos a rede ferroviária foi de expandindo, estabelecendo seu percurso mais longo quando foi ligado à cidade de Sousa/PB, em 1951 (OLIVEIRA, 2005).

A demora na providência do trilho de trem que expandisse a capacidade do comércio e a falta de investimento para construção de rodovias, segundo comerciantes, foi um dos motivos da derrocada da economia de Empório Comercial da cidade de Mossoró. Fato contestado por outros comerciantes, como Gurgel Fernandes. Esse empreendedor moral culpa não o atraso, mas a postura dos comerciantes diante seus negócios. Segundo Fernandes (2014, p. 50): “Sendo assim, a decadência de Mossoró era fruto de posturas tradicionais, que não atendiam mais as relações comerciais exigidas pelo viver moderno”. Outras cidades conseguiram expandir suas estradas, tomando a influência em regiões que antes tinham Mossoró como seu centro comercial. Campina Grande-PB e Fortaleza - CE conseguiram atrair os comerciantes e tiraram de Mossoró sua influência enquanto Empório Comercial do Nordeste Brasileiro. Outro motivo para o enfraquecimento do comércio mossoroense são as secas que atingiam o Sertão Nordestino e acabavam por desabastecer as casas de comércio.

A seca de 1877 enfraquece o comércio de importação e exportação de mercadorias, pois faltam o algodão, o couro, e as peles para a exportação e compradores para as mercadorias importadas. As casas

comerciais que lidavam essencialmente com essas transações fecham as portas, é o caso da CASA GRAFF (FELIPE, 2001, p.37).

Porém, é por causa da seca que Mossoró consegue dinamizar novamente sua economia. A consequência da seca foi o êxodo de pessoas do campo para a cidade. Elas vinham atraídas pelo básico: ter o que comer e o que beber. Mossoró, como já expomos sobre a ideologia da elite econômica, se vendia enquanto um centro cosmopolita, de oportunidades, terra de liberdade e resistência. De acordo com Felipe, 2001, p.37:

No entanto, a seca beneficia parte do comércio e dos capitais locais, principalmente, aqueles comerciantes que se tornaram fornecedores de alimentos ao governo central para serem distribuídos aos flagelados e aos capitais envolvidos com a extração de sal, que tiveram a sua disposição para o trabalho nas salinas a mão de obra dos retirantes.

Na prática, os moradores do campo, - que para fugir da seca vieram para Mossoró, - tiveram sua força de trabalho utilizada à baixa remuneração para o desenvolvimento da economia salineira, que, junto com outras matérias-primas, formaria um setor da agroindústria local. A função econômica da cidade gerava consequências morfológicas para o urbano: mais bairros surgiram a partir da expansão da cidade. Constata-se, nesse processo de crescimento demográfico e da malha urbana mossoroense, uma divisão na cidade, já que os novos bairros surgiam tendo como eixo o trilho do trem (PINHEIRO,2007): os trabalhadores que moravam no Alto da Conceição estavam ligados à atividade do trem; enquanto no Santo Antônio os trabalhadores que lá moravam eram ligados à atividade do porto e, posteriormente, das salinas.

Enquanto isso, a região central do urbano mossoroense era ocupada pelo comércio e pelos moradores mais abastados. No centro estava a administração da cidade e ali eram construídos prédios públicos e sedes de novos aparelhos estatais. Se o trilho do trem mudou a estrutura da cidade e a reordenou para melhor funcionamento, isto ocorreu graças aos recursos adquiridos para sua construção, - adquiridos a partir de uma retórica política da elite local em convencimento da elite nacional, - tendo como justificativa o combate aos males decorrentes da chegada de retirantes para a cidade. A construção dos trilhos de trem ocuparia essas pessoas e faria com que eles tivessem o que comer. Chamamos aqui de retórica a partir do discurso sobre a seca, pois na prática os trabalhos da construção do trilho do trem não eram retirantes, tal como nos alerta Lima (2011):

Não há dúvidas que muitos trabalhadores da estrada de ferro de Mossoró eram migrantes, mas seria errôneo classificá-los como retirantes fugidos das secas. Consistiam em trabalhadores que possuíam experiência na construção de outras ferrovias no Estado do Ceará” (p. 62).

Partimos da compreensão de que se trata de um uso político da demanda dos homens comuns da cidade de Mossoró, já que no ponto de vista do discurso eles seriam ajudados, mas durante sua implementação se observou outro tipo de pessoas trabalhando na obra. O sonho dos comerciantes de ter uma ferrovia que atendesse as demandas de Mossoró só foi realizado graças as demandas das pessoas que fugiam da estiagem e que eram excluídas da cidade; mas que, na prática, não participaram do processo de construção e estão excluídos da história do trem, que se refere prioritariamente aos comerciantes.

Enquanto isso, a cidade, lar desses homens comuns e centro de atração de tantos retirantes, era embelezada seguindo as tendências da arquitetura e do urbanismo francês, materializando os ideais cosmopolitas da elite comercial. De acordo com Felipe (2001 p. 51): “A postura cosmopolitana ficava comprometida pela pobreza da maioria da população, naquele momento, bastante acrescida pelos anos de seca – 1887-1889”. A estrutura de serviços urbanos que essas pessoas demandavam não se encontrava nas zonas onde elas se assentavam ao chegar na cidade: faltava-lhes algo básico como a água tratada. A pouca infraestrutura com a qual a cidade contava estava concentrada no seu centro urbano.

MOSSORÓ NA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRA (1930-1960)

Nos anos 1930, a política nacional brasileira estava em profunda transformação. Desde o início da República, a política era marcada pelo coronelismo e pela dominação dos fazendeiros nas eleições. Havia uma alternância no executivo nacional entre setores paulistas e mineiros ligados à cultura cafeeira e à cultura do gado. Essa política ficou conhecida como Política do Café com Leite (LEAL, 1997, WEFFORT, 2003). Outra característica desse período era que a política local se articulava com a nacional a partir de relações clientelistas e governistas, em que os coronéis garantiam os votos e os líderes nacionais garantiam benfeitorias e recursos.

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, os setores que apoiaram essa movimentação entraram em cena, enquanto o poder dos latifundiários começava a diminuir. Em seu plano de ação, Vargas começava a investir na indústria nacional, além da abertura de empresas estatais. Trata-se do Estado participando diretamente da economia, protagonista para o seu desenvolvimento: tal política é conhecida como desenvolvimentista (BASTOS, 2012).

O fato da cidade pode ser lugar de indústrias ganha atenção nesse período de política econômica, em que se propôs uma indústria nacional que substituísse uma série de produtos simples que até então eram

importados. As cidades que já contavam com um certo equipamento público graças ao comércio, ganhou relevância para o empreendimento industrial, como a cidade de São Paulo (OLIVEN, 1980)

O efeito dessa política foi sentido em Mossoró: a economia da cidade passou a girar em torno da exportação de matérias-primas e produtos beneficiados para abastecer a indústria paulista. Os produtos exportados eram (PINHEIRO, 2007): óleo de caroço de algodão, óleo de oiticica, cera de carnaúba, de algodão e de agave, além do sal. Para ser possível essa prática econômica, construiu-se unidades industriais e oficinas que transformaram o espaço urbano da cidade. Além disso, o setor financeiro se fortaleceu e bancos se instalaram em Mossoró, facilitando, assim, o financiamento dos novos negócios industriais. Segundo Pinheiro (2007), em 1941, existiam apenas 3 bancos em Mossoró: o Banco do Brasil, o Banco Mossoró e a Casa Bancária S. Gurgel.

O período histórico que vai até os anos 1960-1970 também é marcado pelas obras públicas. As construções abarcavam uma grande quantidade de mão de obra, ajudando a empregar vários moradores da cidade. Um dos principais órgãos fomentadores das obras, a partir do governo Kubitschek, era a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O êxodo rural, com efeito, continuava, de modo que o processo de industrialização de Mossoró poderia significar novas oportunidades para as pessoas que passavam por dificuldades no campo. Mas a realidade poderia ser bem diferente, já que a maioria das unidades industriais não empregava muita mão de obra. Assim, essas pessoas, ao chegarem na cidade, se instalavam em regiões mais periféricas; dinâmica esta potencializada com a ocupação da margem direita do Rio Mossoró a partir da construção da ponte Jerônimo Rosado e da Avenida Presidente Dutra.

O bairro Alto de São Manuel surge a partir desse movimento: seus moradores ocupam zonas ribeirinhas e muitos deles estão atrelados à extração da carnaúba, matéria-prima para atividade industrial mossoroense. O bairro faz parte de um eixo de expansão sentido BR 304, que liga Mossoró à Natal. A ponte, que facilitou a ocupação de outras áreas da cidade, consolidou uma diferenciação territorial: aqueles bairros antes da ponte e aqueles bairros depois da ponte passam, então, a orientarem-se em uma forma de distinção dentre parte de pessoas mais abastadas e de pessoas mais simples e recém-chegadas que procuravam lugar para morar. Não que todos de um lado do Rio Mossoró fossem ricos, mas era lá que se encontravam os principais aparelhos públicos, tais como a Estação de trem, as casas comerciais, os bancos. Então, mesmo que outrora a ponte Jerônimo Rosado tenha rompido uma fronteira mais próxima entre as pessoas que já moravam na margem direita do Rio e o centro, a mesma possibilitou a

ocupação de terras cada vez mais distantes da região central da malha urbana mossoroense.

Os empreendimentos morais da política local

Atores e agentes políticos importantes ganharam força nessa época, principalmente os membros da família Rosado. O patriarca da família era o farmacêutico Jerônimo Rosado (patrono da ponte acima citada), que vem para Mossoró a convite do médico e político Almeida Castro: os dois fazem negócios juntos. Jerônimo se afeiçoa muito bem com a sociedade da época, sobretudo com os pensamentos da elite comercial.

A partir de um *Empreendimento da Memória* (JELIN, 2002), o farmacêutico Jerônimo Rosado adota os sonhos do comerciante Ulrich Graf e os princípios de liberdade, igualdade e resistência na cidade de Mossoró. A partir de um uso político da Memória, ele tem como missão realizar o sonho dos pioneiros do Empório Comercial Mossoró para que a cidade de Mossoró pudesse continuar a se desenvolver economicamente como praça comercial destacada no interior nordestino.

Na memória da cidade, o que é cultivado, lembrado e comemorado é o outro discursos das suas elites que se apresenta como um “sonho econômico” dos primeiros comerciantes, cujo maior projeto é a construção da Estrada de Ferro de Mossoró, cujos trilhos saíam das salinas localizadas nas proximidades da barra do rio Apodi-Mossoró até Boa Vista, nas margens do São Francisco, na Bahia, segundo o “Prospecto da Empresa” de Aitoria de Ulrich Graf, que teve sua primeira edição publicada em 1876 [...] (Felipe, 2001, p. 53).

Os filhos de Jerônimo Rosado herdaram a sua missão. Em 1948 Jerônimo Dix-Sept Rosado é eleito Prefeito de Mossoró. Imbuído da construção de uma memória coletiva do Empório Comercial, ele e sua equipe funcional, formada pelos seus irmãos, começam a realizar grandes obras na cidade. Realiza a construção de barragens no Rio Mossoró, favorecendo o abastecimento de água para a cidade, tanto para consumo como também para o uso nas unidades industriais. As barragens vinham para realizar um dos sonhos/missão de Jerônimo Rosado. Porém, a construção pereniza o rio e impede a utilização dele como transporte fluvial, sobretudo como porto. O movimento de modernização da cidade demandava também a melhoria do sistema energético da cidade. Segundo Felipe (2001, p. 92): “Em relação ao problema energético, cria-se a Companhia de Melhoramentos de Mossoró S.A. (COMENSA), da qual Dix-Sept torna-se o primeiro acionista, participando da aquisição de novos geradores”.

O grupo funcional¹⁵ aconselhou a Dix-Sept Rosado implementação de um programa cultural, sendo formado pelos seguintes aparelhos públicos: Museu Municipal, Biblioteca Pública e o Boletim Bibliográfico. Tais realizações seriam de suma importância para a legitimação do capital cultural e intelectual do clã. O projeto foi acatado pelo prefeito, ficando a cargo do irmão Vingt-Un Rosado a diretoria do Boletim Bibliográfico. Tal órgão é o embrião da Coleção Mossoroense (Felipe, 2001). Este empreendedorismo moral foi responsável pelo processo de construção de uma memória oficial para a cidade de Mossoró, rememorando os abolicionistas como símbolos de liberdade e igualdade, os mossoroenses que resistiram ao ataque de Lampião e o motim feminino como símbolo de resistência, e os primeiros comerciantes como símbolo de progresso.

Pensamos, embasados no trabalho de Jelin (2002), que a memória coletiva é disputada moral e emocionalmente; atores e agente sociais estão em constante disputa moral pela memória social, disputando quais fatos merecem ser memorados e quais devem ser esquecidos. Isso traz a memória para uma esfera política, permitindo também seu uso para tal. Assim, a Coleção Mossoroense faz um trabalho de *empreendimento de memória e de empreendimento moral* (BECKER, 2008), em que as memórias que devem ser lembradas são as que envolvem as aspirações de Jerônimo Rosado e seu panteão.

Essa memória social se torna memória oficial da cidade a partir do momento que elas saem das páginas do Boletim Bibliográfico e da Coleção Mossoroense e sobem nos palanques políticos, nos rituais e nas datas comemorativas da cidade. A título de exemplo de três desses momentos tem-se o *auto da liberdade*, comemoração em alusão ao 30 de setembro, data em que Mossoró libertou seus moradores vivendo em regime de escravidão. Porém, é unido a esse fato histórico o *motim feminino* contra o alistamento dos homens para a Guerra do Paraguai e o “primeiro voto” feminino do Brasil, na pessoa de Celina Guimarães Viana. E as festas juninas oficiais da cidade, quando é montado um teatro a céu aberto encenando a *Resistência contra o ataque de Lampião*.

Tal utilização da memória ajuda a construção de Mossoró como um lugar peculiar, um espaço cosmopolitano dentro do Nordeste Brasileiro, uma cidade *sui generis*. Nas palavras de Felipe (2001, p. 143): “A cidade imaginada agora não cabe no Rio Grande do Norte. É a cidade-estado – um ente coletivo imagético capaz de garantir o domínio dos Rosados nesse território que os mesmos tentam transformar em lugar”. Essa utilização também serviu para que os Rosados perpetuassem a sua dominação

¹⁵ O grupo é formado pelos irmãos Dix-Huit Rosado, Dix-Neuf Rosado, Vingt Rosado e Vingt-Un Rosado, sendo o último o principal incentivador do pleito cultural.

política, construindo o 'País de Mossoró', onde eles, pelo atributo intelectual e por serem herdeiros dos sonhos da elite comercial que fez Mossoró se desenvolver economicamente, seriam os únicos líderes capazes de continuar avançando a cidade.

Destacamos que é preciso a desestabilização teórica do lugar simbolicamente construído a partir do uso político da memória de fatos históricos ocorridos em Mossoró, ao levar em conta os estudos a respeito do seu processo de expansão urbana, que teve como primazia de análise, aqui, o viés econômico. Constatamos que essa é uma história de exclusões, de uma cidade que funciona para uma elite, mas que para a população em geral se apresenta com sérios problemas. Uma gama de pessoas, sobretudo as que foram para Mossoró a partir do êxodo rural causado pela seca, estão excluídas da cidade imaginada, estão fora da celebração espetacularizada do País de Mossoró. A igualdade celebrada nas comemorações públicas encobre a desigualdade social real latente. E tal fato fica mais evidente nos anos seguintes.

MOSSORÓ DE 1960 AOS ANOS 2000

Na década de 1960, a política brasileira tem um rompimento em seu regime democrático. Desde os anos finais do Estado Novo (1937-1946), o sistema partidário brasileiro vinha se aperfeiçoando, novos segmentos sociais passaram a fazer parte do eleitorado brasileiro, aprofundando os princípios democráticos. Os presidentes da época passaram a contar com um maior apoio popular, figurando à época como o período populista da política brasileira (CAMPELLO DE SOUZA, 1976). Porém, com a eleição de João Goulart para presidente, inicia um diálogo com setores da Esquerda e com líderes mundiais ligados ao Comunismo. Tal fato, dentro do contexto de Guerra Fria (1947-1991), levou à articulação política internacional e nacional para que ele fosse deposto do poder. Em 01 de abril de 1964, um Golpe Militar é aplicado, iniciando uma Ditadura Militar que duraria 21 anos. Com a mudança política, vem também as mudanças econômicas: se antes falavam em economias desenvolvimentistas, agora é falado em economia intervencionista; porém, se mantém a atuação econômica das estatais e das grandes obras públicas.

Em Mossoró, o investimento no setor salineiro crescia desde o início dos anos 1960, quando o setor químico demandava uma produção maior. O investimento vindo do exterior serviu para mecanizar a produção, demandando menos pessoas no trabalho, criando um desemprego latente na área. De acordo como Rocha (2005, p. 55), ocorre um processo de profunda reestruturação da economia mossoroense: “[...] a mecanização das

salinas, que inviabilizou as salinas artesanais, levando-as à falência por não conseguirem acompanhar a modernização imposta pelo capital [...]”.

O desemprego gerado contribuiu para a piora na situação de desigualdade na cidade, que já vinha sofrendo pelo enfraquecimento de outros setores, como o das ceras de carnaúba e oiticica. As pessoas que fugiam da estiagem e da seca do interior das regiões adjacentes encontraram em Mossoró a via do trabalho na salinicultura; logo, o desemprego atingiu principalmente as pessoas que já não se encontravam em uma situação de estabilidade na cidade. O fato levou toda uma região à decadência, como a conhecida região boêmia de Mossoró, o Alto do Louvor, que outrora era lugar de lazer para trabalhadores do sal e operários das mais diversas atividades ligadas à produção salineira.

Outra área econômica destacada na época é o setor da fruticultura. A partir de um investimento para que se fizesse uma cultura irrigada, o projeto, financiado pela SUDENE, acompanhava as tentativas dos militares de investirem no campo. A nível regional, ainda na primeira metade da década de 1970, a SUDENE acionou, através do FINOR 34/18, uma política de industrialização voltada à produção de bens intermediários.

Nesse momento histórico de intensas transformações ocorreram: a mecanização das salinas; a implantação de uma importante unidade produtiva no ramo da fruticultura – a MAISA (Mossoró Agro-Industrial S/A); a implantação de uma grande indústria de beneficiamento – a USIBRÁS (Usina Brasileira de Óleos e Castanhas); a implantação da primeira e única fábrica de cimento do Estado – a Fábrica de Cimento Nassau (Itapetinga Agroindustrial S/A); a implantação da PLASMOL (Plásticos de Mossoró Ltda); a implantação de uma importante unidade produtiva no ramo de confecções – a Confecções Guararapes; e a modernização de algumas indústrias de menor porte (PINHEIRO, 2007, p. 135).

O empreendimento da MAISA e outros voltados à fruticultura irrigada ajudaram a assentar e frear o movimento de êxodo rural, tão presente na realidade mossoroense, já que dava oportunidade de renda ao campo, quando antes parecia que a maioria das oportunidades estavam na cidade. Além da economia direta do setor, a MAISA fez com que surgisse um setor terciário prestador de serviços para a área da cultura irrigada.

Os empreendimentos do setor se concentraram no bairro Centro e Alto de São Manuel. Com isso, a economia de Mossoró se caracteriza muito mais pelo setor prestador de serviços às áreas citadas, fazendo com que o eixo de expansão da cidade siga a saída para Natal e para Fortaleza. Citamos o crescimento do Bairro Alto de São Manuel como uma exemplificação desse movimento, onde, na década de 1960, foi construído o primeiro conjunto habitacional da cidade: o Walfredo Gurgel.

De acordo com Pinheiro (2007, p. 146):

Assim, a principal alteração na morfologia da cidade foi a mudança de seu eixo de expansão, que passou a ser no sentido sudeste-noroeste. Nesse eixo, se deu a acelerada expansão dos bairros residenciais utilizando os diversos investimentos das políticas públicas e, em especial, das políticas habitacionais.

Os conjuntos habitacionais faziam parte da política da Ditadura Militar. Foram construídas também casas que tinham como público-alvo os setores mais ricos da sociedade. Como o INOCOOP, construído no Alto do São Manuel e Nova Betânia, essas construções fizeram parte de um movimento da elite mossoroense, que se deslocava do bairro Centro para bairros próximos, como o Nova Betânia.

Esse deslocamento abandonou o centro tradicional da cidade como lugar de morada e fomentou a construção de mais lojas. Como consequência, um número incontável de casas foi derrubado ou reformado para abrigar novos empreendimentos comerciais. Se em um momento histórico anterior a arquitetura do centro significou uma Mossoró moderna, o tempo mostrou que o discurso de modernidade e a própria concepção de moderno é variável temporal e espacialmente, já que a modernidade estava sendo representado em morar em um outro tipo de casa, em um outro bairro. O moderno estava, então, representado nas indústrias, nas lojas de prestação de serviços, nas lojas varejistas.

A construção dos conjuntos habitacionais fortaleceu a atividade da construção civil da cidade e empregou uma série de pessoas nas obras públicas. Com a ocupação de um conjunto residencial em uma região, ao seu redor também surgia uma série de outras casas, com pessoas que trabalhavam na obra, trabalhavam nas casas ou prestavam serviços para aqueles novos bairros. Outro fator relevante para as mudanças na cidade e na sua expansão foi a construção de instituições de ensino superior, tais como a ESAM e a UERN, ocupando novas terras na direção sudeste da cidade. Tais órgãos públicos serviram também para a criação de novos empregos.

Sobre a ESAM, Felipe (2001, p. 131) afirma o seguinte: “Era uma instituição pública, mas, de domínio privado do grupo familiar”. A família Rosado dominaria a instituição, já que eles teriam sido os responsáveis pela sua criação, a partir da atuação de Dix-Huit Rosado no Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. A ESAM seria a realização do sonho de Ulrich Graf de que Mossoró tivesse uma Escola Agrícola, despontando a produção da agricultura mossoroense do resto do Nordeste.

Os Rosados também exerciam influência sobre a UERN, devido às emendas que o então deputado Vingt Rosado destinaria para a instituição (FELIPE 2001). Podemos concluir, então, que parte dos empregos gerados pelas instituições serviam de cabide político para a dominação dos políticos da cidade. Porém, mesmo que em menor número, professores foram

contratados para ensinarem nessas instituições, com uma boa base salarial. Também de forma indireta, a partir de prestadores de serviço, mesmo que esses empregos fossem com uma remuneração menor e sem estabilidade.

A expansão para o sudeste deu-se também a partir da construção do Bairro Dom Jaime Câmara, diretamente relacionado à Favela das Malvinas, lugar em que chegaremos ao fim deste trabalho. Outra área econômica que influenciou a ocupação que se tornou as Malvinas foi a chegada da Petrobrás à cidade de Mossoró, ainda na década de 1970. Durante esse período, observou-se também uma mudança estratégica dos simbolismos da elite política, que até então preconizavam os princípios de liberdade e igualdade dos seus antepassados, concretizado no feito da abolição da escravatura em 30 de setembro de 1883. Essa preconização batia de frente com o contexto de ditadura militar e com as demandas de uma relação de amistosidade entre os políticos locais e os nacionais. Os Rosados escolhem, assim, outro elemento da história da cidade para repousar suas adorações políticas.

Em 1977, no quinquagésimo aniversário da resistência do povo de Mossoró contra o ataque do bando de lampião, os Rosados preparam a cidade para uma guinada nos rituais e cerimônias públicas para a adoração dos princípios ligados a essa efeméride. Segundo Falcão (2012, p. 4): “É por meio dos trabalhos da memória que é possível compreender como a Família Rosado se apropriou das narrativas sobre o passado da cidade e produziu comemorações e lugares de memória sobre o 13 de junho”. A cidade, então, passa a ser terra de resistência, de gente brava. Em sua história reescrita, reforça-se a autoridade do prefeito, guerreiro e intelectual que bravamente negou os pedidos do bando de lampião e decidiu confrontá-los, e do padre que guiou o povo nesse momento.

Favelização em tempos de Política Neoliberal

O fim da Ditadura Militar foi marcado por protestos pela liberdade política, sobretudo a partir da movimentação do “Diretas Já”. A política intervencionista da ditadura aumentou o endividamento externo do Brasil e o colocou em uma crise econômica. Tal fator foi um dos influenciadores para o fim do período militar. Então, a política econômica foi marcada por ações de diminuição da participação do Estado, de privatização de empresas estatais e de menos investimento público. Essa política é conhecida como política Neoliberal.

Um dos impactos dessa política em Mossoró foi o fim do investimento em conjuntos habitacionais, que mesmo que não dessem conta da grande demanda por moradias, ainda cumpria um papel importante para a cidade. Com o fim da política habitacional e com a crise econômica, o caminho viável para os moradores com menor poder aquisitivo parecia ser as

ocupações informais: a construção de favelas, já que em outros lugares o custo de aluguéis e casas ficava cada vez mais alto.

Não se trata de um problema diretamente causado pela crise econômica e pela austeridade da política neoliberal; pois, na verdade, só são escancarados os problemas históricos da cidade de Mossoró, já que até então não se havia desenvolvido políticas públicas para diminuir a desigualdade ao acesso à terra ou à casa própria.

Segundo Queiroz (2018, p. 82):

Assim, observamos a migração em massa da população rural para as cidades, conformando o processo de territorialização precária, surgindo aglomerados de exclusão no espaço urbano, as ocupações irregulares, muitas vezes questionadas judicialmente pela lei da propriedade privada, bem como pelos conteúdos normativos dos planos de organização do espaço urbano. Pudemos observar tais fatos, em nossa pesquisa sobre a cidade de Mossoró/RN, onde desde o final do século XIX e por todo o século XX ocorreram conflitos sociais no processo de produção territorial do espaço urbano.

Além disso, o mercado de trabalho na cidade sempre passou por problemas, como vemos a partir das diversas especializações ao longo da história, não havendo uma inserção da maioria da população que vinham para a cidade na busca de melhores condições de vida. Segundo Felipe (1981, p. 27):

No caso específico de Mossoró, a situação é mais grave ainda, pois a urbanização e as migrações campo-cidade, estão se processando mesmo sem a cidade industrializar-se, e nas poucas indústrias criadas nos últimos anos (para substituir os mercados o mercado de trabalho perdido pela falência das agro-indústrias e com a mecanização das salinas), verifica-se a mesma capacidade de criar euforia do emprego urbano-industrial. Por isso as populações das áreas rurais de cidades “da influência de Mossoró” estão se deslocando para o seu “centro regional” na busca desse emprego, tanto assim é que, do total dos trabalhadores da Confecção Guararapes, 56% são pessoas oriundas de outras cidades da citada área, que vieram para Mossoró a procura desse emprego, e os que vieram e não conseguiram o trabalho e também não voltaram para as suas cidades de origem?

Em 1997 havia pelo menos 32 favelas em Mossoró (ROCHA, 2005). Na região próxima ao Dom Jaime Câmara, existem as seguintes: Do Velho, do Iraque, do Tranquilim, Techint. Com exceção do Tranquilim, todas as outras formam o conjunto de favelas das Malvinas. Esse complexo urbano, aqui intitulado de Favela das Malvinas, em si, foi construída em 1985, na área onde hoje se encontra a praça do bairro. Aquela foi a primeira da região a ser urbanizada. Porém, a favela criou um estigma no espaço, de modo que toda região ficou conhecida como Malvinas, nome que abrangeu também as outras favelas próximas.

Este lugar, hoje conhecido como Nova Vida e Dom Jaime Câmara, mas que algumas partes específicas leva o nome de conjuntos habitacionais que foram sendo construídos ao logo de sua gentrificação, vem a ser o locus de pesquisa de mestrado em andamento. Logo, contamos com dados de uma observação participante preliminar.

A partir de conversas informais na praça do bairro, foi relatado que houve um grande aumento de número de moradores a partir de 1985, por conta da enchente do Rio Mossoró, que desabrigou vários moradores da região ribeirinha do Alto de São Manuel e do Walfredo Gurgel. A ocupação nessa região da cidade acompanha a expansão causada pela instalação da base da Petrobrás na região. Ela fez com que bairros como Alto do Sumaré, Liberdade e Bom Jesus se desenvolvessem, sendo ocupado por trabalhadores da base ou de prestadores de serviços. Empresas voltadas para a prestação de serviço se instalaram na região, dentre elas a Techint, empresa voltada para a construção civil.

A construção civil requer bastante mão de obra, mesmo que essa não seja tão bem remunerada ou qualificada. Assim, a Techint atraiu muitos trabalhadores para a região, formando ao redor de seu prédio a Favela da Techint. Em 1997 existiam pelo menos 210 casas e cerca de 1050 moradores (ROCHA, 2005). Esta favela foi erradicada a partir do Programa de Melhoria Habitacional.

A favela do Velho tinha em 1997 pelo menos 385 casas e 1925 habitantes; já a do Iraque contava com 62 casa e cerca de 310 habitantes. Mesmo sem informações de número de casas e habitantes da Favela das Malvinas, podemos estimar que na região havia pelo menos 657 casas e 3285 habitantes. As pessoas viviam ali em uma região de vulnerabilidade social, desconectados da cidade, sem acesso à água e à energia elétrica. Eram pessoas que, devido a problemas sociais da cidade, vinham de outras regiões de vulnerabilidade, como regiões ribeirinhas. Assim, eram pessoas diretamente excluídas da cidade oficial que demandava para si os princípios da igualdade, liberdade e resistência.

Os moradores dessa região e de outras favelas constroem, assim, uma cidade informal dentro da cidade de Mossoró, excluída da estrutura social e econômica da cidade oficial. Uma cidade informal que significa medo e vergonha para a cidade formal. A cidade formal estigmatiza as pessoas que moram nas favelas e reivindica à política local a pacificação da cidade informal.

Assim sendo, Queiroz argumenta (2018, p. 87):

No que se refere às políticas públicas destinadas ao problema das favelas, de acordo com os dados apresentados pela prefeitura, entre 1997 e 2004, através de programas habitacionais da prefeitura foram

construídas 4.117 casas de alvenaria, atendendo a 16.068 pessoas e 'erradicando' dezenove favelas em dez localidades.

Constatamos, portanto, que durante o período em que a política econômica nacional estava pautada no neoliberalismo, o poder público não conseguia dar conta da questão habitacional, aumentando o problema das ocupações informais e das moradias em situação de vulnerabilidade social. A partir dos anos 2000, e sobretudo a partir de 2002, o poder público local conseguiu obter maior apoio de programas habitacionais, promovendo a erradicação de favelas e a construção de conjunto habitacionais.

Na região das Malvinas, destacamos o Conjunto Nova Vida, que a partir de um empreendimento local os moradores reivindicam 'Nova Vida' como designação ao bairro onde moram. O conjunto que pôs fim à Favela das Malvinas construiu uma praça para a região, promovendo um espaço de lazer para seus moradores, mas que também pode ser vista como forma da cidade oficial operacionalizar uma mudança nas sociabilidades encontradas anteriormente e tentar apagar de vez a marca de que um dia aquele terreno teve uma ocupação ilegal, - um alerta para que não voltassem a ocupar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho trilhou a história da cidade de Mossoró com o objetivo de compreender como se deu o desenvolvimento urbano, sobretudo a partir de elementos econômico que demandavam uma função específica para a cidade. Na medida do possível, nós relacionamos o econômico com os processos políticos, pois os dois elementos em conjunto ajudam a inferir uma visão geral sobre essa história.

Porém, admitimos que a escolha por uma visão macroestrutural perdeu de vista processos sociais e culturais localizados dos atores e agentes que construíam a cidade, das regiões morais específicas formadas a partir da dinâmica urbana mossoroense e das aspirações daqueles que procuravam melhores condições de vida na cidade de Mossoró.

Nós não descartamos a visão de Perto e de Dentro (MAGNANI, 2002). A partir da elaboração desse artigo, que é um pano de fundo para o estudo dos processos sociais da cidade de Mossoró, podemos partir para lugares específicos da cidade, seja um bairro, uma rua ou uma forma de sociabilidade encontrada lá.

Na elaboração do trabalho, elaboramos a seguinte pergunta: Há relação entre os elementos fomentadores da expansão urbana da cidade de Mossoró e a formação da Favela das Malvinas? Após a revisão bibliográfica e o desenvolvimento do trabalho, podemos afirmar que os elementos fomentadores da expansão urbana da cidade tiveram como primazia a

importância econômica e tiveram como consequência um processo de exclusão social e de estratificação dentro da cidade de Mossoró.

A cidade atraiu moradores de outras regiões a partir da fuga das estiagens, mas ela não os incluiu na dinâmica econômica e social urbana, submetendo-os a situações de precariedade e construindo uma cidade informal. Com o desmonte do Estado pela política neoliberal e com a crise econômica que assolou o Brasil em fins do século XX, a situação ficou nítida com o aumento do número de ocupações informais por meio de favelas.

Então, a formação da Favela das Malvinas é resultado direto dos elementos que aqueceram e deram vida à economia da cidade de Mossoró. A hipótese inicial ganhou força ao longo do desenvolvimento do trabalho, mostrando como a região estava desconectada materialmente e simbolicamente do resto da cidade. Que para que fosse possível sua conexão, o poder público precisou gentrificar a região com conjuntos habitacionais, intervindo nas sociabilidades que ali se encontravam.

Além disso, percebemos que durante toda a história da cidade houve exclusões de parcela das populações, e que dentro de um processo histórico mais amplo há uma continuidade entre os lugares excluídos na contemporaneidade e os do passado. Percebemos que uma das concepções que fomentaram o estabelecimento de lugares excluídos foi o de modernidade.

Desde o momento que se estabeleceu o binômio tradição-modernidade, uma série de ações de exclusão passaram a ser aceitas em detrimento da cidade alcançar a tal modernidade. Mesmo que significando coisas diferentes, a modernidade e o desenvolvimento estiveram lado a lado em alguns momentos, sendo a modernidade presente mesmo que o desenvolvimento não estivesse tão acentuado. Com isso, percebemos que existe uma cidade muito maior no plano simbólico e imaginário do que no plano empírico e material. Essa cidade imaginada pôde até mesmo ser comparada a um país, justificado na sua história *sui generes*.

Mas, o país se apequena ao pensarmos que este não comporta sequer o tamanho real da cidade, já que tantos lugares estiveram historicamente excluídos. Lugares estes que eram em um momento vistos como tradicionais, mas que os admitir levaria a cidade a reconhecer não estar no nível de modernidade pretendida.

Em outro momento, os lugares excluídos são admitidos como consequência da modernidade pretendida pelos empreendedores morais locais; como consequência do desenvolvimento em curso; ou mesmo como um lugar de resíduo urbano. Lugar que se opõe ao resto da cidade por não ter a mesma civilidade ou por ser o lar de pessoas vistas como perigo para a vida urbana; de pessoas que fracassaram individualmente, como se os

problemas que elas enfrentassem não fossem problemas públicos e coletivos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (Ed.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

CAMPELLO DE SOUZA, M. do C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CASCUDO, Luís Câmara. *Notas e documentos para a história de Mossoró*. 5ª ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.

FALCÃO, Marcílio Lima. No país de Mossoró: a memória de Mossoró, cidade da resistência como estratégia de manutenção do poder da Família Rosado (1970-2007). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3.; SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFC, 10., 1-3 out. 2012, Fortaleza (Ce). Anais... Fortaleza (Ce): Expressão Gráfica; Wave Media, 2012.

FERNANDES, Paula Rejane. *Jornal O Mossoroense: O Noticiador da Modernidade*. In: Maria Cristina Rocha Barreto; Guilherme Paiva de Carvalho (Org.), *Memórias do Espaço: Identidades e subjetividades*. Mossoró, Natal: Editora da UERN, 2014, v. 1, p.37-58.

FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o "país de Mossoró"*. Mossoró: Editora Grafset, 2001.

FELIPE, José Lacerda Alves. *O Urbano no Rio Grande do Norte: Notas para Estudo*. Coleção Mossoroense Volume CLXIV, 1985.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid y Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002.

LEAL, Vitor NUNES. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

OLIVEIRA, Manoel Tavares. *Estrada De Ferro Mossoró-Sousa: Um Sonho, Uma Realidade, Uma Saudade*. Fundação Vingt-un Rosado. Mossoró, RN: 2005.

OLIVEN, RG. *Urbanização e Mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1980.

PARK, Robert Ezra. "A cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano". In VELHO, Otávio G. (Org), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 26- 67, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. *O processo de urbanização da cidade de Mossoró*. Mossoró: Editora IFRN, 2007.

QUEIROZ, Rodrigo José de Góis. *Territorialização precária e cidade informal: um olhar sobre a cidade de Mossoró (RN)*. Cajazeiras – PB, v. 3, n. 6, 2018.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. *Expansão urbana de Mossoró (período de 1980 a 2004): geografia dinâmica e reestruturação do território*. Natal-RN: EDUFRRN, 2005.

WEFFORT, Francisco Corrêa. [1978]. *O Populismo na Política Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SANTOS, Sílvia Letícia Bezerra; COSTA, Guilherme Luiz Pereira. A mulher indígena como símbolo de resistência no Rio Grande do Norte: gênero e trabalho na comunidade Mendonça do Amarelão. *RESC Revista de Estudos SocioCulturais*, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 80-95, ISSN (Em Solicitação).

A MULHER INDÍGENA COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE: GÊNERO E TRABALHO NA COMUNIDADE MENDONÇA DO AMARELÃO

Indigenous Women as a Symbol of Resistance in Rio Grande do
Norte: gender and work in the Mendonça do Amarelão
Community

Sílvia Letícia Bezerra Santos¹⁶
Guilherme Luiz Pereira Costa¹⁷

Resumo: O presente trabalho busca analisar a importância da representatividade feminina na comunidade indígena dos Mendonça do Amarelão, comunidade esta que se localiza na cidade de João Câmara, no interior estado do Rio Grande do Norte. Seu histórico de conquistas está sempre associado à luta feminina em prol de seus direitos e os da comunidade. Consideramos relevante destacar o fato de que as maiores lideranças da comunidade são representadas por mulheres. Para esta pesquisa, utilizamos a História Oral como principal metodologia a ser aplicada. No entanto, apesar de entendermos não ser necessário trazer na íntegra e referenciar os relatos orais das mulheres interlocutoras, é necessário analisar seus posicionamentos, tornando a análise de suas falas recorrente no desenrolar do texto. O mesmo conceito aplica-se para a compreensão do processo de (re)construção da identidade indígena na comunidade do Amarelão. Assim, serão problematizadas percepções que foram encontradas em entrevistas recentes, de forma indireta, de mulheres que trabalham no grupo de artesanato indígena nomeado como *Motyrum Caaçu*. Esse grupo de artesanato foi criado com o objetivo de manter a cultura indígena presente na comunidade, e para tal finalidade, o artesanato consiste em um elemento significativo, uma vez que produz a materialidade da identificação da memória. Além disso, a produção do artesanato pode ser considerada como algo essencial no que diz respeito à expressão da cultura.

Palavras-chave: mulher indígena, Mendonça do Amarelão, direitos, etnografia

¹⁶Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). E-mail: silvialeticiahist0@gmail.com.

¹⁷Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN); Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela UERN; Professor de Sociologia da rede pública do Estado do Rio Grande do Norte. Graduando em História pela UERN. E-mail: guilhermelpcosta15@gmail.com.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the importance of female representation in the indigenous community of the Mendonça do Amarelão. This community is located in the city of João Câmara, in the interior of the state of Rio Grande do Norte. Her record of achievements is always associated with women's struggle for their rights and for the community. We consider it relevant to highlight the fact that the greatest leaders in the community are represented by women. For this research, we used Oral History as the main methodology to be applied. However, although it is understood that it is not necessary to bring in full and reference the oral reports of the women interlocutors, it is necessary to analyze their positions, making the analysis of their speeches recurrent in the course of the text. The same concept applies to understanding the process of construction of the indigenous identity in the Amarelão's community. Thus, perceptions that were found in recent identifications, indirectly, of women who work in the indigenous handicraft group named as *Motyrum Caaçu* will be problematized. This group of handicrafts was created with the objective of keeping the indigenous culture present in the community, and for such relevant, handicraft is a significant element, since it produces the materiality of memory identification. Furthermore, a handicraft production can be considered as something essential with regard to the expression of culture.

Keywords: indigenous woman, Mendonça do Amarelão, rights, ethnography

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho busca refletir sobre uma pesquisa em comunidade indígena no estado do Rio Grande do Norte, onde procuramos perceber a trajetória de lutas de mulheres que se identificam enquanto indígenas. Nesse sentido, fazemos uso de bibliografia relevante que se adequa à discussão a respeito da história e cultura indígena, especialmente das mulheres que se enxergam quanto tal, a partir de etnografia, fruto das pesquisas em *locus*. Além disso, a pesquisa desenvolvida visava destacar a reconstrução da memória dos indígenas da Comunidade do Amarelão.

Desta forma, tornou-se necessário fazer o levantamento de fontes que poderiam elucidar como são construídas as identidades indígenas nas comunidades. Para isso, é preciso tentar esclarecer as rupturas que envolvem a respectiva comunidade, entender como seus moradores mantêm os seus costumes reconhecidamente indígenas e compreender, a partir das narrativas orais das mulheres, como esse processo vem sendo sucedido.

Para esta pesquisa, utilizamos como principal metodologia a ser aplicada o que diz respeito à utilização da História Oral. No entanto, apesar de entendermos não ser necessário trazer na íntegra e referenciar os relatos orais das mulheres interlocutoras, é necessário analisar seus posicionamentos, tornando a análise de suas falas recorrente no desenrolar do texto. Assim, serão problematizadas percepções que foram encontradas em entrevistas recentes, de forma indireta, de mulheres que trabalham no grupo de artesanato indígena nomeado como *Motyrum Caaçu*.

Entendemos ser preciso procurar não poupar esforços para compreender o que leva essas referidas pessoas a se identificarem enquanto indígenas. Fora isso, vale dizer que se torna necessário buscar entender os fatores que servem para impulsionar as comunidades a carregarem consigo o discurso de que elas possuem um passado indígena que merece ser lembrado. Torna-se interessante adiantar que a questão de se autoreconhecer como Amarelão possui um caráter bastante heterogêneo, tendo em vista que, como acontece frequentemente, nem todos os moradores da respectiva comunidade entendem ser ou se assumem enquanto descendentes dos povos indígenas. Destarte, além do não reconhecimento de si, outros sujeitos ainda optam por serem denominados como caboclos ou, nesse caso, até mesmo pela denominação referente aos primeiros habitantes da comunidade do Amarelão, os chamados Mendonça, por exemplo.

Buscamos trazer para o debate a discussão existente em torno dos assuntos abordados que circunscrevem pessoas que se consideram indígenas. Contudo, este trabalho se apresenta focando no papel

desempenhado pela mulher indígena na comunidade do Amarelão. Portanto, entendemos ser necessário procurar demonstrar como esse enfoque contribui para o fortalecimento da cultura na referida comunidade indígena.

Por vez, a pesquisa de campo mostrou que o papel social da mulher dentro da comunidade é de significativo destaque, haja vista que são elas quem ocupam cargos de liderança na Associação Comunitária, reivindicam os seus direitos diante do Estado nacional, atuam nas salas de aula da escola do Amarelão, produzem o artesanato e estão dentro das universidades, por exemplo.

Em suma, nosso trabalho está dividido em uma parte em que nos empenhamos a discutir sobre a condição dos povos indígenas no Brasil, perpassando o histórico de preconceito, discriminação e dizimação, em especial no estado do Rio Grande do Norte. Em seguida, trazemos uma reflexão a respeito da presença e importância da mulher indígena na comunidade do Mendonça do Amarelão, discutindo sobre o papel singular feminino na organização e economia de tal espaço.

APAGAMENTO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO BRASIL

Preconceito e a discriminação são fenômenos vivenciados constantemente pelos povos indígenas brasileiros na atualidade, principalmente no que diz respeito aos povos indígenas nordestinos, pois há um distanciamento desta figura indígena que ainda está bastante cristalizada no passado. Tais fenômenos de incompreensão têm levado populações indígenas a se esconder, a ocultar suas identidades. Nesse sentido, levando em conta o caso do Rio Grande do Norte, por muito tempo se afirmou que não existia mais povos indígenas no estado.

Desde a chegada dos europeus no Rio Grande do Norte e início da colonização e catequização, houve um apagamento das identidades indígenas nos registros oficiais do estado, sobretudo nos censos demográficos. Nesse sentido, a historiografia oficial, escrita inicialmente fora dos contextos acadêmicos e por pessoas da elite, fora uma das responsáveis por colocar as identidades indígenas em um lugar à margem da narrativa.

Essa narrativa oficial ajudou a cristalizar no senso comum a ideia de que não existia mais indígenas no Rio Grande do Norte e, os que sobraram, teriam sido assimilados (CAVIGNAC, 2003). Assim, levando em consideração questões sobre pureza racial, o discurso levanta a ideia de que não havia mais indígenas propriamente ditos, como aqueles encontrados pelos portugueses nos primórdios da colonização no/do Brasil. Persistia a ideia de que os povos originários teriam sofrido com a miscigenação a perda total de suas culturas ao longo dos anos.

É importante citar que o contato com o colonizador não fez com que os povos indígenas que habitavam nosso país perdessem totalmente seus aspectos culturais. Dessa forma, o que entendemos como cultura brasileira também apresenta elementos adquiridos a partir de tal contato. Não existindo, portanto, um processo de aculturação, de perda de identidade ou identidades, mas aconteceram transformações em ambos os lados do contato.

Sendo assim, seja por terem, historicamente, incorporado hábitos que não são considerados como hábitos tipicamente indígenas ou, principalmente, por ainda continuarem lutando pelo direito de praticar os costumes herdados de seus ancestrais, esses sujeitos têm sido alvo de ideias racistas desde o primeiro contato com os europeus.

Vale salientar que o reconhecimento dos povos indígenas tem sido cada vez mais dificultoso por causa do preconceito:

O preconceito é um dos maiores problemas do Brasil atual. Esse problema pode ser mostrado de forma mais evidente ao analisar a situação dos povos indígenas. Desde os primeiros contatos com o homem europeu, o índio sempre foi estigmatizado, e sobre sua imagem foi criado um estereótipo que, na maioria das vezes, mostra-o como inferior. O nativo brasileiro era e ainda é concebido por muitos como inferior e sua cultura é tida como rústica, selvagem e estranha (BOADANA, 2015, p. 76-77).

Além disso, como salientamos, é interessante ter em vista que o histórico de preconceito, discriminação e perseguição é mantido nos dias atuais:

Tal preconceito em relação ao índio tem crescido sobremaneira nos dias atuais. O aumento se dá muitas vezes por questões políticas e ainda por alienação e ignorância por parte da população que criou uma imagem de índio e nela se prendeu. Essa concepção de indígena pautada na ignorância da população fez com que surgissem também falsas ideias sobre a cultura dos povos tradicionais. O senso comum pensa o nativo a partir de uma figura imaginária criada pelo arquétipo presente nos costumes em que está inserido. Desta maneira, criam-se mitos, boatos, mentiras acerca dos povos e das culturas indígenas (BOADANA, 2015, p. 76-77).

Por outro lado, como forma de resistir e superar as concepções racistas que os perseguem, povos e comunidades indígenas elencam diversos fatores que buscam manter ou modificar o processo de identidade que aparece dentro das mesmas. Assim, existem entidades que apoiam e impulsionam a militância em movimentos de luta indígena pela resistência nas próprias localidades (BICALHO, 2010). Além do empenho nas comunidades onde encontram-se presentes, é também por meio de uma educação específica, diferenciada e bilíngue, assegurada pelo Estado, por exemplo, que os indígenas tentam enfrentar e superar os obstáculos que surgem para se pensar a manutenção de seus costumes.

Acreditando ser de suma relevância reconhecer a figura indígena historicamente na construção do que entendemos ser o nosso país. Portanto, para reconhecer o valor dos povos indígenas, torna-se imprescindível citar que, atualmente, ainda contamos com a presença em território brasileiro, mas, quando comparado ao número de indivíduos que habitavam aqui antes da colonização, são poucos, ou pelo menos, é pequeno o número de pessoas que ainda se identificam como tais:

Os povos indígenas do Brasil vivem atualmente um momento especial de sua história no período pós-colonização. Após 500 anos de massacre, escravidão, dominação e repressão cultural, hoje respiram um ar menos repressivo, o suficiente para que, de norte a sul do país, eles possam reiniciar e retomar seus projetos sociais étnicos e identitários. Culturas e tradições estão sendo resgatadas, revalorizadas e revividas. Terras tradicionais estão sendo reivindicadas, reapropriadas ou reocupadas pelos verdadeiros donos originários. Línguas vêm sendo reaprendidas e praticadas na aldeia, na escola e nas cidades. Rituais e cerimônias tradicionais há muito tempo não praticados estão voltando a fazer parte da vida cotidiana dos povos indígenas nas aldeias ou nas grandes cidades brasileiras [...] Isto é um retorno ao passado ou puro saudosismo? De modo algum. Isto é identidade indígena e orgulho de ser índio (BANIWA, 2006, p. 39).

Enquanto pesquisador indígena, o autor supracitado demonstra otimismo acerca da condição das populações indígenas diante desse novo momento na história dos povos originários:

É ser o que se é, como acontece com todas as sociedades humanas em condições normais de vida. Passado um longo período institucionalizado de repressão (pois ainda é forte no Brasil a repressão cultural não-institucionalizada, não oficial, percebida, por exemplo, na implementação das políticas públicas e no reconhecimento pleno dos direitos garantidos, como o direito à terra, à educação e à saúde adequada), as novas gerações de jovens indígenas parecem carentes de uma identidade que os identifique e lhes garanta um espaço social e identitário em um mundo cada vez mais global e, ao mesmo tempo, profundamente segmentário no que diz respeito à cultura, à ancestralidade, à origem étnica, a partir das quais os direitos econômicos, sociais, culturais contemporâneos se articulam e se fundamentam (BANIWA, 2006, p. 39).

Além disso, não estará destinando para eles apenas o passado, mas será possível compreender que os povos indígenas brasileiros são sujeitos de direitos à existência como qualquer ser humano, uma vez que suas especificidades não deveriam ser sinônimo de inferioridade (ALMEIDA, 2010). Contudo, para percebermos a importância da figura indígena para a história e constituição de nossa sociedade, é necessário pensar um processo que requer um debate acerca das raízes brasileiras.

Há quem saliente a importância de discutir sobre buscar reverter a maneira estigmatizada e preconceituosa como os povos originários são jogados no passado e como isso tem contribuído significativamente para a

desvalorização de diversos grupos étnicos no Brasil. Como exemplo, “basta lembrarmos em que modos ocorrem as comemorações do dia do índio nas escolas já que ainda é comum vermos crianças de cara pintada portando um cocar feito com papel lembrarem que o 19 de abril é dia de índio” (JESUS, 2011, p. 07).

A abordagem em torno da temática e da questão indígena pode nos levar a compreender como se iniciaram as lutas de reivindicação e quais os motivos que os impulsionaram a se assumirem enquanto indígenas. Fora isso, é interessante citar que, conforme destaca Funari e Piñon (2011), conhecer a história e a cultura das populações indígenas brasileiras é conhecer as nossas próprias raízes.

Nesse sentido, ainda é necessário frisar que esse processo de identificação acontece mesmo diante de uma série de concepções equivocadas voltadas à cultura de grupos ditos extintos. No caso da nossa pesquisa, entendemos relevante refletir sobre a identificação de indígenas no estado do Rio grande do Norte.

Durante muito tempo, a historiografia negou a existência dos povos indígenas em território potiguar. Contudo, em contrapartida ao histórico de desaparecimento indígena, Guerra (2007) afirma que essa ideia de ausência de indígenas em território potiguar não corresponde à realidade. A respectiva pesquisadora percebeu que houve “uma supressão crescente de certos contingentes populacionais, em especial dos grupos indígenas, que foram sistematicamente enquadrados em categorias genéticas como ‘mestiços’, ‘caboclos’” (GUERRA, 2007, p. 29).

No lugar da ideia de não existência, é percebido um processo histórico que levou os indígenas a se denominarem enquanto sujeitos de outros seguimentos. Assim, é preciso acrescentar que, entre os diversos fatores que contribuem para o afastamento dos povos originários de suas culturas, “muitos indígenas que nasceram depois desse processo de confinamento contínuo não conheceram a cultura tradicional de seu coletivo étnico” (ZIMMERMANN; SERAGUZA; VIANA, 2015, p. 108).

Contrariando as estatísticas e os intelectuais que travavam do assunto, de acordo com Guerra (2009), é possível falar que não deixou de existir presença indígena no estado do Rio Grande do Norte. Dito isso, fazendo uso de história oral, sobretudo pela limitação de documentação que verse acerca do assunto, a respectiva pesquisadora esclarece que a existência de indígenas em território potiguar era conflituosa.

Trazendo o caso específico de indígenas da comunidade do Amarelão, situada na cidade de João Câmara, podemos discutir o interesse em conceber a extinção de populações indígenas no estado, uma vez que, desde a chegada dos moradores dessa comunidade, no início do século passado, eles se encontram constantemente em conflito com pessoas com

maior poder aquisitivo, pessoas essas que visam as terras habitadas pelos povos originários.

Quanto ao que consumimos a respeito da história indígena potiguar, advém de intelectuais oriundos de uma elite, não sendo necessariamente vinculada à academia. Esse fato, conforme discute Cavignac (2003), reflete em um apagamento dos aspectos indígenas do estado, uma vez que, aqueles que escreviam sobre os povos originários, eram os mesmos que detinham algum interesse no suposto fim da presença indígena.

Nesse sentido, até o início do século XXI, a academia também consumia o discurso de extinção e de assimilação total de indígenas no estado do Rio Grande do Norte. Contudo, o processo de autoidentificação dos sujeitos demonstra que a realidade não estava de acordo com a teoria.

Por sua vez, situando nosso campo de pesquisa geograficamente, a Comunidade do Amarelão localiza-se na cidade de João Câmara, no estado do Rio Grande do Norte, município esse distante aproximadamente 72,45 km da capital do estado. O Amarelão conta com um número significativo de pessoas, sendo composta por 280 famílias e por cerca de 1100 habitantes que se consideram enquanto uma grande família. Essa grande família, se mantém presente na luta e resistência em defesa da identidade indígena desse grupo.

Destacamos que a questão da identidade no Amarelão possui um caráter bastante heterogêneo, haja vista que nem todos os moradores da respectiva comunidade se assumem enquanto indígenas. Alguns preferem ser chamados de caboclos ou até mesmo pela denominação referente aos primeiros habitantes da comunidade, os “Mendonça”.

Um outro aspecto a ser considerado é sobre a questão da identidade dos ‘Mendonça’. Apesar de sua memória-histórica referir-se a uma origem indígena, no entanto, apenas pequena parte do grupo assume essa identidade, mas de forma cautelosa. Sabemos que ao longo dos séculos, tornou-se mais conveniente não ser revelada a identidade indígena. Essa tática do silêncio foi uma defesa em contraposição ao sistema político-econômico que crescia seus domínios nos territórios indígenas e que usou sempre de muita violência contra as populações aborígenes através de perseguições, discriminações etc. Também os discursos oficiais históricos e ideológicos inibiam (inibem) qualquer atitude de oposição desses indivíduos contra essa poderosa hegemonia. E assim, muitos ‘caboclos’ optaram (optam) pelo anonimato (GUERRA, 2003, p. 193).

Além do mais, é percebido que a ativa participação das mulheres dentro das comunidades tem se tornado, de fato, um fenômeno de extrema importância para refletir sobre a divisão sexual entre os sujeitos, uma vez que seus históricos de conquistas estão sempre associados à luta feminina em prol de seus direitos e os da comunidade do Amarelão. Por isso, é preciso levar em conta e destacar o fato de que as maiores lideranças da respectiva

comunidade são reconhecidamente representadas por mulheres, contrapondo-se assim ao tipo convencional de protagonismo masculino:

A Um papel feminino estabelecido culturalmente, até a atualidade, é o da mulher como esposa. O aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho fabricados e manejados por homens, deu ao marido um motivo de acúmulo de bens. Isto levou à inversão da estrutura familiar, passando a mulher para o clã do marido. Da antiguidade à idade média, os casamentos eram combinados sem o consentimento da mulher e, a união, não consagrava o amor e sim um contrato entre o pai da noiva e a família do pretendente (SILVA et al., 2005, p.73).

A mulher indígena no Amarelão é aquela que extrapola a convencional “recatada e do lar”, sendo ela, protagonista de sua própria história, procurando estabelecer estratégias para se manter como detentora de ações que historicamente não foram aceitas pela civilização fruto da colonização.

O PAPEL DA MULHER INDÍGENA NA COMUNIDADE DO AMARELÃO

Quando se trata de mulheres indígenas, elas “passam a ter cada vez mais presença pública e com demandas e reivindicações próprias” (LEAL; ENEIDA; ANDRADE, 2012, p.08). Por meio das mulheres, diversos trabalhos sociais foram desenvolvidos, destacando-se o grupo de artesanato indígena “*Motyrum Caaçu*”, a cozinha comunitária “*Aiyras d'Aram*”, além disso, elas também são responsáveis pela liderança da Associação Comunitária do Amarelão (ACA). Assim, o Amarelão utiliza os seus projetos para poder lembrar o passado e conservar a memória e a história dos primeiros moradores da comunidade. O passado a ser lembrado vai integrar valores que podem ser fundamentais para a construção da identidade deste povo.

O grupo de artesanato *Motyrum Caaçu* pode ser considerado como o causador do rompimento com uma série de paradigmas, alcançando prestígio e reconhecimento dentro do Amarelão e pela comunidade exterior. A partir do grupo, as mulheres do Amarelão chegaram a ter suas peças comercializadas em grandes feiras, até mesmo em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Esse grupo de artesanato foi criado com o objetivo de manter a cultura indígena presente na comunidade, e para tal finalidade, o artesanato consiste em um elemento significativo, uma vez que produz a materialidade da identificação da memória. Além disso, a produção do artesanato pode ser considerada como algo essencial no que diz respeito à materialidade da cultura. Através da mesma, a identidade indígena pode ser lembrada e resgatada. Logo, o *Motyrum Caaçu* é entendido como elemento essencial nesse processo de reconstrução cultural.

Vale acrescentar que as respectivas mulheres indígenas receberam vários prêmios em dinheiro para manter e adquirir novos recursos para o desenvolvimento do trabalho artesanal. Dessa forma, situando a importância do artesanato para a economia da comunidade, torna-se relevante ressaltar que várias mulheres do Mendonça do Amarelão se reúnem para produzir as peças para vender e gerar lucro para as sobrevivências de algumas famílias. Como exemplo dos produtos produzidos e vendidos, estão filtros dos sonhos, colares, brincos, cocares, entre outros adereços de origem indígena e que eram ou continuam sendo utilizados em determinados eventos típicos da sua cultura.

Na elaboração dos produtos, fruto do trabalho da mulher indígena no Amarelão, a confecção acontece totalmente de forma manual, sem o auxílio de quaisquer equipamentos fabris. Ainda para a confecção das peças comercializadas, as mulheres artesãs utilizam penas de aves da região, inserem sementes de algumas plantas nativas da localidade, além de usarem também palhas de palmeiras, por exemplo.

Também é importante citar que, além dos que já dispõem na própria comunidade, essas mesmas mulheres costumam receber doações de outros materiais. Imediatamente, caracterizando assim a manutenção da cultura pelo trabalho indígena, usando como meio a técnica humana, é percebido que, diante de alguns fatores internos, o grupo se desmembrou e passou a produzir o artesanato individualmente. A arte produzida era vendida para pessoas das próprias pessoas que vivem na comunidade e/ou para grupos de turistas que visitam o Amarelão.

Além disso, para não se prender apenas ao uso do artesanato, atualmente, integrantes do Amarelão também vivem da coleta e venda da castanha de caju. Nesse sentido, existe uma festa da castanha que acontece anualmente no perímetro da comunidade. Tal festa não é considerada como atividade comercial, mas como uma exposição cultural. Nela, são feitas exposições de produtos, trilhas pelos arredores da comunidade indígena. No mais, os moradores do Amarelão aproveitam para expor e comercializar suas produções como artesanato, bebidas, comidas de caráter indígena, por exemplo.

Torna-se de suma importância tratar daquelas mulheres que estão sempre à frente dos diversos movimentos sociais que englobam a comunidade do Amarelão, aquelas que se encaixam no campo educacional e que rompem com as noções do senso comum sobre os papéis e as políticas de igualdade de gênero. Assim, Simonian (2009) mostra que as mulheres têm ocupado importantes papéis políticos, decidem estratégias essenciais voltadas à família e a sociedades, além disto, influenciam irmãos, pais, maridos e filhos nas questões políticas de suas competências.

Nota-se que, “nas últimas décadas, os povos indígenas têm demonstrado grande poder de organização e mobilização através do Movimento Indígena. Neste ponto reside a perplexidade da sociedade não índia” (JESUS, 2011, p.07). Nessa organização e mobilização é interessante pensar onde entra a figura da mulher indígena em seus variados espaços.

Dito isso, o que imediatamente chama atenção, especificamente, na comunidade indígena do Amarelão, são as presentes políticas de gênero envolvidas e desenvolvidas na divisão do trabalho [sexual] dentro local. Desta forma, nota-se que uma das características principais deste espaço é o chamado “empoderamento” feminino que vem tornando-se sinônimo de reflexão sobre noções de respeito, valorização e igualdade entre os gêneros. Portanto, percebemos que a presença feminina dentro da comunidade deve ser reconhecida e digna de prestígio e apreço.

Grande parte do desenvolvimento econômico da subsistência no Amarelão é da castanha e do artesanato. Artesanato esse que é produzido, desenvolvido e vendido, principalmente, por mulheres que se reconhecem enquanto indígenas do Amarelão. Destarte, essa força feminina percebida, está visível por toda a comunidade, considerando que se trata de mulheres que estão dispostas a enfrentar e romper os paradigmas que são apresentados pela sociedade colonizada para a aceitação ou não de funções desempenhadas pelo gênero.

Dessa maneira, segundo Tayse Campos¹⁸, uma das lideranças femininas do Amarelão, praticamente todas as mulheres são responsáveis por desenvolver algum trabalho dentro da comunidade:

A maioria das lideranças são mulheres, sempre foram mulheres. A minha mãe tá no movimento há quase 30 anos, começou com dona Terezinha, Chiquinha. Tivemos homens e ainda temos bastante jovens inseridos na causa, mas sempre com a política de igualdade de gênero, da participação. Mas as maiores lideranças da comunidade são mulheres, não só enquanto liderança, mas enquanto família, organização da comunidade. As mulheres foram as que sempre seguraram nos bons e nos piores momentos da comunidade. As mulheres que sustentavam os filhos enquanto os esposos estavam ausentes, no trabalho. A mulher tem um papel fundamental na comunidade (SILVA, Tayse, 2017).

Em consonância, Damiana Barbosa¹⁹, outra entrevistada, reforçou que a representação feminina no Amarelão é bastante significativa, ela menciona a importância da cozinha comunitária, pois o projeto é composto integralmente por mulheres indígenas da comunidade.

¹⁸ Entrevista concedida por SILVA, Tayse Michele Campos da, 34 anos. **Entrevista I.** [20 de junho, 2017]. Entrevistadora: Sílvia Letícia Bezerra Santos. João Câmara, 2017. 1 arquivo. MP3 (45 min.)

¹⁹ Entrevista concedida por NASCIMENTO, Damiana Barbosa do, 31 anos. **Entrevista II.** [20 de Junho, 2017]. Entrevistador: Sílvia Letícia Bezerra Santos. João Câmara, 2017. 1 arquivo. MP3 (20 min.).

Como importante ponto a ser refletido é que, ainda que não haja uma figura feminina como cacique, as mulheres do Amarelão estão socialmente inseridas no engajamento em campo político. Então, é preciso acentuar que elas possuem voz e a liberdade de opinar nas decisões que são referentes à comunidade. Logo, não é um fenômeno comum, uma vez que, historicamente, na sociedade nacional, restringia-se prioritariamente a homens os papéis sociais de maior destaque na organização e administração social.

Eram destinados aos homens os cargos de liderança e às mulheres ficavam responsáveis pelos serviços domésticos, reforçando as estruturas patriarcais. Para as mulheres, socialmente destinou-se “cuidar de sua beleza, arranjar-se é uma espécie de trabalho que lhe permite apropriar-se de sua pessoa como se apropria do lar pelo seu trabalho caseiro; seu eu parece-lhe, então, escolhido e recriado por si mesma” (BEAUVOIR, 2009, p.295).

Levando em consideração os papéis desempenhados pelas moradoras do Amarelão, podemos inferir que elas não representam apenas a figura da mulher indígena ou de uma mulher que não se subjugava. Vale analisar que elas representam uma mulher ciente do seu valor enquanto ser humano:

Quando se procura entender o papel da mulher na sociedade, há de se voltar o olhar para os primórdios da existência de nossa sociedade, dando ênfase à formação do sujeito, seus grupos e classes sociais. Desde a colonização do Brasil, o papel da mulher brasileira perpassa por funções às vezes exóticas, ora degradantes e até desumanas. Elas foram admiradas, temidas como representantes de Satã e foram reduzidas a objetos de domínio e submissão por receberem um conceito de “não-função”, tendo sua real influência na evolução do ser humano, marginalizada e até aniquilada (SILVA et al., 2005, p.71).

Dessa forma, utilizando como base para a discussão a análise dos relatos de algumas das mulheres residentes da comunidade do Amarelão que se consideram enquanto indígenas, é notório o fato de que o papel da mulher vai além da figura materna ou de dona de casa. Aqui, a mulher vem rompendo com inúmeros paradigmas deixados pelo patriarcado e que propagam o machismo. São essas mulheres que permanecem mantendo em proeminência o seu papel de guerreira e daquela que luta por aquilo que tanto almeja.

Em séculos passados, as mulheres indígenas passavam por uma série de obstáculos que as impossibilitavam de buscar sua independência. Como exemplo, em algumas culturas, algumas mulheres eram concedidas ao casamento desde muito cedo. Assim, logo após casar precocemente, já engravidavam e se tornavam mães. Por outro lado, não cabe aqui julgar as

regras de casamento entre povos indígenas, uma vez que as concepções de matrimônio são diferentes nas percebidas na sociedade envolvente.

Mais uma vez, em consonância com as ideias de Beauvoir (2009), o relato de Tayse Campos, assegura que durante um tempo atrás, quando as mulheres chegavam aos vinte anos e ainda não tinham se casado e construído uma família, era sinal de que elas eram portadoras de algum problema. Desta maneira, qualquer uma daquelas que tentavam buscar meios diferentes de viver a vida eram vistas de forma pejorativa, eram julgadas constantemente por suas escolhas desviantes do convencional para uma mulher. A partir desse depoimento, conseguimos notar que, em alguns aspectos sobre os papéis de gênero, os costumes indígenas são semelhantes aos referentes à sociedade nacional.

Por vez, é interessante asseverar que a maior parte dos homens que se consideram indígena e residem no Amarelão, demonstram um posicionamento de afastamento da administração da comunidade indígena. Percebe-se, a partir desse distanciamento, que os homens optam por dedicar-se à produção da castanha, à caça ou outras atividades fora da localidade.

Deste ponto em que os homens estão inseridos, é importante esclarecer que se trata, em sua maioria, de sujeitos que reconhecem e acreditam que as mulheres são, assim como qualquer figura masculina, capacitadas a assumirem cargos de destaque ou desempenhar inúmeras funções. Portanto, seguem apoiando as decisões das matriarcas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a visão que se tinha da mulher como símbolo da dona de casa e unicamente de reprodução, pode a ser ressignificada socialmente. Porém, ainda existe o pensamento perpetuado de que os homens são os responsáveis a prover o sustento à sua família e resguardar pelo bem-estar da mulher. Contudo, vale salientar que as mulheres têm conquistado cada vez mais o espaço que antes era frequentado substancialmente pela figura masculina. Ou seja, muitas delas já conseguiram ingressar em uma universidade, ter formação acadêmica e ser responsável pelo seu próprio sustento. O mesmo equivale para qualquer mulher, independente dela ser ou não indígena.

Desta forma, mulheres, considerando que sejam elas ou não indígenas, podem mostrar que são capazes de sobreviver e sustentar uma família, sem necessariamente, contar com o apoio de um homem para “defendê-las”, buscando superar as noções estereotipadas de seres frágeis, submissos e incapazes. Diante disso, é importante salientar que mulheres também podem ser bem-sucedidas nos estudos, no mercado de trabalho e

que ainda possuem as qualidades necessárias para conseguir, por conta própria, chegar até a seus objetivos; podem por elas mesmas alcançar seus sonhos.

Acreditamos ser essencial uma reflexão acerca das funções e dos papéis atribuídos à mulher ao longo da história do Brasil, especialmente em pleno século XXI. Para esse trabalho, a partir de conversas formais com mulheres indígenas, moradoras do Amarelão, foi possível entender que elas se mostram empenhadas na manutenção cultural e material de seus antepassados.

Nas entrevistas, aparece claramente a importância da presença feminina para a existência da respectiva comunidade. Independente da etnia, da classe ou do lugar específico, a mulher na sociedade brasileira conta com um longo histórico recheado de preconceito, discriminação e estado de submissão, quando comparada à figura masculina. Em contrapartida, podemos considerar que esse mesmo quadro vem significativamente se desfazendo, pois é pertinente notar que as mulheres estão ocupando cada vez mais funções diversificadas em setores na sociedade que antes não eram considerados dignos para o gênero.

Entendemos que ser mulher representa motivo de discriminação pelo fato da condição social que é designada ao gênero. Por sua vez, a mulher indígena sofre opressão não somente pelo fato de ser mulher, ou seja, pelo gênero. Assim, a mesma mulher é submetida à situação de discriminação e exclusão também pela própria questão da etnia.

Contudo, este artigo serve para entender que, mesmo em meio a preconceitos e estando constantemente oprimida, seja pelo ponto de vista das funções sociais ou pela participação na política, as mulheres do Amarelão enriquecem o desenvolvimento do movimento, apontando novas possibilidades onde os costumes não correspondem necessariamente aos mesmos modos de vida na sociedade envolvente, fruto de um pensamento machista e colonial.

Torna-se necessário relatar que, apesar de nenhuma das moradoras falar abertamente acerca de feminismo, é entendido que ele se encontra presente, uma vez que as referidas mulheres não se contentam apenas em seguir as convenções sociais ou o que manda os costumes de suas culturas.

Pensando desta forma, é interessante situar que as práticas democráticas e de igualdade desempenhadas por elas, trazem à discussão uma nova perspectiva dentro do engajamento feminino, diversificando o movimento de reação aos privilégios que são proporcionados historicamente aos homens.

Quando utilizamos o termo empoderamento, foi para designar às mulheres que “dominam” o Amarelão. Nesse caso, o mesmo termo pode ser entendido como histórico de lutas e pela força feminina desempenhada na

vida cotidiana, inserindo assim, um novo enfoque aos novos movimentos sociais e à diversidade sociocultural brasileira. Logo, atribuiu-se valor e reflexão às narrativas das personagens apresentadas e representadas neste artigo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (Série História). Coleção FGV de bolso.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BOADANA, Aline. O discurso anti-indígena: disseminação do preconceito através dos boatos. *Relem: Revista Eletrônica Mutações*, Parintins, v. 11, n. 6, p.76-95, dez. 2015. Disponível em: <periodicos.ufam.edu.br/relem/article/view/993>. Acesso em: 12 ago.2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. 2010. 468 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: “Índios” e “Negros” no Rio Grande do Norte. *Mneme: Revista de Humanidades*, Caicó, v. 4, n. 8, p. 1-79, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167>. Acesso em 30 de jun. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

GUERRA, Jussara Galhardo. *Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte*. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres Construindo outra história: do silêncio às múltiplas vozes indígenas no rio grande do norte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/30-snh25?start=880>. Acesso em 30 jun. 2021.

GUERRA, Jussara Galhardo. Os Mendonça do Amarelão: identidade, memória e história oral. *Mneme: Revista de humanidades*, Caicó, v. 4, n. 8, p.182-197, set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/172>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Helder Alexandre Medeiros de. Reflexões sobre a questão indígena no Seridó: entre a história e o patrimônio cultural. *Revista Espacialidades*, Natal, v. 7, n. 1, p.217-238, 2014. Disponível em: (<https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/download/17696/11560/>). Acesso em: 15 ago. 2019.

JESUS, Zeneide Rios de. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 01 - 14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935234_ARQUIVO_PovosindigenaseahistoriadoBrasil.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

LEAL, Caroline; ENEIDA, Heloisa; ANDRADE, Lara Erendira. *Guerreiras. A força da mulher indígena: Mulheres indígenas em Pernambuco: Afirmando tradições, identidades e protagonismos*. Rio de Janeiro: Centro de Cultura Luiz Freire, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2015.

SILVA, Glauce Corrêa da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. *Revista da SBPH*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.65-76, jan. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-08582005000200006. Acesso em: 12 ago. 2019.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres enquanto políticas: Desafios, possibilidades e experiências entre as indígenas*. Belém: Papers do Naea N° 254, 2009.

ZIMMERMANN, Tânia Regina; SERAGUZA, Lauriene; VIANA, Ana Evanir Alves. Relações de gênero e violência contra mulheres indígenas em Amanhabai (2007-2013). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p.105-126, jan. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/download/53538/34130>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FONTES

NASCIMENTO, Damiana Barbosa do. **Entrevista II**. Amarelão, João Câmara: Junho, 2017. Entrevista concedida a Sílvia Letícia Bezerra Santos.

O CANDEEIRO: Indígenas do Amarelão: Grupo Motyrum Caaçu e o resgate cultural no semiárido. João Câmara, jul. 2010.

SILVA, Tayse Michele Campos da. **Entrevista I**. Amarelão, João Câmara: Junho, 2017. Entrevista concedida a Sílvia Letícia Bezerra Santos.

CONCEIÇÃO, Mateus Alexandre Pereira da; JÚNIOR, Elusiano da Silva Melo; SILVA, Eliane Anselmo. Ensino e Subjetividade: aspectos que cerceiam a identidade social do povo negro e as construções sociais. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 96-105, ISSN (Em Solicitação).

ENSINO E SUBJETIVIDADE: ASPECTOS QUE CERCEIAM A IDENTIDADE SOCIAL DO POVO NEGRO E AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Teaching and subjectivity: social constructions and black people social identity constraining aspects

*Mateus Alexandre Pereira da Conceição*²⁰

*Elusiano da Silva Melo Júnior*²¹

*Eliane Anselmo da Silva*²²

Resumo: A discussão presente nesse artigo parte da subjetividade de ser negro no Brasil: sua realidade, sua imagem social, sua representação na escola e outros aspectos que compõem sua multiplicidade cultural. A intenção é tornar nítido os prejuízos que o negro sofre em decorrência do racismo, como também entender qual o papel da escola para romper com noções pré-estabelecidas pela sociedade, passando pelo conceito de Desconstrução, formulado por Jacques Derrida. Por fim, trata-se de

²⁰ Licenciado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e mestrando em ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - POSENSINO - da UERN, UFERSA e IFRN Mossoró. Centra seus estudos nas Ciências Sociais, com ênfase na Antropologia, a partir dos grupos temáticos: Educação das Relações Étnico-Raciais, ensino de Sociologia/Antropologia.

²¹ Licenciado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e mestrando em ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - POSENSINO - da UERN, UFERSA e IFRN Mossoró. Seus estudos possuem foco em antropologia, a partir dos eixos temáticos: educação e ensino das relações de gênero e sexualidade no ambiente educacional, ensino de Sociologia/Antropologia.

²² Graduada em Ciências Sociais pela UERN (2002), Mestre (2005) e Doutora (2011) em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professora Adjunto IV do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. É vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO - UERN/UFERSA/IFRN). Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Ciências Sociais da UERN. É coordenadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UERN e líder do GRUESC (Grupo de Estudos Culturais), também da UERN. Preside a Comissão de Avaliação do Procedimento de Heteroidentificação para as Cotas Étnico-Raciais da UERN. Coordenou o curso de Ciências Sociais do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), da UERN, Campus de Pau dos Ferros-RN. Tem experiência na área de Educação e Pesquisa, sendo seu campo específico a Antropologia, com ênfase em Estudos Religiosos, principalmente Afro-brasileiro, e também no campo da Cultura, Relações Étnico-Raciais e Ensino de Antropologia.

reconhecer a utilidade de políticas públicas, como as leis 10,639/03 e 12.771/12, que visam amenizar os danos causados ao longo da história, mas também se trata de entender que ainda há muito a se corrigir enquanto sociedade, tendo a Educação um papel fundamental nesse processo transformador.

Palavras-chave: negro, desconstrução, educação

Abstract: The discussion present in this article starts from the subjectivity of *being black* in Brazil: his reality, his social likeness, his representation on school and other aspects that make up his cultural multiplicity. The intention is turning clear the losses that blacks have because of racism, as also understanding what is the school function to brake with preconceptions of society, passing for the Desconstrution concept developed by Jacques Derrida. Lastly, it is about acknowledging the utilities from Public Politics, as the Laws 10.639/03 and 12.711/12, that pretend reducing the damages at history as a long, also about understanding still there is a lot to do to correct as society, and in this sense the Education assumes a fundamental function in this transformation process.

Keywords: black, desconstruction, education

INTRODUÇÃO

Em vigor há quase duas décadas, a Lei 10.639 é um grande objeto de estudo entre educadores e pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas. Infelizmente, mais pelo que poderia ser do que por suas contribuições efetivas, ou seja, as pesquisas em torno desta Lei se dão em sua maioria para entender quais obstáculos ainda impedem sua execução plena. A Lei em questão diz respeito à obrigatoriedade do ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas. Estudos em torno da Lei abordam sua importância para a formação dos cidadãos em prol de uma sociedade igualitária, mas, mais recentemente, têm mostrado dificuldades e mesmo impedimentos institucionais para que a prática da Lei ocorra como deveria.

Como nos lembra Neuma Lino Gomes (MOREIRA e CANDAU, 2008), a aparição da história africana nos livros didáticos se resumem à representação do negro enquanto escravo em um período que nos deixou sequelas sociais até hoje. Mesmo que a Lei sugira, inclusive, um caráter interdisciplinar para a apresentação da história e da cultura Afro-brasileira nas escolas, é comum que o negro só seja uma pauta na disciplina de história, quando se trata dos períodos das grandes navegações, enquanto escravo (quando o termo correto seria escravizado) e só seja retratado nessa mesma situação nos livros de Artes. A cultura negra, como a Capoeira, quando mencionada, é mostrada normalmente como um meio de fugir da realidade de escravo, que por mais que seja mais ou menos verdade, poderia ser mencionada de outra forma: ser citada pela criatividade, pela resiliência de um povo que, mesmo sendo escravizado, produziu ritos, danças, músicas e tantas outras coisas.

Para além das discussões burocráticas em torno da Lei e do racismo estrutural que impede seu pleno funcionamento, vamos discutir no presente artigo termos que são utilizados quando a Lei pode ser cumprida, ou mesmo quando a história africana é apresentada em outros locais, afinal, existem também espaços informais de ensino, como as ONG's, os movimentos sociais, e até mesmo uma simples conversa entre amigos. Os termos em questão são *desconstrução* e *ressignificação*, sendo o primeiro mais utilizado. É comum em movimentos sociais ou mesmo em expressões individuais o uso do termo *desconstrução* para se referir à mudança de um comportamento nocivo a um grupo de pessoas ou mesmo a um aspecto mais geral, por exemplo, o processo de abolir termos que carregam expressões de racismo, tais como “fazer nas coxas”, “denegrir”, “criado mudo” e outros. Por mais que pareça algo irrisório visto de perto, estas se tornam mudanças significativas no cotidiano, principalmente de quem é oprimido constantemente. Nesse caso, desfazer, desmanchar, desconstruir

uma noção sobre determinado assunto e expor outra em seu lugar, uma supostamente melhor, mais bem empregada, que carregue mais coerência na explicação do fato como um todo. Meneses, nesse sentido, argumenta:

A desconstrução deve ser entendida precisamente como a paralisia do “trabalho do negativo”, isto é, como contra-movimento na orientação filosófica para controlar a direção que leva ao “saber absoluto”. A desconstrução começa por inverter o valor das oposições metafísicas e exagerar o que sempre foi subestimado como neutralizador para essas oposições, sendo então movidas a criar novos conceitos: o conceito de vida, de morte, de literatura, de textos, escrita, traço, cinzas, espectros. Estes foram conquistados desta maneira. (MENESES, 2013, p. 185).

Essa afirmação de Meneses (2013) sobre a construção aponta um princípio de noção do processo. No entanto, na prática cotidiana, muitas vezes o processo já se encerra aí. No processo antirracismo, por exemplo, ocorre a inversão hierárquica citada, buscando o “saber absoluto” de que o negro não é inferior, no entanto, nessa mesma inversão, por vezes se prega que o negro é superior, contradizendo a primeira intenção de equação social. Importante salientar à essa altura que questionar o andamento desse processo não implica reconhecer a falácia do racismo reverso. A busca pelo aprimoramento da razão não é aliada da produção de esquivas aos problemas sociais. Mas, continuando: o processo de desconstrução da noção social em torno do negro envolve a própria identidade do povo negro, no sentido de como eles se veem com essa carga social, e envolve a noção social e a identidade do branco, naquilo que alguns autores, como Conceição (1988) e Gomes (2008), chamam de *branquitude*.

É comum na discussão em torno do racismo se falar do prejuízo do negro e os lados polarizarem entre a existência ou não de uma dívida histórica. Ora, se o negro é *malvisto, sujo, preguiçoso, malandro, feio, inferior* como um todo, ele é tudo isso em relação a quem? Conceição (1988) e Gomes (2008) problematizam a *branquitude* e seus efeitos: sua relação social, sua esquiva à discussão sobre o racismo e sua herança cultural. Se desconstruirmos a imagem do negro e passamos a falar somente da sua herança cultural, estamos eximindo o branco da sua culpa. Se ressignificamos o negro, podemos enaltecer a negritude, mas já estando intrínseco a esse processo todo o dano causado pelo etnocentrismo ao longo da história. A herança que o branco carrega no processo que inferioriza o negro é a confortável posição de ser superior pelo simples fato de ser branco. Seus traços finos, impostos como padrão de beleza, sua descendência pomposa, às custas de outros povos que sofrem prejuízos até hoje, até as moradias atuais de brancos e negros são reflexos desse processo todo. Se atentar que nas periferias há mais crime e baixos índices de educação e ignorar como os bairros periféricos se formaram e são

secundarizados, é a mais nítida forma de racismo estrutural que podemos ter nos dias atuais.

Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram de arcar com a extensão da infraestrutura. (MARICATO, 2000, p. 23).

Se a história mostra como os negros foram marginalizados, formaram as regiões periféricas e são essas áreas que sofrem os maiores prejuízos até hoje, como negar a existência de uma dívida histórica?

Sabe-se também quais são os bairros de alto risco e que tanto criminosos quanto as vítimas são pessoas de baixa renda. A violência se dá essencialmente em subculturas pobres, onde os próprios indivíduos receberam uma educação violenta de pais violentos. (MICHAUD, 1989, p. 63).

Se não há assistência para quebrar esse ciclo, se o racismo mantém as pessoas à margem, sem estrutura, sem apoio, como mudar a realidade de quem já tinha sua trajetória escrita quando parte da sociedade decidiu que a acumulação de riqueza era mais importante que vidas consideradas inferiores às suas? São muitos aspectos que vão se juntando ao tentar notabilizar os prejuízos, mas, mesmo que pareça distante do exposto em princípio, a ligação é existente. Se o processo de desconstrução do racismo não for além da primeira etapa do processo citada anteriormente, deixamos aberta uma grande possibilidade de que as noções concebidas por nós sejam novamente desconstruídas por aqueles que desejam retomar uma posição hierárquica que permita oprimir e subjugar novamente quem julgar ser inferior.

Racismo e violência

Ao menos no meio acadêmico, parece ser consenso a relação inversamente proporcional entre educação e violência. E mesmo que o bullying e o racismo já sejam formas de violência, os negros são quem mais sofrem com outras formas de violência também, principalmente homicídios.

Considerando o processo de formação dos bairros periféricos, como vimos anteriormente, é possível entender rapidamente quais são os maiores alvos da violência urbana. No Mapa da Violência de 2016, chega-se à conclusão de que, proporcionalmente, negros morrem 158,9 % a mais que brancos no Brasil. Ainda que haja ressalvas quantos às condições e determinantes da violência em si, é notório que o índice de Homicídios por Arma de Fogo (HAF) tem uma cor predominante, o preto. Por mais que haja lugares que morram mais brancos, como no Paraná (22,0 HAF brancos para

11,6 de negros), são apenas 3 Estados brasileiros onde morrem mais brancos que negros por HAF, sendo os outros dois Estados o Tocantins e o Acre. A faixa etária também assusta: 22.255 jovens entre 15 a 29 anos foram vitimados por arma de fogo no Brasil, um crescimento de 699,5% em relação ao ano de 1980, cujo número de vítimas foi de 3.159. Por mais que estudo não nos traga a intersecção entre jovens negros, é possível que façamos uma reflexão com os números apresentados.

Os números são úteis para que façamos a relação, que tantos negam, entre escravidão, racismo e violência. Ainda que determinados grupos possam atribuir a violência a causas específicas, como o tráfico de drogas, por exemplo, não discutem os efeitos do estereótipo, que traz consigo o racismo nesses casos e vitima inocentes. Deixa-se de lado ainda as reflexões acerca do que consiste a entrada dos indivíduos no crime: o racismo, que por si só já diminui as oportunidades recebidas; a falta de educação de qualidade, onde sabemos que as escolas em regiões periféricas sofrem bastante com sucateamento; além do ciclo de violência que se instaura na vida de famílias marginalizadas, como mostrou Michaud.

Como evitar esse ciclo?

Como Meneses nos explica, ainda de acordo com o que foi elaborado por Jacques Derrida,

Desconstruir quer dizer inverter os níveis do explícito e do implícito num texto concreto, alterando as relações normais, entre o texto e o contexto, na procura de suprimir a hegemonia da denominação, aparentemente explícita, em favor dos múltiplos rasgos do sentido, que se encontram dispersos. (MENESES, 2013, p. 186).

Inverter os níveis do explícito e do implícito não é inverter a dominação, pelo contrário, na sequência se fala de suprimir uma hegemonia de dominação. A desconstrução não é uma busca de privilégio, mas uma busca pela razão, buscar uma maior tolerância para as verdades existentes e escondidas para manter uma hierarquia em diversos níveis e sentidos. As nuances da desconstrução no pensamento de Derrida são mais amplas, a exposição aqui se dá numa perspectiva de finalidade em relação ao que pode ocorrer num uso não incorreto, mas limitado do termo.

Lei de cotas

A lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei das Cotas determina:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

[...] Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 15 de dezembro de 2020).

A Lei em questão surge como uma forma de amenizar os prejuízos sofridos por raças não dominantes (sendo as raças dominantes aquelas vistas como padrão em um contexto eurocêntrico). Alvo de críticas até hoje, justamente por grupos privilegiados, a Lei tem contribuído para o acesso ao ensino superior de pessoas com trajetória prejudicada direta ou indiretamente por sua cor, sejam aquelas que tiveram chances negadas, aquelas que não conseguiram dar passos maiores na trajetória ou outros motivos. Por mais que a Lei seja um importante mecanismo para amenizar esse problema social, não se deve meramente apoiar na mesma e deixar fases anteriores da educação transformadora estagnadas.

Qual o papel da escola nesses processos?

A intenção de exaltar a cultura afro não está errada, por mais que isso não deva ser feito em uma inversão de hierarquia. É um espaço que deve ser ocupado, a diversidade (inclusive a sexual, de gênero e de qualquer tipo) deve ser promovida e respeitada. Mas manter no processo educacional a história como um todo é um lembrete do que a humanidade não deve repetir. Mostrar todas as fases do processo é de suma importância para a formação. Qual o sentido de mostrar o negro contemporâneo como feliz, afirmando que ele superou algo, mas invisibilizar esse algo?

O negro é feliz, belo, diverso, mas tudo isso apesar do que sofreu. Resistiu. O que deve ser ressignificado é a existência, não o processo. O negro, tratado como escravo, foi escravizado. O branco, tratado como descobridor, foi carrasco. Sendo a instituição formal de ensino a principal responsável pela formação dos indivíduos para a vida em sociedade, o papel da escola em todo esse processo é de protagonista em todos os aspectos. Por mais que haja uma desconstrução de termos, ressignificação de identidades ou outros processos, a escola tem a responsabilidade de mostrar a linearidade dos fatos, para que a sociedade, frágil em igualdade, não torne a repetir atrocidades por “esquecer” os processos sociais e culturais passados que nos trouxeram até aqui.

Para que o racismo enraizado nas instituições de ensino seja *cortado* é necessário que as normativas vindas de órgãos estatais superiores sejam mais incisivas, que as secretarias de educação sejam mais atentas, mas

também é necessário recordar que as instituições são gerenciadas por pessoas, e que a base ideológica dessas pessoas influencia no processo como um todo. A frase célebre de Paulo Freire (2011), “[...] não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”, nos faz refletir sobre o perfil dos educadores: se o professor tem um perfil conservador, como lidará com a diversidade na sala de aula? Como conciliará conflitos sem permitir injustiças?

A formação dos professores, tanto a específica quanto a contínua, deve ter como objetivo a construção de um profissional capaz de resolver conflitos e amenizar prejuízos causados por preconceitos. Orientação sexual, racismo, machismo e preconceitos de qualquer tipo são comuns na vivência, mas ainda são tabus para a maioria das pessoas quanto ao papel da escola em discutir e combater os mesmos, quando na verdade a escola é o principal meio para desconstruir essas noções. Talvez exatamente por isso seja de interesse de muitos manter os temas como tabu.

A culpabilização do Estado, ou do professor como agente do Estado, ocorre quando ele busca uma educação mais igualitária, e normalmente os professores com esse perfil já trazem isso de sua própria experiência enquanto ser estereotipado, que sofreu algum tipo de preconceito ou que adquiriu consciência por outros meios. Quando a educação permanece inerte, reproduzindo preconceitos e sustentando privilégios de determinados grupos, o conservadorismo não tem interesse em intervir e tampouco tem reclamações a fazer. Se faz parte do perfil conservador empregar crenças individuais e buscar manter privilégios próprios, que seja cada vez mais forte no perfil progressista a luta para uma educação transformadora e libertadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao princípio desse artigo, a pretensão era de sugerir o uso do termo *ressignificação*: com a prática equivocada da *desconstrução* enquanto método, as noções em torno dos sentidos nos textos poderiam deixar uma fragilidade que permitiria uma volta aos termos nocivos em outro momento. De forma mais nítida, a desconstrução do significado social de ser negro, deixando de ser algo pejorativo, torna-se algo bom, ou nesse sentido, neutro (ser negro não implica ser bom ou ruim). Mas esse simples fato, mudar apenas a oralidade dos termos, era um processo muito frágil para algo muito importante. A resignificação que seria apresentada aqui pretendia a desconstrução inicial, no entanto, com o diferencial de ter o compromisso de no processo transformador explicitar todo o percurso do processo, inclusive, explicitar sempre o que seria a *branquitude*, sua herança e o processo que quebrou esse ciclo de privilégio.

Mas, ao adentrar um pouco mais no pensamento de Derrida, nota-se que em sua concepção completa de *desconstrução* já se entende a fragilidade possível e se explicita um processo mais concreto para a transformação social do *texto* e do *contexto*. A desconstrução enquanto método é de grande importância para quebrar todo o ciclo que é apresentado nesse artigo. A violência física começa no racismo disfarçado de opinião, que culmina em extermínio em massa, onde o verdadeiro início é a escravização de diversos povos para financiar a ganância de outros. E a violência se perpetua de formas claras e outras sutis, como a negação de uma dívida histórica.

A educação é a maior ferramenta para mudar todo esse ciclo de barbárie, pois não pode se dar outro nome a um fato que nega oportunidades e dignidade a um povo. Investir em uma educação para a diversidade não é privilegiar nenhum grupo; é quebrar o privilégio de um grupo que está padronizando os principais aspectos da sociedade há muito tempo. Por esse motivo, a Educação, bem como o Estado como um todo, deve ser laica. Ao contrário do que pensam alguns, laicizar o Estado não significa torná-lo isento no que diz respeito às religiões, mas sim fazer com que este permita todas as manifestações religiosas sem representar uma, e isso se faz necessário ao passo que a religião, no caso do Brasil o cristianismo, é um dos meios mais utilizados para oprimir minorias nacionais. Uma educação laica é uma educação aberta à diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 20 maio 2021.

_____. Governo Federal. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em 25 de março de 2021.

_____. Governo Federal. **Lei Nº 12.288, de 2 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em 25 de março de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática. 1989.

MENESES, Ramiro Délio Borges de. **A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia.** Bogotá: Universitas Philosophica 60, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educ. Soc. [online]**, v.28, n.100, p.763-785, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: homicídios por arma de fogo no Brasil.** Rio de Janeiro, FLACSO, 2016.

LIMA, Hellen Damália de Sousa Andrade. Violência simbólica e ambiente de trabalho: a face oculta da violência. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 106-115, ISSN (Em Solicitação).

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E AMBIENTE DE TRABALHO: A FACE OCULTA DA VIOLÊNCIA

Symbolic violence and the working environment: the hidden face of violence

Hellen Damália de Sousa Andrade Lima²³

Resumo: Na sociedade hodierna, um dos vocábulos mais empregados nas relações sociais é a violência (HOBSEBAWM, 1998). Nessa perspectiva, a violência ocorre em diversos âmbitos do cotidiano e com maior força na relação de trabalho. A representação de violência perpassa toda sorte de sutileza, sendo que não é mais vista apenas como agressão física ou verbal, mas o que se verifica é a iminente presença da “violência epistemológica”, algo subjetivo, que vai além de toda pressão psicológica, o enfrentamento entre empregador e empregado no sentido de desrespeito, de imposição e de submissão. O presente artigo tem como objetivo discorrer acerca das representações de violência impregnada no ambiente de trabalho: um assunto marcadamente político e ideológico para ser questionado na seara jurídica e social contemporânea. Para isso, lançou-se mão da metodologia de revisão de literatura, pesquisa bibliográfica, fundamentada nos pensamentos de autores como Hobsbawm (1998), Foucault (1985), Muchembled (2012) dentre outros.

Palavras-Chave: trabalho, violência, poder, simbologia

Abstract: In today's society, one of the most used terms in social relations is violence (HOBSEBAWM, 1998). From this perspective, it occurs in different spheres of daily life and with greater force in the working relationship. It is important to emphasize that the representation of violence permeates all sorts of subtlety, and is no longer seen merely as physical or verbal aggression, but what is verified is the imminent presence of "epistemological violence", something subjective, that goes beyond all psychological pressure, the confrontation between employer and employee in the sense of disrespect, of imposition and submission. This article aims to discuss the representations of violence which is impregnated in the work environment: it is a highly political and ideological subject to be questioned in the contemporary legal and social field. For this, literature review methodology, bibliographic research, based on the thoughts of authors

²³Aluna Regular do Programa de Mestrado em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

such as Hobsbawm (1998), Foucault (1985), Muchembled (2012) and others were used.

Keywords: work, violence, power, symbology

INTRODUÇÃO

As relações sociais em regime de interação simbólica implicam em que as pessoas, na medida em que se confrontam e preservam entre si diálogos que revelam suas intenções e interesses em relação ao protagonismo social, constroem o conflito social ordinário e cotidiano. Diante disso, surgem atritos, representações fiéis da violência enquanto resistência, imposição, forçosamente para subjugar alguém a alguma situação, sejam elas explícitas ou não, mas que transparecem como força contrária ao que se pretende estabelecer, enquanto posicionamento de expressão da vontade do ator e agente social.

Para Hobsbawm (2012), comportamentos predatórios e de defesa, de ameaça e de resistência, caracterizam as relações sociais como ambíguas no sentido de que cada um quer se sobressair aos seus pares e impor suas vontades, não aceitando de pronto as regras sociais impostas. O ator e agente social atua em inúmeros contextos, no seio familiar, na esfera sociocultural, no ambiente de trabalho e tantos outros lugares em que figura como protagonista da construção de sua pessoa privada e pública.

A violência, nesse sentido, tem inúmeras configurações: pode ocorrer de maneira simbólica, manifestada por pressões psicológicas, humilhações, violência patrimonial, limitação da própria liberdade individual. Cabe, então, ressaltar que:

(...) violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, do desconhecimento, ou, mais precisamente, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

As interações sociais, nessa perspectiva, ocorrem como “jogo social” marcado por tipos de violências simbólicas que transparecem sutilmente em ações que, muitas vezes, nem podem ser identificadas sem muito esforço. A agressão, ou imposição de força, que representa o estado de violência, é transparecida por emblemas e sinais objetivando coagir o outro relacional a moldar seu comportamento.

É nesse sentido que o presente texto tem o propósito de refletir acerca da concepção de violência impregnada no ambiente de trabalho, desvelando as várias facetas de tal manifestação para engendrar o trabalhador e promover a sua submissão situacional. Como forma de organização, este estudo possui a seguinte estrutura: parte de uma reflexão

sobre as manifestações e tipos de violência empregadas nas mais variadas conotações sociais, para que assim seja esclarecido e ampliado o rol de identificação de tal fenômeno social.

Em seguida, descreve como se dá a violência no ambiente de trabalho e quais as formas de resistência a essa experiência de subjetividade violentada. Objetiva-se demonstrar a simbologia do poder em meio ao emprego de violência no contexto da relação de trabalho e como isso acaba interferindo no rumo da produção econômica.

AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA E SUAS VARIADAS NUANCES

A violência ultrapassa a mera produção de agressões expostas, palavras e insultos verbais. Na atual conjuntura social, é importante verificar que há diversas maneiras de agir violentamente com o outro, seja utilizando as “vias de fato”, seja causando danos à subjetividade dos seus pares. Diante da inquietação sobre as representações da violência, cabe destacar:

A violência é objetiva ou subjetiva? Objetiva, ela deveria poder ser definida em termos que transcendem as perspectivas particulares e adquire uma validade universal. Subjetiva, ela não passa de um ponto de vista, necessariamente relativo, daquele que a descreve ou sofre (...) a violência jamais é redutível à imagem da pura objetividade simplesmente porque o que é concebido ou percebido como 'violento' varia no tempo e no espaço (...) Mas, por outro lado, a violência não pode ser redutível aos afetos, às representações e às normas que dela propõem tal grupo ou tal sociedade (...) a percepção de violências reconhecidas como tal oscila constantemente entre o excesso e a falta, entre a tendência à dramatização e à amplificação e a propensão à banalização e à indiferença (WIEVIORKA, 1999, p. 08).

Nessa perspectiva, fica entendido que a violência tem suas nuances objetivas e subjetivas, ao passo que abre assim um variado leque de possibilidades de sua manifestação na vida social. Para coadunar esse pensamento resta saber que o ser humano usa de sua capacidade persuasiva para convencer o outro a se tornar passivo às suas vontades, ao seu ponto de vista, e com isso, usa de artifícios que podem ser violentos. A depender da situação, a violência pode ser resistência, embate, luta contra submissão. Não necessariamente ela pode ser entendida como algo moralmente negativo ou pejorativo, o que demanda a análise situacional. Para Hobsbawm (1998), a violência como fenômeno social existe sob variadas formas, diferentes manifestações e graus.

Ao agir em sociedade, o indivíduo social estabelece relações com os seus pares na medida em que se instaura uma relação, eu que cada polo diádico tem um interesse interno e para que haja um controle social das

ações é necessário usar a “força”, não necessariamente a bruta, física, mas um poder simbólico, mediante o qual vontades, interesses e ideologias são canalizados e modulados (FOUCAULT, 1985). Interpretar a ação e a atuação social é uma tarefa difícil, de modo que muitas vezes a violência ocorre de maneira velada. Ao passo que a resistência, a não adequação aos moldes impostos, também pode se caracterizar como uma ação violenta. Só que nesse caso, a violência é manifestação de sobrevivência, reação de defesa, pois algumas situações requerem contraposição. Com isso:

A interpretação da ação deve tomar nota do fato fundamentalmente importante de que aquelas formações coletivas que fazem parte tanto do pensamento cotidiano quanto do jurídico (ou de outras disciplinas) são representações de algo que em parte existe e em parte pretende vigência, que se encontram na mente de pessoas reais (não apenas dos juizes e funcionários mas também do ‘público’) e pelas quais se orientam suas ações. Como tais têm importância causal enorme muitas vezes até dominante para o desenrolar das ações de pessoas reais (PORTO, 2006, p. 34)

Desta maneira, há uma necessidade de interpretar e valorar as ações comportamentais de crenças, valores, imposições e até de tomada de decisão. Em cada posicionamento existe um ato político, onde se expressam vontades e desejos reais. É preciso saber que, mesmo usando de comportamentos pacíficos, com base nos preceitos que regulam moral e juridicamente a convivência diária, a violência pode estar sendo efetivada, não de maneira explícita, mas de forma tácita. Travam-se entre os atores e agentes sociais uma intensa relação de poder, a pretexto de amoldar cada pessoa ao interesse que mais serve a quem interessar. É um jogo simbólico em que, se analisado pormenorizadamente, verifica-se a mediação da violência em sentido sutil, camuflado. Em cada proposição ocorrerá a adesão ou a não aceitação; isso gera os diálogos e interações travados com constância e os argumentos que servem de convencimento também podem ser analisados como passíveis da força psicológica, subjugando os opositores e oponentes a aderirem à tese inicialmente proposta. Vale acrescentar que:

[...] poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2007, p. 14-15).

Nessa perspectiva, fica compreendido que a transformação da convicção de cada pessoa é realizada por atos incessáveis de ordens e comandos valorados por atores e agentes sociais que exercitam entre si papéis sociais que podem ser reconfigurados de acordo com a tomada de posicionamento adotado. A coesão social não será vista apenas como

resultado da solidariedade e da integração social, mas sim como resultado de práticas de dominação e de controle social (ALVAREZ, 2004). É a partir do intuito de promover o controle social que cada pessoa aperfeiçoa suas ações em prol de cooptar o outro para seu lado. Nos diversos lugares sociais há regras comuns a cada indivíduo que variam de acordo com o tipo de relação estabelecida. Nesse sentido, em cada âmbito de vida do indivíduo (família, lazer, escola, trabalho, intimidade), ele assume um papel social mais ou menos estruturado e culturalmente sofisticado. E nisso fica firmada a interação com os seus pares, sendo confirmadas as regras de obediência e as imposições, restando ao mesmo reflexivamente confirmá-las ou repudiá-las. De acordo com tal premissa:

Comuns a um grupo social inteiro {e} correspondem à maneira como esse ser especial que é a sociedade pensa as coisas de sua experiência própria... mesmo quando essas representações têm o caráter geral, que lhes é mais habitual, elas são obra da sociedade e ricas de sua experiência (DURKHEIM, 1985, p. 621)

As forças sociais impostas a cada subjetividade têm um papel relevante na configuração de suas ações, haja vista estas serem guiadas por tal interferência. Não há como fugir dos aspectos simbólicos que permeiam o contexto social do indivíduo, seja para assegurar-lhe posição ativa, na qual demanda um posicionamento de imposição; ou em condição passiva, na qual exerce o polo de submissão e de aceitação. É nesse contexto de inter-relações que a violência se torna múltipla em suas nuances. Ela transparece em variadas formas e conotações, tornando a vida cotidiana um processo indeterminado, tensional e surpreendente. O uso da violência, bem como sua interpretação, varia de acordo com a posição ocupada pelo indivíduo nas hierarquias e lugares sociais, de onde repercute sua atuação e de onde se demanda um posicionamento concernente à interação e convivência com o outro. Nesse sentido, ensina Jodelet (2001, p. 17):

Frente a esse mundo de objetos, pessoas acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais

A partir dessa assertiva fica evidente a interferência sofrida por cada pessoa ao se comunicar e ao se relacionar nas situações, contextos e instituições sociais. A cada instante as pessoas são social e culturalmente provocadas, seja na posição de superioridade ou de inferioridade, de modo que cada ator e agente social é marcado por suas escolhas, por suas adesões ou revelias, tomando partido ou não concordando.

VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DE TRABALHO: SUBMISSÃO X RESISTÊNCIA

O ambiente de trabalho é o contexto por excelência onde se dá o desenvolvimento de atividades laborais, mas principalmente onde ocorrem as intervenções que caracterizam a relação entre empregado e empregador. Dessa forma, é um lugar rico em simbolismo e em processos de subjetivação marcados pela disputa de poder, pela dominação e resistência, bem como pelo emprego dos vários meios de violência real ou epistemológica. Nesse diapasão, a questão da violência mostra-se tão premente para a Saúde do Trabalhador que a própria Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador – PNST (Brasil, 2004) a menciona:

Entre os problemas de saúde relacionados ao trabalho deve ser ressaltado o aumento das agressões e episódios de violência contra o trabalhador no seu local de trabalho, traduzida pelos acidentes e doenças do trabalho; violência decorrente de relações de trabalho deterioradas, como no trabalho escravo e envolvendo crianças; a violência ligada às relações de gênero e ao assédio moral, caracterizada pelas agressões entre pares, chefias e subordinados (BRASIL, 2004, p. 6).

Diante dessa premissa, fica compreendido que as relações de trabalho são responsáveis, em grande medida, pelo aparecimento de diversas enfermidades, complexas angústias e estranhas inquietações nos sujeitos que protagonizam esse contexto. Isso está ligado aos embates ali travados, haja vista não ser uma relação pacífica, ou passiva, pois que ocorrem diversas manifestações de resistência e dominação. O empregador busca se sobressair em relação ao cumprimento de metas, que só são possíveis graças ao trabalho laboral do empregado, que obedece às regras, ao passo que também apresenta resistência à dominação. Há imensas forças que se atraem e se unem no sentido de heterogeneização da relação trabalhista, sendo estas muitas vezes perpassadas pela violência em suas variadas nuances. Sobre isso se verifica que:

Na Enciclopédia da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é adotado o conceito de violência como: ‘qualquer tipo de comportamento agressivo ou abusivo que possa causar um dano ou desconforto físico ou psicológico em suas vítimas, sejam essas alvos intencionais ou envolvidas de forma impessoal ou incidental’ (WARSHAW, 1998, p. 51.2).

No ambiente de trabalho é praticado e sofrido os variados modos de violência, sejam psicológicos, morais, patrimoniais, físicos. Ali ocorrem desentendimentos, estado de negação ou insatisfação e até a imposição de um pensamento. As imutáveis situações de conversão da autoridade em relação hierárquica e desigualdade se refletem em agressões físicas, repreensões, constrangimentos e humilhações de superiores hierárquicos

para com seus subordinados, com fins de dominação, exploração e opressão, tratando o ser humano não como sujeito, mas como coisa. O sofrimento no trabalho surge nesse conflito entre ser livre e consumir o que se deseja e ser um trabalhador explorado, com recursos finitos, assujeitado pelo desejo infinito (DEJOURS, 1999; MERLO, 2000).

De certo que patrão e empregado não são, em regra, opositores, mas também não fazem parte de uma mesma perspectiva política, já que seus interesses são contrários, enquanto expressão do Capital e do Trabalho. Nisso já reside a relação conflituosa, que passa pela questão de reivindicação de salários, melhores condições de vida e de trabalho, maior produtividade, etc. Vale acrescentar que a produção e o sucesso de cada trabalho não estão ligados diretamente e apenas ao talento de cada indivíduo. Isso perpassa estratégias coletivas de defesa, que desempenham um papel relevante nas capacidades de cada um na resistência aos efeitos desestabilizadores dos atores e agentes sociais que compõem o contexto da relação de trabalho (DEJOURS, 2008). Nesse sentido configura-se o mundo do trabalho marcado pela cultura do individualismo, da competição permanente, da banalização de comportamentos desleais, da alienação, dos despolitizados.

Segundo Lancman (2008, p. 24):

[...] O trabalho tem, ainda, uma função psíquica: é um dos alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados. Processos como reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade.

De uma forma ou de outra, seja física ou subjetivamente, o trabalho é marcado por relações de violência em suas várias modalidades já supramencionadas. Um ambiente de lutas e resistências, combates e submissão, torna esse contexto um local minado, com forte carga simbólica, campo fértil de pesquisa e de entendimento das relevantes causas e consequências que afligem o trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer forma sutil de violência necessariamente abrange múltiplas maneiras de manifestação, gerando conseqüentes danos tanto de bens materiais como morais. No âmbito das relações laborais a violência perpassa estruturalmente o lugar da produção na tensão entre Capital e Trabalho, de modo que, - seja com forças que causem submissão, dominação e resistência, - a violência se caracteriza como alternativa para o empregador e empregado se estabelecerem enquanto individualidades pretensamente dominantes dessa imbricada relação. A violência, assim, pode ser exercida de forma tácita ou explícita, o que viola intencionalmente os direitos do

outro, atingindo sua integridade individual. Na relação de trabalho, portanto, os diálogos entre os pares podem ser denominados como elementos e sinais em que se estabelece uma linguagem simbólica própria da relação de poder: uma complexa intencionalidade de exercer o domínio e quebrar a vontade do outro, impondo término ao conflito quer pela via da demissão ou sujeição.

Entender a violência aplicada e sofrida na relação de trabalho não é algo simples e de fácil percepção, já que se evidencia um processo simbólico e comunicacional que impõe ao outro a obediência e, por conseguinte, a submissão. A própria resistência do trabalhador pode ser entendida como um ato de violência, já que esta tanto pode ser positiva quanto negativa. Conclui-se, por conseguinte, que a violência pode ser expressa no ambiente de trabalho contemporâneo como uma ação contraditória maior que encontra seus fundamentos na própria intencionalidade do trabalho, e que a cada dia está se tornando mais naturalizada.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: Notas em torno de uma noção Polêmica. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, nº168, São Paulo, 2004.

ARMADA, C. A. S. **Assédio moral no trabalho**. 2006. Disponível em: www.odireito.com. Acesso em: 01 Jun. 2019.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 427-430, 2000.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Conselho Nacional de Previdência Social. **Resolução nº 1.253**, de 24 de novembro de 2004. Aprova a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. Disponível em: http://www.previdenciasocial.gov.br/docs/pdf/pnsst_CNPS.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2019.

BARRETO, M. M. S. **Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações**. São Paulo: Educ, 2003.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2008.

DURKHEIM, Emile. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. Paris: PUF, p. 314, 1985.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREITAS, M. E.; HELOANI, J. R.; BARRETO, M. **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

HOBBSAWM, E.J. **Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz**. Paz e Terra, São Paulo, 1998.

JODELET, D. **Représentations Sociales: un domaine en expansion**. In: JODELET, D. (Org.). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

LANCMAN, S. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paralelo 15/Fiocruz, 2008. p. 23-34.

NASCIMENTO, S. A. C. M. O assédio moral no ambiente de trabalho. *Revista LTr*, 68-08/922-930, ago. 2004. Disponível em: jus.com/doutrina. Acesso em: 29 out. 2004.

PORTO, Maria Stela Grossi et al. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, v. 8, n. 16, 2006.

WARSHAW, L. J. Violence in the workplace. In: STELLMAN, J. M. (Ed.). *Enciclopedia de salud y seguridad em el trabajo*. Geneva: International Labour Office, 1998. Disponível em: <<http://www.mtas.es>>. Acesso em: 27 maio 2019.

WIEVIORKA, Michel; BATAILLE, Philippe. **Violence en France**. Seuil, 1999.



TRADUÇÕES



LOWIE, Robert H. Edward B. Tylor. Tradução de Raoni Borges Barbosa. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 117-122, ISSN (Em Solicitação).

EDWARD B. TYLOR

Robert H. Lowie²⁴

Tradução de Raoni Borges Barbosa

Edward B. Tylor, que morreu em 2 de janeiro de 1917 aos oito e quatro anos de idade, há muito tem sido uma personalidade histórica. Tylor, como igual e companheiro de armas de Wallace, de Huxley e de Spencer, destacou-se como uma das últimas figuras enraizadas na era heróica da Ciência dos novecentos. Enquanto reitor de etnólogos por dois anos, Tylor representou sua Ciência perante estudantes de outros ramos do conhecimento e, - graças à alta qualidade literária de seu estilo de escrita, - também perante leigos eruditos. Tylor foi lido e citado por psicólogo e historiador, biólogo e filósofo, e por todos os interessados nas trajetórias e pensamentos do *homem primitivo*. E enquanto o círculo de sua influência se alargava, Tylor preservou o respeito profundo e crescente de seus colegas de profissão. Mesmo com o grupo irreverente de pesquisadores de campo dos EUA que rejeitou a escola clássica de etnólogos, seu prestígio permaneceu inalterado e sua lealdade foi do tipo que Tylor mesmo defendia - nenhuma aceitação servil de princípios, mas uma obediência aos métodos "através de melhores evidências para fins superiores".

Edward Burnett Tylor nasceu em Camberwell, em 2 de outubro de 1832, e foi educado na Grove House School, Tottenham. Após uma breve carreira empresarial, Tylor teve a oportunidade de viajar por vários anos. Em 1856 visitou o México na companhia de Henry Christy, um antropólogo a cujo estímulo pessoal Tylor prestou uma homenagem generosa na segunda edição das *Pesquisas*. A viagem americana levou à primeira publicação de Tylor, um livro sobre *Anahuac; ou México e seus mexicanos* (1861). Anos depois, foram publicadas as *Pesquisas sobre a História da Humanidade* e o *Desenvolvimento da Civilização* (1865). Este trabalho lançou as bases teóricas e etnográficas da publicação de *Cultura Primitiva: Pesquisas no Desenvolvimento da Mitologia, Filosofia, Religião, Linguagem, Arte e Costumes*. Em 1881, Tylor escreveu um livro muito útil sobre *Antropologia: uma Introdução ao estudo do Homem e da Civilização*.

²⁴ Texto publicado originalmente em *American Anthropologist*, abril – junho de 1917, New Series, v. 19, n. 2, p. 262-268. A presente tradução para a **RESC Revista de Estudos Socioculturais** tem fins exclusivamente educacionais e de divulgação científica de textos clássicos da Antropologia.

Embora não tenha se formado naquela universidade, Tylor se vinculou a Oxford, tanto na qualidade de curador do Museu da Universidade quanto como professor, sendo *conferencista em antropologia* de 1884-1895 e *professor* de 1895-1909, quando, então, se tornou emérito. Das inúmeras honras conferidas a Tylor, apenas duas precisam ser mencionadas aqui. Tylor foi eleito para uma bolsa pela Royal Society em 1871 e sagrado cavaleiro em 1912. Um volume de *Ensaio Antropológico* apresentado a Edward Burnett Tylor em homenagem a seu 75º aniversário prestou testemunho do respeito de seus colegas de trabalho. A bibliografia que conclui aquele volume indica o número extraordinário de contribuições menores e dispersas produzidas por Tylor ao longo dos anos, e ficamos sabendo com profundo pesar que uma grande obra em preparação há muitos anos jamais fora publicada, e que também foi esse o destino de suas dez *Palestras Gifford sobre Religião Natural* proferidas em Aberdeen em 1889-1890²⁵.

A característica mais óbvia que distingue o trabalho de Tylor daquele de seus contemporâneos e sucessores ingleses consiste na universalidade de seus interesses etnológicos. Outros estudiosos, como Lang e Frazer, estavam predominantemente ocupados com problemas sociológicos e religiosos. A perspectiva de Tylor abarcou, para citar sua própria definição de cultura,

aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Tylor foi igualmente atraído pela descrição de um *fole malgaxe* e por um relato da *couvade sul-americana*²⁶, assim como pelo processo de *fervura da pedra* e pela *mitologia solar*.

Na postura de Tylor em relação à imensa massa de fatos com a qual sua versatilidade o colocou em contato, um traço psicológico distinto se manifesta - seu senso intuitivo de aptidão. Devemos lembrar a natureza dos dados disponíveis quando ele começou sua carreira de pesquisador - a miscelânea de observação imperfeita e de preconceito provinciano com a qual ele foi obrigado a lidar para chegar aos fatos. Certamente que havia excelente material informativo de estudiosos como Cranz, Sahagun ou Callaway. Mas mesmo o mais respeitável dos escritores mais antigos tendia a declarar como fato o que era grosseira desinformação de segunda mão ou grosseira interpretação errônea devido à ótica matizada pela civilização

²⁵ Os dados biográficos foram retirados do esboço de Lang no volume de aniversário citado acima e da nota de obituário do Professor Haddon na *Nature* (janeiro II, 1917), p. 373.

²⁶ A *couvade* compreende um complexo de processos rituais que envolve o homem em experiência imediata de paternidade, de modo que ele, - a depender da cultura indígena sob análise, - é felicitado pelo nascimento do recém-nascido e passa, então, a uma fase liminar de dietas e resguardo até que o cordão umbilical do bebê caia.

européia. O que dizer quando encontrarmos Burton declarando que os *Arapaho* possuíam um vocabulário tão limitado que dificilmente podiam se comunicar na escuridão de gestos invisíveis, ou Baker negando qualquer forma de religião aos aborígenes da região do Alto Nilo? Na avaliação de tais declarações, Tylor demonstrou um instinto quase infalível, tanto mais louvável porque muitas das declarações selvagens desse tipo teriam se encaixado admiravelmente naquele esquema evolucionário geral do universo que ele mesmo estava ajudando a desenvolver.

Este julgamento crítico transparece na discussão de problemas teóricos, bem como na avaliação da credibilidade da informação de viajantes, mas aqui o resultado não foi tão uniformemente satisfatório. Na verdade, a questão que se impõe é de se a famosa cautela de Tylor às vezes não era conformidade com um ideal ético científico de justiça em discussão, em vez de um traço inerente à sua constituição mental. Tylor certamente considerou judiciosamente a avaliação de prós e contras. Ao reler as *Pesquisas sobre a História da Humanidade*, posso entender a irritação de Wallace com a indecisão do texto e com o mal-entendido de Lubbock sobre o argumento quanto à origem única ou ao desenvolvimento independente da couvade. Mas indiferente à proteção formal que possa haver no encadeamento argumentativo, a conclusão às vezes aparece como um raio vindo de um céu azul, como quando a conexão histórica é usada para interpretar a existência em áreas remotas da cura pela extração de agentes patogênicos do corpo do paciente.

Este exemplo, contudo, aponta para Tylor com a maior vantagem possível em perspectiva histórica. Embora certamente um grande adepto da evolução independente dos fenômenos culturais em áreas distintas do globo, Tylor reconhecia a influência da difusão. Na introdução à tradução inglesa da *História da Humanidade* de Ratzel, Tylor contrasta "a pequena parte da arte e dos costumes que qualquer pessoa pode ter inventado ou adaptado para si" com "a grande parte que foi adquirida adotando de estrangeiros tudo o que foi visto de modo a atender às suas próprias circunstâncias". De fato, em muitos casos, Tylor avança mais longe em todos os eventos do que os modernos etnólogos americanos estão inclinados a seguir. O caso da cura por sucção já foi citado, enquanto outro capítulo do mesmo livro prefigura em princípio a recente hipótese de uma conexão cultural entre a América aborígine e o Velho Mundo. Independentemente do que possamos pensar das interpretações oferecidas por Tylor, a concepção tradicional americana de ter sido ele meramente um evolucionista da escola clássica soa ridiculamente falsa. Sua discussão sugestiva e conclusiva da *técnica do ferro malgaxe* é suficiente para mostrar que ferramenta valiosa Tylor às vezes fazia do princípio da conexão histórica.

No entanto, continua verdadeiro que o nome de Tylor sempre será mais proeminentemente conectado com a teoria da evolução. Nesse contexto, é muito conveniente assumir uma atitude crítica não embasada historicamente. Devemos, contudo, lembrar que, assim como Tylor teve que peneirar a massa caótica de observações etnográficas correntes para extrair os fatos, também na interpretação da história da cultura Tylor teve que lutar com uma poderosa e teologicamente inspirada teoria da degeneração contra a qual o princípio da evolução progressiva teve de ser estabelecido e defendido. Ter realizado essa tarefa de forma tão eficaz em si não é uma conquista insignificante para o crédito acadêmico e científico de Tylor. Mas Tylor enriqueceu ainda mais a teoria da evolução cultural com o desenvolvimento de um esquema definido e elaborado para o tema da religião. Entrar em uma discussão de sua teoria do animismo está fora de questão dentro dos limites deste ensaio. Basta dizer que, tal como apresentado em *Cultura Primitiva*, esta teoria do animismo continua, apesar de todas as críticas, a mais impressionante teoria da religião primitiva já elaborada.

Na etnologia filosófica Tylor contribuiu com o conceito de *sobrevivências* e o método intimamente associado de *adesões*, delineado em seu sempre memorável artigo *Sobre o método de investigação do desenvolvimento das instituições; aplicado às Leis de Casamento e Descendência*, que foi apresentado ao Instituto de Antropologia em novembro de 1888 e publicado no vol. XVIII (1889) de seu *Periódico Científico*. Deve ser considerado uma perda evidente para a ciência que os dados completos nos quais esta palestra foi baseada nunca tenham sido publicados. A ideia fundamental é a aplicação de métodos estatísticos aos dados da etnografia. Se dois ou mais traços culturais são encontrados repetidamente em associação, então, estamos lidando com uma combinação casual ou há uma correlação orgânica? Tylor compara o número de vezes que tal combinação pode ocorrer na teoria das probabilidades se cada característica for independente das outras com o número de ocorrências empiricamente encontradas, e, onde o último caso ocorre claramente em excesso, Tylor infere uma conexão causal. Desta forma, por exemplo, Tylor estabelece uma relação funcional entre a organização dual exogâmica e os sistemas classificatórios da terminologia de *parentesco*, entre o *tabu de parente por afinidade* e residência *matrilocal*, e entre a *couvade* e uma *organização materno-paterna mista*.

A própria ideia de introduzir algo do rigor das ciências exatas em um ramo do conhecimento que tantas vezes é somente o feliz terreno de caça do diletante em busca de curiosidade é de uma magnificência quase incomparável. Nada do que Tylor já realizara serve tão decisivamente para alçá-lo acima da multidão de seus colegas de trabalho. Sem esse papel, Tylor

poderia ter sido classificado como uma espécie de super Lang ou de super Frazer - mais universal em seu alcance do que ambos, mais sério e erudito do que o primeiro, muito mais confiável em seu julgamento do que o segundo. Mas o artigo sobre o *Método* o eleva imediatamente a uma categoria inteiramente diferente de intelectual.

Nas avaliações desta contribuição, várias questões devem ser consideradas em separado. Em primeiro lugar, bem à parte do argumento principal, Tylor conceituou de forma pioneira certos fenômenos que, desde então, apareceram mais ou menos proeminentemente na literatura etnográfica, tais como a *tecnonímia*²⁷ e o *casamento entre primos cruzados*. Em segundo lugar, Tylor estava plenamente ciente do fato de que uma coisa é estabelecer o mero *fato* de que duas características estão causalmente relacionadas; e outra bem diferente é determinar a *razão* para a *associação*. O primeiro é de longe o mais importante metodologicamente e qualquer crítica que possa ser feita contra a concepção específica de Tylor sobre a natureza da correlação não afeta o núcleo do seu método. Isso permanece válido mesmo se rejeitarmos a interpretação evolucionária que Tylor aplicou a certas correlações observadas. Não encontrando casos de *couvade* entre *tribos matrilineares*, - mais de vinte casos entre povos com um *sistema misto* e oito em *comunidades patrilineares*, - Tylor não apenas inferiu que a instituição se originou no *sistema misto* e diminuiu com a *descendência paterna*, mas também que isso estabeleceu a prioridade de *descendência matrilinear*. Obviamente, essa conclusão não decorre dos fatos empíricos de correlação, mas já aponta para a aceitação de um *esquema unilinear de evolução*.

A objeção essencial ao artigo de Tylor, conforme apontado na discussão oral por Galton e Flower, repousa em sua negligência em relação ao fenômeno da *difusão*. Se a mesma combinação se repete cem vezes entre *tribos* que não tiveram conexão histórica, de fato estabelecemos uma regra de correlação orgânica; mas se a combinação foi disseminada de um único ponto de origem, não há como provar que estamos lidando com mais do que uma mera associação casual. Nós, nos EUA, que em uma extensão considerável aceitamos a *difusão*, mas que, ao mesmo tempo, admitimos um desenvolvimento cultural independente, somos confrontados com o fato de que exatamente os mesmos usos são encontrados em regiões remotas do globo entre as quais qualquer conexão permanece não comprovada. Por outro lado, essas semelhanças parecem corroborar outras funcionalmente relacionadas. Isso significa que, onde um dos traços ocorre,

²⁷ A *tecnonímia* é a forma tradicional de designação de parentesco no ato cotidiano de marcação da identidade individual do membro do grupo, tal como, por exemplo, ao enfatizar a expressão *o filho do pai daquele avô*.

podemos legitimamente inferir sua associação única com o traço correlacionado. Devemos insistir contra Tylor que a *tribo* em questão pode ter emprestado a característica isolada de seu antigo contexto; mas afirmar que tal correlação, como aquela entre o *avunculado* e uma *organização matrilinear*, é devida ao mero acaso, faz-se ridículo, mais ainda do que o *grebnerismo*²⁸ mais selvagem, que pelo menos não questiona o fato observado da identidade cultural completa. A melhor evidência para tal correlação orgânica parece-me ter sido o avanço no campo da nomenclatura de *parentesco*, em que o próprio Tylor estabeleceu a relação do sistema classificatório com a *exogamia*. Mas o método é aplicável a um número indefinido de problemas semelhantes; e os etnólogos farão bem em recorrer ao modo extraordinariamente estimulante e frutífero de investigações desenvolvido por Tylor.

Para além de suas contribuições específicas, Tylor tinha uma concepção clara do lugar da etnologia na civilização moderna. Os fatos da vida primitiva não eram para ele meros espécimes de um museu de esquisitices psicológicas, tampouco estava inteiramente satisfeito em usá-los como elementos ilustrativos de uma teoria do desenvolvimento cultural. Além de seus aspectos acadêmicos, Tylor afirmava sobre a etnologia que "tal pesquisa tem seu lado prático, como uma fonte de poder destinada a influenciar o curso das ideias e ações modernas". A visão da Humanidade tateando dolorosamente através das eras, desde a machadinha de punho até a tecnologia moderna, deve inspirar esforços ativos em expandir a herança do passado. Mas a etnologia também revela no direito moderno, na ética e na teologia inúmeros *sobreviventes* da *selvageria primitiva*, que preserva da destruição, consistindo, nas próprias palavras de Tylor "essencialmente ciências de um reformador."

Museu Americano de História Natural
Cidade de Nova Iorque

²⁸ Relativo a Robert Fritz Grebner, eminente etnólogo alemão do início do século XIX. Grebner desenvolveu o importante conceito difusionista de Kulturkreis (círculo cultural).

RESENHAS



SANTOS, Aryelton Medeiros dos. Direitos, Gênero e Povos de Terreiros: breves considerações sobre Diferença, Diversidade e Liberdade. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 124-126, ISSN (Em Solicitação).

ALVES, Carlene Costa; ALVES, Danielle do Nascimento; MARQUES, Fernanda Vanessa Abreu Diniz; RAMOS, Juliana Belo; CARDOSO, Marcos André Pinheiro. **Direitos, gênero e povos de terreiros**. São Luís/MA: Editora Expressão Feminista. 2021. 90p.

DIREITOS, GÊNERO E POVOS DE TERREIROS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DIFERENÇA, DIVERSIDADE E LIBERDADE

Rights, gender and People of Terreiros: brief considerations on difference, diversity and freedom

A obra, aqui abordada, intitulada *Direitos, gênero e povos de terreiros*, traz em seu escopo cinco artigos desenvolvidos por um grupo de autores que abrangem temáticas diversas em sua composição, tais como direito cível e processual, violência doméstica e crimes contra a liberdade religiosa. Pautada em questões sociais do direito, em seu âmbito jurídico, social e religioso. Amparado pelas jurisprudências majoritárias e pela legislação vigente, a obra tende a convidar o leitor a refletir sobre diversas situações existentes que interferem na vivência de cotidiana de grandes grupos sociais, de modo que cada capítulo pode ser lido distintamente e individualmente.

O primeiro capítulo, intitulado de *Análise da compatibilidade do jus postulandi no âmbito do processo judicial eletrônico*, discute como a implementação do processo judicial eletrônico, conhecido como PJE, constituído pela lei 11.409/06, pode dificultar o exercício do *jus postulandi*, que é a capacidade do indivíduo tutelar juridicamente o seu direito, sem a necessidade de ser assistido de um advogado ou advogada, suas consequências na Justiça do Trabalho, e o quanto isso pode interferir no acesso à justiça, onde as partes enfrentam dificuldades no uso do sistema e no acompanhamento processual.

No seu segundo capítulo, se é abordado o tema da *Alienação fiduciária de bem imóvel: Uma abordagem à luz da lei nº 9.514/97*, que rege sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário. Alienação fiduciária é um instrumento contratual em que o próprio bem é a garantia da liquidação do pacto contratual em caso de inadimplência do devedor fiduciante. O capítulo se divide de forma cronológica diante o contexto histórico, legislativo e sua aplicação e as consequências ao devedor em relação à violação do pacto contratual e à segurança para os agentes financeiros.

O terceiro capítulo versa sobre *A violência contra a mulher no âmbito familiar e a eficácia da lei Maria da Penha*, apresentando uma noção histórica e social acerca da violência contra a mulher em seus diversos aspectos, principalmente o familiar, amparados inicialmente pela pesquisa bibliográfica e posteriormente pela lei 11.340/06. O capítulo mostra a trajetória e a aplicação da referida lei no âmbito jurídico nacional, como sanção à violência doméstica, aquela praticada dentro do lar da vítima, em maioria das vezes por seus familiares mais próximos, sendo as mulheres vítimas da histórica dominação do sexo masculino em trajetória social e sobre como o feminicídio é visto juridicamente e sua aplicabilidade geral.

Violência de gênero: Uma análise da categoria violência psicológica contra a mulher é o artigo que compõe o quarto capítulo do livro. Apresentando de forma direta o seu objetivo, o capítulo disserta mediante uma contextualização sobre a violência de gênero em sua relação à desigualdade de direitos e enquanto desrespeito à Constituição Federal de 1988, onde homens e mulheres são igualmente equiparados em direitos e deveres. Apontando o surgimento das legislações específicas que tratam sobre o tema principal até a promulgação da Lei Maria da Penha e a abordagem de âmbito psicológico da violência silenciosa à vida psíquica das vítimas.

O quinto e último capítulo, intitulado de *Os crimes cometidos contra os povos de terreiros e comunidades de matriz africana em São Luís/MA*, traz uma análise cronológica, na esfera legislativa, acerca dos instrumentos legais do modo em que o Estado brasileiro visa proteger a liberdade religiosa dos povos de matrizes africanas. O estudo mostra dados oficiais de órgãos competentes que atuam na manutenção do direito a liberdade religiosa e como, de fato, a realidade é encarada no estado do Maranhão.

Um pouco diferente da ideia inicial que a capa e o nome da obra transpassam, o livro nos leva a uma viagem pedagógica entre o direito material, a violência de gênero e os crimes contra a liberdade religiosa. O primeiro capítulo se apresenta com uma proposta de análise do exercício do *jus postulandi* diante a implementação do PJE – Processo Judicial Eletrônico. Mas, ao iniciar a leitura, percebe-se que o texto se limita no âmbito trabalhista, desamparando o exercício provocado diante dos Juizados Especiais da Justiça Comum (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995) e da Justiça Federal (Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001), em que ambos permitem que o autor possa pleitear uma demanda judicial sem a necessidade da assistência advocatícia, desde que que estejam dentro das limitações previstas nos institutos legais. Em parte, o capítulo expõe a dificuldade de muitos indivíduos sem condição financeira para contratação de uma assistência, omitindo o grande amparo constitucional das Defensorias Públicas.

Art. 134/CF-1988 - A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014).

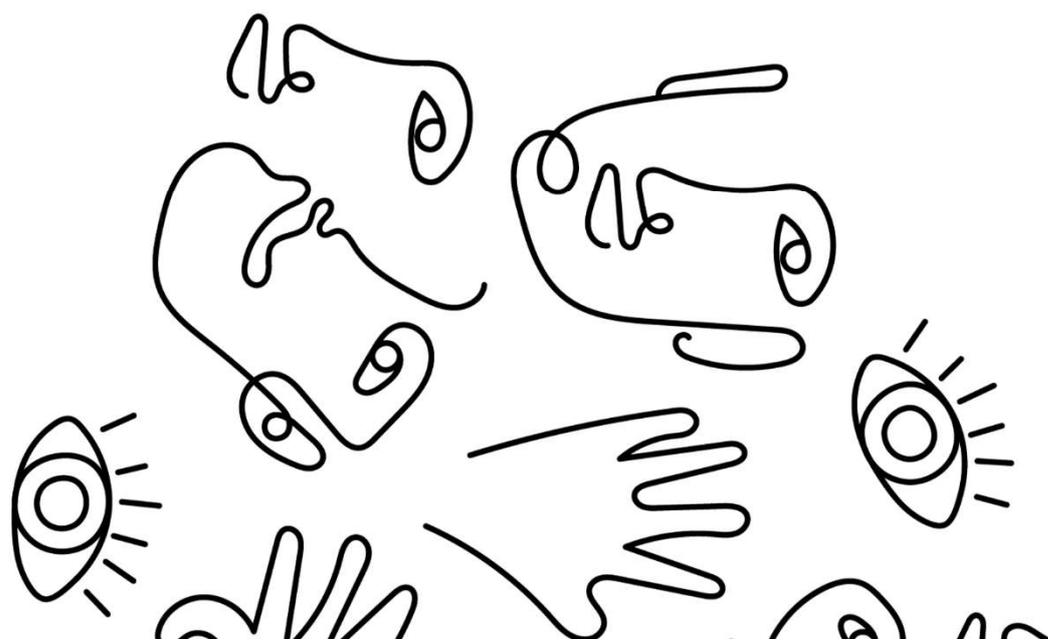
O quinto e último capítulo, é o mais original da obra pela a sua centralização regional, pela conexão com o título do livro e a com imagem de capa, como também pela forma como os dados foram apresentados, perfazendo, assim, um capítulo sóbrio, fundamentado e completo sobre os desafios do Estado em preservar o direito à liberdade religiosa, que é o direito de cultuar livremente sua religião sem que a autonomia de crença seja violada, sendo uma garantia constitucional prevista no Art. 5º, inc. VI da Constituição Federal de 88. Assegurando, também, a inviolabilidade moral do indivíduo e punindo, de acordo com *Lei 9.459/2007*, com multa e até prisão, aquele que praticar, induzir e incitar discriminação ou o preconceito. No que se propõe, a obra em geral, apresenta ideais estruturados e de relevância social, expondo uma linguagem clara, objetiva e inclusiva, de fácil entendimento para os mais diversos públicos que o almejam em seu conteúdo.

O livro pode ser grandemente indicado para os alunos, professores e pesquisadores dos mais diversos cursos das ciências humanas e sociais, como também ao público externo que deseja conhecer de forma direta os temas abordados, pois transpassam um conhecimento que se é aplicado tanto de maneira acadêmica quanto de modo social, sendo, de fácil entendimento para qualquer interessado na leitura.

Aryelton Medeiros dos Santos



ENSAIOS FOTOGRAFÍCOS



SILVA, Eliane Anselmo; BARBOSA, Raoni Borges. Warao em Mossoró/RN: prelúdio de uma etnografia em imagens. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 128-136, ISSN (Em Solicitação).

WARAO EM MOSSORÓ/RN: PRELÚDIO DE UMA ETNOGRAFIA EM IMAGENS

Warao in Mossoró/RN: prelude to an ethnography in images

Eliane Anselmo da Silva

Raoni Borges Barbosa

O ensaio fotográfico a seguir – um apanhado circunstancial dos resultados do Projeto de Pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19” (SILVA e BARBOSA, 2020/2021), - tem por objetivo apresentar brevemente a etnografia que está sendo realizada com os indígenas venezuelanos da etnia Warao, que vivem na cidade de Mossoró/RN desde o final do ano de 2019. O contexto nacional brasileiro de pandemia da Covid19, bem com a condição de minoria étnica refugiada dos Warao, implicou em enormes esforços institucionais de grupos privados de apoio a populações em situações de vulnerabilidade social e Órgãos Públicos de assistência social para a acomodação dos Warao no urbano mossoroense.

Considerando a especificidade da dinâmica migratória do povo Warao, elencamos aspectos de suas experiências na cidade de Mossoró, a partir de suas principais demandas, tais como o acompanhamento e a assistência pelos Órgãos Governamentais e, com isso, o direito à moradia, à saúde, à educação, à alimentação, e demais estratégias de integração dos Warao em seu atual aldeamento urbano. Atualmente vivem 13 famílias Warao na cidade, totalizando 48 pessoas, sendo que destas, 23 são crianças e adolescentes em idade escolar. As famílias estão abrigadas em espaços cedidos pelo Lar da Criança Pobre, nos Bairros Barrocas e Ouro Negro.

As famílias Warao parecem priorizar uma forma de organização coletiva pautada em aldeamentos urbanos, isto é, lugares relativamente afastados burburinho urbano, e portanto discretos, em que o trabalho conjunto das famílias, o monitoramento moral e emocional continuado de seus membros e a reciprocidade econômica coletiva se fazem imprescindíveis enquanto dispositivos de preservação da sua contrastividade étnica. O aldeamento urbano, politicamente representado pela figura do Aidamo, articula os contatos imediatos com os grupos Warao

acomodados nas cidades adjacentes e, também, com os familiares situados em longínquas distâncias territoriais.

No enquadramento moral e emocional da situação de confronto interétnico com os Warao, a perspectiva da nossa pesquisa acadêmica sobre suas especificidades socioculturais e contrastividades étnicas ganha dimensões mais amplas, de engajamento social e político pela dignidade dos Warao. A UERN Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, nesse sentido, tem desempenhado um papel fundamental na articulação da garantia de seus direitos.

O conjunto de 14 imagens que compõe esse ensaio fotográfico *Warao em Mossoró/RN: prelúdio de uma etnografia em imagens* apenas introduz o leitor em uma narrativa visual e urbana da intrepidez Warao, - *los mayores navegantes del mundo*, assim reza o mito de origem deste povo umbilicalmente ligado à água, - em território brasileiro. Destacou-se, com efeito, o processo de construção por parte do grupo Warao do primevo sentimento de pertença à cidade de Mossoró/RN e de uma ligeira confiança creditada às instituições brasileiras.

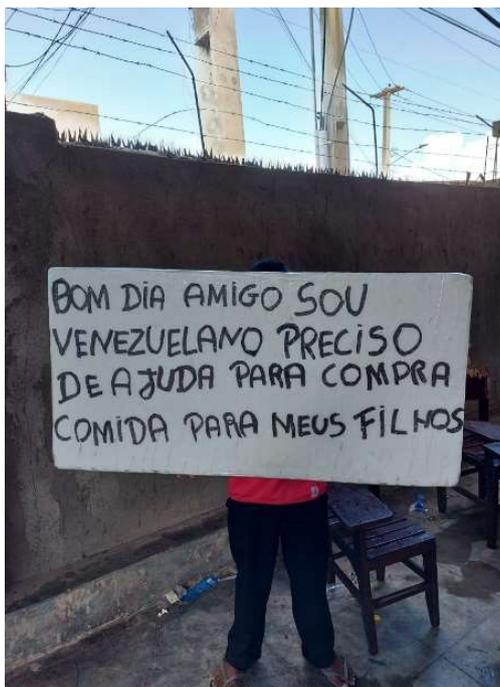


IMAGEM 1: A imagem mostra o principal meio de inserção dos Warao na cidade, bem como acontece nas demais regiões do Brasil, que é quando vão às ruas pedir ajuda para se manterem. **Foto:** Acervo da pesquisa "Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19".



IMAGEM 2: Visita do CERAM para acompanhamento dos Warao em Mossoró. O CERAM - Comitê Estadual Intersectorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, é um órgão colegiado criado em dezembro de 2019 pela governadora Fátima Bezerra, responsável por planejar, articular e executar ações junto ao poder executivo estadual em prol dessa população no território potiguar. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 3: Donativos da campanha PET Solidário doados aos Warao. O PET Solidário é uma ação realizada pelo Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais da UERN, que nesta ocasião, teve a parceria da ADUERN – Associação dos Docentes da UERN. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 4: Reunião das lideranças Warao em Mossoró com a *Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Juventude*, pautando as demandas da alimentação e da inclusão das crianças na rede básica de ensino. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 5: Abertura da II Semana do Migrante do RN, onde no ensejo, aconteceu o lançamento do Plano Estadual de Atenção aos refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, pela governadora Fátima Bezerra. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica

migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 6: Acompanhamento da equipe do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, no abrigo Warao no bairro das Barrocas. **Foto:** Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 7: Diálogo com as lideranças Warao em Mossoró, em uma das incursões no campo de pesquisa. **Foto:** Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 8: Cadastramento das famílias Warao no Programa Restaurante Popular, do Governo do Estado do RN, através da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS/RN, por intermédio do CERAM. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 9: Regularização da situação documental dos Warao que estão no país em situação de refúgio junto a Polícia Federal. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 10: Entrega de cestas básicas pela FUNAI aos povos indígenas do Rio Grande do Norte. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 11: Entrega de cestas básicas pela FUNAI aos povos indígenas do Rio Grande do Norte. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 12: Visita de acompanhamento da Equipe Saúde da Família no abrigo das Barrocas, para cadastramento de nova família. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 13: Vacinação dos Warao contra a Covid-19, como parte do Plano Estadual de Imunização voltada às populações em situações de vulnerabilidade social. A ação atende a Recomendação N° 04/2021, do

CERAM/RN, junto aos órgãos estadual e municipais de saúde, que inclui os indígenas Warao como grupo prioritário, por se encontrarem também em situação de maior vulnerabilidade em relação a transmissão do vírus. O início da vacinação que ocorre no dia 19 de abril, marca a data dedicada aos povos indígenas e suas lutas. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.



IMAGEM 14: Entrevista cedida às mídias locais sobre o momento da vacinação dos Warao na cidade de Mossoró. Foto: Acervo da pesquisa “Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19”.

REFERÊNCIAS

SILVA, Eliane Anselmo da; BARBOSA, Raoni Borges. Os Warao em Mossoró: Notas etnográficas dos primeiros contatos e estranhamentos. *Revista Turismo Estudos e Práticas*. GEPLAT: Caderno Suplementar, N° 5, Dezembro, 2020.

SILVA, Eliane Anselmo da; BARBOSA, Raoni Borges. *Projeto de Pesquisa: Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19*. 2020/2021.

SOBRE OS AUTORES

Ângelo Gabriel Medeiros de Freitas Sousa

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH / UERN. Bolsista CAPES/DS. Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pelo DCSP/UERN. Membro do Grupo de Estudo Culturais -GRUESC/UERN. E-Mail: angelog552@gmail.com.

Aryelton Medeiros dos Santos

Bacharel em Direito. Membro do Grupo de Estudo Culturais – GRUESC/UERN. E-Mail: aryeltonmedeiros@outlook.com.

Elcimar Dantas Pereira

Professor de Antropologia do Curso de Ciências Sociais/UERN e doutorando do PPGAS/UFRN. Pesquisador do GRUESC e membro do NEAB, na UERN. E-Mail: elcimarpereira@uern.br.

Elusiano da Silva Melo Júnior

Licenciado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e mestrando em ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - POSENSINO - da UERN, UFERSA e IFRN Mossoró. Seus estudos possuem foco em antropologia, a partir dos eixos temáticos: educação e ensino das relações de gênero e sexualidade no ambiente educacional, ensino de Sociologia/Antropologia. Membro do Grupo de Estudo Culturais - GRUESC/UERN. E-Mail: elualt3@gmail.com.

Eliane Anselmo da Silva

Graduada em Ciências Sociais pela UERN (2002), Mestre (2005) e Doutora (2011) em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professora Adjunto IV do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. É vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO - UERN/UFERSA/IFRN). Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Ciências Sociais da UERN. É coordenadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UERN e líder do GRUESC (Grupo de Estudos Culturais), também da UERN. Preside a Comissão de Avaliação do Procedimento de Heteroidentificação para as Cotas Étnico-Raciais da UERN. E-Mail: elianeanselmo@uern.br.

Guilherme Luiz Costa Vitorino

Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN); Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela UERN; Professor de Sociologia da rede pública do Estado do Rio Grande do Norte. Graduando em História pela UERN. E-Mail: guilhermelpcosta15@gmail.com.

Hellen Damália de Sousa Andrade Lima

Aluna Regular do Programa de Mestrado em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-Mail: hellenlima@alu.uern.br.

Mateus Alexandre Pereira da Conceição

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e mestrando em ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - POSENSINO - da UERN, UFERSA e IFRN Mossoró. Centra seus estudos nas Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia a partir dos grupos temáticos: Educação das Relações Étnico-Raciais, ensino de Sociologia/Antropologia. Membro do Grupo de Estudo Culturais – GRUESC/UERN. E-Mail: mateusconceicao@alu.uern.br.

Pietra Conceição Azevedo

Travesti antropóloga transfeminista, bacharela em Ciências Sociais/UERN (2017) e mestra em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRN na linha de pesquisa “gênero, sexualidades, corpo e saúde”. Integrante do Grupo Gênero, Corpo e Saúde (GCS/UFRN) e do Grupo de Estudos Culturais (GRUESC/UERN). E-Mail: piazevedo3@gmail.com.

Raoni Borges Barbosa

Doutor em Antropologia. Vice-coordenador do GRUESC/UERN. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN. Pesquisador PNPD do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN. Foi Professor Visitante da UERN (2019-2021). Pesquisador do NEAB/UERN, do GEPLAT/UERN, do BITS/UERN e do NAVISUAL/UFRN. Editor da RESC. E-Mail: raoniborgesb@gmail.com.

Robert H. Lowie

Antropólogo norte-americano de origem austríaca. Especialista no estudo de povos indígenas norte-americanos. Destacou-se como etnógrafo e

teórico boasiano na construção da Escola Americana de Antropologia durante a primeira metade do século XX.

Sílvia Letícia Bezerra Santos

Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Membro do Grupo de Estudo Culturais – GRUESC/UERN. E-Mail: silvialeticiahist0@gmail.com.



resc

Revista de Estudos Socioculturais



Acervo da pesquisa "Os Warao em Mossoró: a dinâmica migratória e o processo de aldeamento urbano no cenário pandêmico da Covid-19" (ANSELMO e BARBOSA, 2021).